

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

HONORINA PEIXOTO DOS SANTOS

**ACOMPANHAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE LÍNGUA
PORTUGUESA NA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7**

JUIZ DE FORA
2017

HONORINA PEIXOTO DOS SANTOS

**ACOMPANHAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE LÍNGUA
PORTUGUESA NA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof.^a Dra. Carolina Alves Magaldi

JUIZ DE FORA

2017

HONORINA PEIXOTO DOS SANTOS

**ACOMPANHAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE LÍNGUA
PORTUGUESA NA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em
Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de
Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e
Avaliação da Educação Pública.**

Aprovada em 22/12/2017

**Profa. Dra. Carolina Alves Magaldi (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora**

**Profa. Dra. Elisabeth Gonçalves de Souza
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca**

**Profa. Dra. Priscila Fernandes Santa'anna
Prefeitura de Juiz de Fora**

Ao meu pai, que não teve oportunidade de concluir o ensino fundamental e à minha mãe (in memoriam), que mal sabia assinar o próprio nome. No entanto, ambos souberam criar e educar os sete filhos para viverem em sociedade, priorizando a formação educacional, porque acreditavam ser este o meio de se garantir uma vida digna.

AGRADECIMENTOS

À Trindade Santa que, através da sabedoria, generosidade e proteção, me permitiu a oportunidade de estudar, superar as dificuldades e concluir este mestrado.

Ao meu pai, Epitácio Reis Peixoto, e à minha mãe, Balbina Tavares Peixoto (in memoriam), pelo sacrifício que fizeram para criar e educar os filhos.

Aos irmãos, Maria Doraci, Suzete, Francelino, Raimunda, Marli e Caroline, aos sobrinhos, sobrinhas, cunhados e cunhadas, que sempre estiveram presentes, encorajando nos momentos de incertezas.

De modo especial, ao meu esposo, Neli Macedo, aos meus filhos, Neli Peixoto e Hugo Peixoto, também à minha nora, Anne Graziella, pessoas queridas que sempre estiveram ao meu lado, apoiando, incentivando durante esse período de estudo. Também à Silvestre Macedo (sogro), Graci Macedo (sogra), pelo carinho e estima.

A todos os profissionais da CDE7, que sempre demonstraram uma amizade verdadeira, em especial aos professores Júlio César Meireles, Raimundo Correa, Marília Lima, Ivan Sales, Daniela Lima, Evaldo Bezerra, Clene Lopes, Lana de Lis, Rondinelis Andrade, Emanuel Marques, Geyse Cursino, Francileia Araújo e Leandro Bruno (in memoriam), pela motivação e compreensão nos momentos intensivos de estudo.

Aos gestores, pedagogos, apoios pedagógicos e professores das escolas da Coordenadoria Distrital de Educação 7 e da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino, pela colaboração na pesquisa de campo.

À SEDUC/AM, pela oportunidade de investir, através deste Programa, na formação de professores como um dos fatores para a melhoria da qualidade do ensino, em parceria com o CAEd/ UFJF.

À professora doutora Carolina Magaldi, pelo privilégio de ser sua orientanda neste Programa, pela partilha de seu conhecimento e sabedoria na condução deste trabalho.

À professora Amanda Quiossa, membro da equipe de núcleo de dissertação do PPGP/CAEd/UFJF, responsável direto pelo processo de construção desta pesquisa, que incentivou e mostrou o caminho a ser trilhado durante a elaboração da dissertação.

À direção do CAEd/PPGP/UFJF, por este convênio em parceria com a SEDUC/AM, que me proporcionou a oportunidade de continuar a minha formação profissional, definindo adequadamente a logística acadêmica no decorrer do programa.

Aos colegas de turma do mestrado 2015, dos vários estados deste Brasil, com os quais tive a oportunidade de partilhar experiências e fazer boas amizades, em especial à amiga Creusa (in memoriam). Aos amigos do Amazonas, obrigada pela companhia, momentos de descontração e de estudo.

Aos demais amigos e colegas que, de forma direta ou indireta, contribuíram com a minha formação acadêmica, com o meu desempenho profissional e, também, nos momentos de dificuldades e alegrias. Muito obrigada!

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo reconhecer os principais desafios enfrentados pela Coordenadoria Adjunta Pedagógica do Ensino Médio do Estado do Amazonas no acompanhamento de práticas pedagógicas no ensino de língua portuguesa, com o intuito de propor ações que proporcionem a sua melhoria. Assim, este estudo de caso tem como tema o Acompanhamento de práticas pedagógicas no ensino de língua portuguesa na Coordenadoria Distrital de Educação 7. Para maior entendimento do caso, realizou-se uma descrição da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amazonas, bem como da Coordenadoria Distrital 7, perpassando pelo trabalho do supervisor pedagógico, além da apresentação das práticas pedagógicas desenvolvidas em três escolas estaduais, sendo elas: Centro Educacional Arthur Virgílio Filho, Escola Estadual Professor Samuel Benchimol, Escola Estadual Professor Ruy Alencar. Buscou-se analisar a atuação do supervisor, em relação às práticas pedagógicas das referidas escolas. A metodologia utilizada foi o estudo de caso com a pesquisa qualitativa, dando-se preferência ao instrumento entrevista semiestruturada, sendo o público alvo formado por gestores, pedagogos, apoios pedagógicos, professores e supervisores da CDE7 que atuam no ensino médio. Os teóricos que subsidiaram a análise foram Domingues (2014), Freire (2016), Kleiman (2014), Paradela (2016), Prazeres (2016), Soares (2004), entre outros que tratam sobre a temática. Como resultado, constatou-se que o acompanhamento realizado pelo supervisor pedagógico às práticas pedagógicas precisa acontecer com mais frequência, de forma que corrobore para um ensino aprendizagem significativo. Além disso, foi possível perceber que as práticas são propícias para a interdisciplinaridade. Ademais, também foi possível pontuar que é necessária a formação do supervisor, para melhor acompanhamento às práticas e às equipes gestoras, além da elaboração de um documento, a nível macro, que normatize o trabalho do supervisor se faz evidente. Ao final da pesquisa, construiu-se um Plano de Ação Educacional (PAE) com sugestões de seis ações que viabilizem o acompanhamento do supervisor às práticas pedagógicas nas escolas de ensino médio da Coordenadoria Distrital de Educação 7 e também que proporcionem maior integração entre escola e família.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas. Supervisão. Acompanhamento. Gestão Escolar.

ABSTRACT

The present dissertation aims to recognize the main challenges faced by the Pedagogical Adjunct Coordination of the school of the state of Amazonas in the accompaniment of pedagogical practices in Portuguese language teaching monitoring in order to propose actions that provide improvements. Thus, this case study has the subject Accompaniment of pedagogical practices in the teaching of the Portuguese language at the District Coordination of Education 7. For more understanding of the case, a description of the State Secretariat of Education of the Amazonas state, as well as the District Coordination Office 7, passed through the work of the pedagogic supervisor, in addition to the presentation of pedagogical practices developed in three State schools, what are: Educational Center Arthur Virgilio Filho, State school Samuel Benchimol, State school Ruy Alencar. It was seeking to analyze the supervisor's performance to the pedagogical practices of the aforementioned schools. The methodology used in this the case study with qualitative research, giving preference to the semi-structured interview instrument, being the target audience: managers, educators, pedagogical support, teachers and supervisors of CDE7 that act in high school. The theorists who subsidized the analysis were Domingues (2014), Freire (2016), Kleiman (2014), Paradela (2016), Prazeres (2016) and Soares (2004), among others who deal on the thematic. As a result, it was verified that the monitoring, done by the pedagogical supervisor to the pedagogical practices, needs to happen more frequently, which corroborates for a significant learning teaching. In addition, it was possible to perceive that the practices are conducive to interdisciplinarity. It was also possible to point out that it is necessary to train the supervisor to better follow the practices and the management teams. Besides, it is also important an elaboration of a macro level document that regulates the supervisor's work. At the end of the survey, an educational actions plan (EAP) was constructed. In it, there were six actions suggestions. This EAP enables the supervisor to follow the pedagogical practices in the secondary schools of the District Education Coordination 7 and also to provide greater integration between school and family.

Keywords: Pedagogical Practices. Supervision. Follow up. School management.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnica
APMC	Associação de Pais, Mestres e Comunitários
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CDE7	Coordenadoria Distrital de Educação 7
CEE	Conselho Estadual de Educação
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
DEINFRA	Departamento de Administração e Infraestrutura
DELOG	Departamento de Logística
DGP	Departamento de Gestão de Pessoas
EETI	Escola Estadual de Tempo Integral
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETI	Escola de Tempo Integral
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GESTAR	Gestão da Aprendizagem Escolar
HTP	Hora de Trabalho Pedagógico
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
JIPRA	Jornada Interdisciplinar Professor Ruy Alencar
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
NBR	Norma Brasileira
OLP	Olimpíada de Língua Portuguesa
PAE	Plano de Ação Educacional
PEE	Plano Estadual de Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSC	Processo Seletivo Contínuo
SADEAM	Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino
SIS	Sistema de Ingresso Seriado

SIGEAM	Sistema de Gestão Escolar do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da cidade de Manaus	29
Figura 2 - Estrutura Organizacional das CDEs.....	30
Figura 3 – Mostra Literária Centro Educacional Arthur Virgílio Filho	49
Figura 4 – Apresentação do Projeto Sarau Sam – Ano 2016.....	54
Figura 5 - Apresentação da Jornada Interdisciplinar Professor Ruy Alencar	57
Figura 6 – Sensibilização aos Alunos Sobre a Importância da OLP	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de Alunos nos Diversos Anos e Séries - 2015	34
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sigla de Identificação e Perfil dos Entrevistados.....	91
Quadro 2 – Principais achados da pesquisa de campo	121
Quadro 3 – Ação 1: Elaboração de um cronograma para participação dos supervisores em eventos.....	123
Quadro 4 – Ação 2: Contratação de mais um supervisor para a Coordenação Adjunta do Ensino Médio.....	124
Quadro 5 – Ação 3: Inclusão de duas práticas pedagógicas no Plano de Aplicação de Recursos Administrados pela APMC.....	126
Quadro 6 – Ação 4: Realização do Dia D da família em cada escola.	128
Quadro 7 – Ação 5: Promoção de atividades de cunho social	129
Quadro 8 – Ação 6: Construção de um cronograma mensal para a participação dos supervisores na Hora de Trabalho Pedagógico dos professores	130
Quadro 9 – Avaliação das ações do PAE executadas em 2018	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Demonstrativo de Servidores em 2015	33
Tabela 2 –	Estrutura Física das Escolas.....	35
Tabela 3 –	Rendimento da Coordenadoria Distrital de Educação 7 – Anos 2013 a 2016	37
Tabela 4 –	Padrão de Desempenho do SADEAM 2015 para a 3ª Série do Ensino Médio	46
Tabela 5 –	Resultado do Centro Educacional Arthur Virgílio Filho no SADEAM, Componente Curricular: Língua Portuguesa, 3ª Série do Ensino Médio..	47
Tabela 6 –	Resultado da Escola Estadual Samuel Benchimol no SADEAM, Componente Curricular: Língua Portuguesa, 3ª Série do Ensino Médio..	52
Tabela 7 –	Resultado da Escola Estadual Professor Ruy Alencar no SADEAM, Componente Curricular: Língua Portuguesa, 3ª Série do Ensino Médio..	56
Tabela 8 -	Calendário da Olimpíada de Língua Portuguesa – Ano 2016	64
Tabela 9 –	Atendimento Realizado pela Supervisão da CDE7 às Três Escolas de Ensino Médio em 2015 e 2016.....	66

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1	AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM TRÊS ESCOLAS DA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7	23
1.1	ATUAÇÃO DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO E DA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7	26
1.2	APRESENTAÇÃO DAS COORDENADORIAS ADJUNTAS PEDAGÓGICAS E ÍNDICE GERAL DE RENDIMENTO DA CDE 7	35
1.3	O TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO	38
1.4	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS PELAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO SELECIONADAS PARA ESTE ESTUDO	44
1.4.1	Centro Educacional Arthur Virgílio Filho e o desenvolvimento da Prática Pedagógica - Mostra Literária	44
1.4.1.1	<i>Mostra Literária Centro Educacional Arthur Virgílio Filho</i>	<i>48</i>
1.4.2	Escola Estadual Samuel Benchimol e o Desenvolvimento do Sarau Sam.....	51
1.4.2.1	<i>Prática Pedagógica Sarau Sam.....</i>	<i>53</i>
1.4.3	Escola Estadual Professor Ruy Alencar e o Desenvolvimento da Prática Pedagógica Jornada Interdisciplinar Professor Ruy Alencar (JIPRA) e Mostra Literária.....	55
1.4.3.1	<i>Prática Pedagógica Jornada Interdisciplinar Professor Ruy Alencar (JIPRA)</i>	<i>57</i>
1.4.3.2	<i>Prática Pedagógica “Mostra Literária”</i>	<i>60</i>
1.4.4	Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro	62
1.5	O ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO FEITO PELA SUPERVISÃO ÀS ESCOLAS EM RELAÇÃO À PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	65
2	ANÁLISE SOBRE O ACOMPANHAMENTO DA SUPERVISÃO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM TRÊS ESCOLAS DA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7	72
2.1	REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO DO SUPERVISOR E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ENSINO	76
2.1.1	A importância do Acompanhamento Pedagógico nas Escolas de Ensino Médio	77
2.1.2	Práticas Pedagógicas – Ações Escolares Educacionais.....	84
2.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	88
2.2.1	Delimitação da Pesquisa e Seleção dos Sujeitos.....	90
2.3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA.....	93

2.3.1	Análise das Práticas Pedagógicas – exemplificadas através de Ações Educacionais.	94
2.3.2	O Acompanhamento Pedagógico	105
2.4	CONCLUSÕES A PARTIR DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	116
3	ACOMPANHAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PROPOSTA DE MELHORIAS	119
3.1	APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – (PAE)	120
3.2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	120
3.2.1	Elaboração de cronograma para a participação dos supervisores em eventos externos.	123
3.2.2	Contratação de um supervisor para a CDE7.....	124
3.2.3	Inclusão de práticas pedagógicas no Plano de Aplicação da APMC de cada escola.	126
3.2.4	Realização do Dia D da família na escola e Promoção de atividades de cunho social	127
3.2.5	Construção de um cronograma mensal de participação dos supervisores na Hora de Trabalho Pedagógico dos professores....	130
3.3	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	131
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
	REFERÊNCIAS.....	135
	APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES, PEDAGOGOS E APOIOS PEDAGÓGICOS.....	142
	APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SUPERVISORES DA COORDENADORIA ADJUNTA PEDAGÓGICA DO ENSINO MÉDIO DA CDE7	144
	APÊNDICE C: ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA A SER REALIZADA COM PROFESSORES DAS ESCOLAS FOCO DA PESQUISA.	145
	ANEXO A: RESOLUÇÃO Nº 122/2010 – CEE/AM	146
	ANEXO B: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2013 – SEDUC.....	147
	ANEXO C – RESOLUÇÃO Nº 155/2015 - CEE/AM	148
	ANEXO D: CONTROLE DE RECEBIMENTO DE TEXTOS DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA – ANO 2016.....	149
	ANEXO E: ESCOLAS E PROFESSORES INSCRITOS NA OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA	150
	ANEXO F: ESCOLAS DA CDE7 QUE PASSARAM PARA A 2ª FASE NA OLP 2016	151

ANEXO G: PLANO ESTRATÉGICO PEDAGÓGICO DO ENSINO MÉDIO – ANO 2016	152
ANEXO H: REGISTRO DE ATENDIMENTO À ESCOLA ESTADUAL RUY ALENCAR – ANO 2015.....	153
ANEXO I: REGISTRO DE ATENDIMENTO AO CENTRO EDUCACIONAL ARTHUR VIRGÍLIO FILHO – ANO 2016.....	154
ANEXO J: MOSTRA LITERÁRIA CENTRO EDUCACIONAL ARTHUR VIRGÍLIO FILHO.....	155
ANEXO K: MOSTRA LITERÁRIA SARAU SAM DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SAMUEL BENCHIMOL.....	158
ANEXO L: PROJETO JORNADA INTERDISCIPLINAR PROFESSOR RUY ALENCAR	163
ANEXO M: MOSTRA LITERÁRIA ESCOLA PROFESSOR RUY ALENCAR.....	165

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como foco investigar o acompanhamento de práticas pedagógicas no ensino de língua portuguesa em três escolas de Ensino Médio da Coordenadoria Distrital de Educação 7 (CDE7), da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino do Estado do Amazonas (SEDUC/AM).

O acompanhamento de práticas pedagógicas em escolas de ensino médio é uma forma de apoiar, assistir e monitorar as equipes gestoras para a melhoria da qualidade do ensino. Assim, esta dissertação tem como foco de estudo o acompanhamento realizado pelo supervisor às práticas pedagógicas em três escolas que atendem à modalidade de ensino médio. No Centro Educacional Arthur Virgílio Filho, na Escola Estadual Professor Samuel Benchimol e na Escola Estadual Professor Ruy Alencar, recortes desta pesquisa, a execução de ações pedagógicas se efetivou como uma prática dos profissionais das Ciências Humanas, Exatas e da área de Língua Portuguesa, sendo que esta última faz parte da pesquisa, visto que a pesquisadora é formada nessa área.

Libâneo (2010) esclarece que, em uma escola, a presença do pedagogo escolar é uma exigência dos sistemas de ensino e da realidade escolar, tendo em vista a melhoria da qualidade da oferta de ensino para a população. Embora o autor se reporte ao pedagogo, percebe-se que o supervisor, no Estado do Amazonas, ao realizar o acompanhamento das práticas pedagógicas, faz o mesmo trabalho desse profissional. Desse modo, o supervisor é o responsável pela orientação aos pedagogos e equipes gestoras sobre as formas de atuação frente às práticas pedagógicas, sugerindo novas ideias e monitorando a realização das atividades, de modo que o processo educativo se realize a contento.

A pesquisa buscou compreender o trabalho do supervisor pedagógico, junto às equipes gestoras, além do acompanhamento do supervisor pedagógico às práticas desenvolvidas pelas escolas de ensino médio, como a realização de ações pela comunidade escolar. Logo, foi possível obter subsídios para a melhoria da atuação desse profissional nas escolas da CDE7.

A supervisão pedagógica, com a finalidade de acompanhar as escolas em suas atividades, existe, de fato, nas CDEs. Porém, até o momento, inexistiu uma base legal sobre o seu perfil na SEDUC/AM que contribua para a escolha do supervisor. Nesse sentido, somente as CDEs elaboraram um documento, utilizado

pelos coordenadores distritais no momento em que precisam entrevistar os candidatos ao cargo. Sobre esse fato, Prazeres (2016), afirma desconhecer a existência de um documento para a identificação do perfil do supervisor pedagógico.

Esta pesquisa teve como aporte teórico os autores que tratam da educação no país, tais como Prazeres (2016) que, em sua dissertação, trabalha a atuação do supervisor pedagógico nas CDEs, destacando, ainda, as dificuldades enfrentadas por eles no desempenho de suas funções. Soares (2004) aborda o letramento e a alfabetização, sendo o letramento a base a ser trabalhada com os alunos. Sobre o mesmo assunto, a autora Kleiman (2005) declara que uma prática de letramento escolar poderia implicar em um conjunto de atividades, visando ao desenvolvimento de estratégias ativas de compreensão da escrita e à ampliação do vocabulário e das informações, de forma a aumentar o conhecimento do aluno e a fluência na sua leitura.

As leis que regulamentam o ensino no Brasil estão presentes neste trabalho. Primeiramente, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) estabeleceu um novo momento na história do povo brasileiro e na educação do país, quando afirmou que a educação é um direito social. Com base nesse direito, em 1996, instituiu-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que tratou diretamente da educação no Brasil e da organização dos sistemas de ensino, de acordo com os entes federados (BRASIL, 1996).

O Artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases destaca os princípios do ensino na forma de ministrá-lo. O inciso II se refere à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; e o inciso III trata do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Assim, o docente tem a liberdade para mudar a sua prática de ensino, buscando uma melhor forma de ensinar, com o intuito de proporcionar, ao aluno, a construção do saber e do conhecimento (BRASIL, 1996).

No Amazonas, a Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC/AM) é a instituição responsável pela educação do Estado, estando ela dividida em microrregiões. Além disso, tem as Coordenadorias Distritais de Educação (CDEs), bem como as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), como intermediadoras de suas ações nas escolas.

Na cidade de Manaus, foram criadas seis Coordenadorias Distritais, a partir da implementação da Lei Delegada de nº 8, de 05 de julho de 2005 (AMAZONAS,

2005). A Coordenadoria Distrital de Educação 7 (CDE7) foi a última a ser construída e a sua instituição ocorreu pelo Decreto Lei nº 3.642, de 26 de julho de 2011 (AMAZONAS, 2011).

As três escolas foram escolhidas para a realização da pesquisa, por atuarem com a modalidade de Ensino Médio Regular e pertencerem à CDE7. Além disso, a escolha também ocorreu, pelo fato de estarem sob a minha supervisão pedagógica, função que atuo na Coordenadoria Distrital 7. As escolas também desenvolveram práticas pedagógicas que se destacaram frente às demais instituições de ensino, pois os professores de Língua Portuguesa executaram ações de boas práticas, que envolviam a pesquisa, leitura, apresentação e produção textual, junto aos alunos, em vista de um ensino significativo.

A pesquisa analisa o acompanhamento de práticas pedagógicas no ensino de Língua Portuguesa, componente que é a base para o desempenho dos alunos nos demais componentes curriculares. Tal acompanhamento faz parte da supervisão pedagógica da Coordenadoria Distrital de Educação 7, especificamente da coordenadoria adjunta do Ensino Médio, durante os anos letivos de 2015/2016, nas Escolas Estaduais Arthur Virgílio Filho, Samuel Benchimol e Professor Ruy Alencar.

A compreensão de que existe um esforço, por parte da supervisão, em acompanhar as atividades pedagógicas das escolas, mas que tal acompanhamento precisa ser aprimorado, despertou o meu interesse em pesquisar os desafios que o supervisor enfrenta para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos realizados pelas escolas, no intuito de se propor ações para a melhoria do acompanhamento pedagógico. Além disso, o tema faz parte da minha trajetória profissional, uma vez que sou formada na área de Letras e, por 27 anos, atuei em sala de aula. Justifica-se, ainda, porque, atualmente, me encontro supervisora pedagógica do Ensino Médio e acompanho as três escolas, recorte desta pesquisa. Ademais, a partir dos conhecimentos obtidos no curso do mestrado profissional, pude perceber que as dificuldades das escolas são de naturezas diversas, como falta de materiais, de servidores e de recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades pedagógicas. São dificuldades escolares que devem ser reconhecidas para serem sanadas, a fim de se concretizar as demais atividades demandadas da SEDUC/AM e da coordenadoria adjunta do Ensino Médio da CDE7.

Cada escola tem as suas peculiaridades, mas uma das dificuldades é o acompanhamento do professor em suas atividades pedagógicas, tanto na

elaboração de projetos, quanto na execução das ações. Fato é que além dos supervisores, a equipe gestora também precisa auxiliar e monitorar as atividades pedagógicas realizadas pelo professor de forma mais efetiva, pois faz parte do trabalho pedagógico.

Assim, a ideia de um melhor acompanhamento das atividades pedagógicas nas escolas, no componente curricular língua portuguesa, na modalidade ensino médio regular, possibilita uma visão do conhecimento apreendido pelo aluno, que contribui para a continuidade dos seus estudos.

Logo, no que compete à supervisão pedagógica da CDE7, em prol de um melhor acompanhamento às escolas pesquisadas, no sentido de possibilitar à equipe gestora uma orientação que garanta uma boa prática de ensino, a **pergunta** norteadora que se faz é a seguinte: Como pode ser melhorado o processo de acompanhamento das práticas pedagógicas no ensino de língua portuguesa na Coordenadoria Distrital de Educação 7?

Uma **hipótese** ao questionamento vem do fato de a própria Coordenadoria Adjunta Pedagógica depender da gestão escolar para desenvolver um trabalho diferenciado com práticas de ensino diversificadas, pois nas escolas, a gestão tem autonomia para trabalhar junto aos professores, e estes têm papel relevante na elaboração e no desenvolvimento das ações pedagógicas. A equipe gestora das escolas é quem elabora o plano de ação estratégico. Nele, estão organizadas todas as atividades a serem desenvolvidas pelos professores durante o ano letivo. A Coordenação pode até lançar a ideia e se propor a acompanhar, mas esta somente frutificará se alguém da escola ficar à frente dos trabalhos.

Diante dessa realidade, **o objetivo geral** desta dissertação é analisar os principais desafios enfrentados pela Coordenadoria Adjunta Pedagógica, ao acompanhar as práticas pedagógicas no ensino de língua portuguesa.

O objetivo geral desta dissertação se desdobra nos seguintes objetivos específicos: i) descrever a Secretaria de Educação, a Coordenadoria Distrital 7, em relação ao apoio e monitoramento às escolas; ii) analisar os principais desafios enfrentados pela Coordenadoria Adjunta do Ensino Médio no processo de acompanhamento às práticas pedagógicas de língua portuguesa, presentes nas escolas; iii) propor um plano de ação que possibilite a melhoria do processo de acompanhamento executado pela Coordenadoria Adjunta Pedagógica, junto às

escolas de Ensino Médio da CDE7 que apresentam boas práticas pedagógicas no componente curricular de língua portuguesa.

Com o intuito de maior compreensão do caso pesquisado, esta dissertação se estrutura em três capítulos. Primeiramente, há uma descrição sobre a SEDUC/AM e a CDE7, passando por uma análise sobre o acompanhamento pedagógico de práticas pedagógicas, à luz de autores que dialogam sobre o tema. Além disso, é proposto um plano de intervenção que propicie a melhoria do acompanhamento da supervisão pedagógica.

O primeiro capítulo apresenta o caso de gestão, estando ele dividido em seis seções, que se inicia a partir do desenho da SEDUC, como instituição educacional mantenedora, e da CDE7, como instituição intermediária entre as escolas e a SEDUC. Em seguida, são apresentadas as Coordenadorias Adjuntas Pedagógicas, o trabalho de acompanhamento do supervisor pedagógico, bem como as três escolas de Ensino Médio, recorte da pesquisa. Por fim, o capítulo conclui com a apresentação do acompanhamento feito pela supervisão às escolas, com relação à prática pedagógica no ensino de língua portuguesa.

O segundo capítulo apresenta a análise do acompanhamento da supervisão às práticas pedagógicas em três escolas da CDE7. Os procedimentos metodológicos foram constituídos a partir de uma pesquisa de campo, de caráter qualitativo, com a aplicação de entrevista semiestruturada, realizada com doze atores escolares. Quanto a análise dos dados da pesquisa, esta foi construída a partir dos eixos temáticos de análise do caso de gestão, Práticas de Ensino e Acompanhamento Pedagógico. As respostas dadas pelos entrevistados aos questionamentos foram analisadas à luz de autores que estudaram a educação brasileira e o acompanhamento pedagógico.

O terceiro capítulo apresenta, primeiramente a justificativa e a estrutura de um Plano de Ação Educacional (PAE) como proposta de intervenção. Traz, ainda, os principais achados da pesquisa de campo, além das seis ações a serem postas em prática pela Coordenadoria Adjunta do Ensino Médio, como: a elaboração de um cronograma de participação dos supervisores em eventos externos; a contratação de um supervisor para a Coordenação Adjunta do Ensino Médio; inclusão de duas práticas pedagógicas no plano de aplicação da APMC de cada escola; realização do dia D da família na escola; promoção de atividades de cunho social; construção de cronograma mensal para a participação dos supervisores na Hora de Trabalho

Pedagógico dos professores. Por fim, este capítulo contém o monitoramento, a avaliação das ações do PAE e se conclui com as considerações finais.

Enfim, esta dissertação contribuiu para a reflexão sobre um melhor acompanhamento do supervisor, em relação às práticas pedagógicas nas escolas. Além disso, esse estudo corrobora para a constituição de uma gestão escolar voltada para o pedagógico, mas sem perder de vista o administrativo, envolvendo, assim, a equipe escolar num esforço de melhoria das práticas de ensino. Em síntese, no final do capítulo, são feitas as considerações finais da pesquisa, em que são colocados os processos utilizados para a sua realização, além das contribuições dos autores para a finalização da análise e do plano de intervenção.

1 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM TRÊS ESCOLAS DA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7

Este capítulo tem como finalidade apresentar o caso de gestão, principiando por uma descrição do contexto geral da pesquisa, que vai desde a apresentação de práticas pedagógicas no ensino de língua portuguesa, até a atuação da Secretaria de Educação, como entidade macro, responsável pelo ensino no Estado do Amazonas. Além disso, também são abordados o trabalho desenvolvido pela CDE7 e o caso de gestão propriamente dito.

As práticas pedagógicas na educação têm relação com uma mudança de metodologia de ensino-aprendizagem por parte do professor. Aparício (2008), em sua pesquisa que trata da inovação das aulas de Língua portuguesa e como estas estão sendo realizadas pelos professores da rede pública estadual de São Paulo, afirma:

[...] os professores participantes demonstram reconhecer as limitações do ensino tradicional de gramática e a necessidade de assumir novas posturas em sala de aula, mas também demonstram ter dificuldade em relação ao que escapa à gramática tradicional. Esse reconhecimento, no entanto, não anula suas preocupações e suas dúvidas em relação às consequências da substituição da prática tradicional por uma prática centrada na reflexão linguística (APARÍCIO, 2008, p. 354).

Diante desse fato, compreendo que não é fácil, para o professor, mudar a sua prática de ensino. Nessa perspectiva, há de se ter orientação e o apoio da equipe pedagógica, de forma que continue ministrando aulas com o desenvolvimento de atividades escolares diferenciadas. Logo, é crucial que o professor participe de formações continuadas, a fim de realizar mudanças adequadas na sua prática de ensino.

A mesma autora também destaca que os documentos oficiais, como Propostas Curriculares Estaduais de Língua Portuguesa e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), foram primordiais para a reflexão sobre a linguagem e contribuíram para a mudança das práticas pedagógicas no Ensino Fundamental.

Para o Ensino Médio, os PCN (BRASIL, 2000) destacam que a educação, em todos os componentes, deve:

[...] considerar a necessidade do desenvolvimento das competências básicas tanto para o exercício da cidadania quanto para o desempenho das atividades profissionais. A garantia de que todos desenvolvam e ampliem suas capacidades é indispensável para se combater a dualidade da sociedade, que gera desigualdades cada vez maiores (BRASIL, 2000, p. 11).

Diante desse fato, não é mais aceitável que no Ensino Médio se desenvolva uma prática de ensino baseada na memorização, ou somente no estudo isolado de regras gramaticais e na fragmentação do conhecimento. Uma prática de ensino baseada na análise de fatos da realidade, no trabalho em equipe, instigando os alunos a observarem o meio em que estão inseridos, a pesquisarem e a proporem soluções para os problemas, é uma forma de ministrar um ensino que seja significativo para o aluno,

É preciso que a escola adote uma concepção de ensino que evidencie a natureza social e interativa da linguagem, em oposição às concepções tradicionais, em que o ensino não tem nenhuma relação com o social. Uma prática pedagógica de ensino de língua portuguesa no Ensino Médio, na abordagem de um conteúdo como o de gramática, por exemplo, deve conduzir os alunos a uma reflexão sobre a realidade, corroborando para a formação de cidadãos pensantes, que interajam e lutem por melhorias na sociedade. Sobre o ensino-aprendizagem, Vieira *et al* (2010, p. 30) afirmam:

A intenção de nós, educadores, em melhorar a prática pedagógica, não deveria ser diferente, já que atualmente a proposta educacional é a de despertar nos alunos essa competência comunicativa, ou seja, formar leitores críticos. Nada mais lógico que transpor a realidade cotidiana de nossos educandos para a sala de aula, pois, dessa forma, estaremos melhorando não só a nossa prática docente, mas também despertando maior interesse de nossos alunos pelas aulas de língua portuguesa, e estas, por sua vez, apresentando um maior significado para eles.

Um ensino de qualidade envolve não só investimento em materiais didáticos na formação do professor, mas também perpassa pelo apoio e incentivo da gestão, além da vontade de o professor fazer uma reflexão sobre a prática de sala de aula, com o intuito de renová-la. Essa renovação pode vir a partir da implementação de um projeto a ser desenvolvido de forma interdisciplinar, que pode nascer da

necessidade de amenizar um problema na escola ou na prática de um plano de ação bimestral ou semestral, que venha a ser desenvolvido com os alunos.

Em termos de educação básica, o educador, no processo educativo, tem uma missão. Demo (2012) ressalta que a missão do educador é orientar que todo aluno domine o conhecimento necessário, de modo construtivo, ou seja, não como receptor que apenas aprende a copiar, mas como sujeito que arquiteta a sua própria competência. É necessário dar as bases para que o aluno consiga produzir o próprio conhecimento, a fim de concluir o ensino básico com a apropriação de competências básicas, para agir no meio em que vive por um mundo melhor.

No caso desta pesquisa, as práticas de ensino se concretizam pela implementação de ações escolares interdisciplinares, que foram desenvolvidas em 2015 e 2016 em três escolas da Coordenadoria Distrital de Educação 7. As ações das práticas pedagógicas envolvem a escola como um todo, mudando completamente o cotidiano, uma vez que as pesquisas feitas pelos próprios alunos devem ser apresentadas posteriormente para todos, com o auxílio de ferramentas tecnológicas, como retroprojetor e *notebook*, a fim de que haja uma boa visualização e entendimento sobre o assunto pesquisado.

A formação de professores é crucial para a melhoria das práticas pedagógicas. Essa formação é essencial para que o professor comece a despertar para uma melhor atuação e reflexão sobre o ensino. Para tanto, ela deve envolver currículo, projetos escolares, metodologia de ensino-aprendizagem para os novos tempos, bem como a discussão sobre a má remuneração do profissional, as condições precárias das escolas e a ausência de autonomia.

Quanto as ações escolares de práticas pedagógicas, é importante que estejam sinalizadas no Projeto Político Pedagógico das escolas. Além disso, é essencial que sejam realmente da escola e não de um professor, uma vez que o educador pode sair da escola, deixando a instituição sem material necessário para desenvolvê-las.

Nas escolas pesquisadas, as ações das práticas pedagógicas são elaboradas pela equipe pedagógica e pelos professores. Estes se propõem a desenvolver as atividades com os alunos em um determinado semestre ou bimestre. O desenvolvimento das atividades deve ser acompanhado pelo supervisor pedagógico da Coordenadoria Distrital 7 e pelo pedagogo ou apoio pedagógico das escolas.

1.1 ATUAÇÃO DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO E DA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7

A Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC/AM), responsável pela gestão educacional do Estado do Amazonas, começou a sua atividade no ano de 1946, a partir da publicação da Lei nº 1.596, de 05 de janeiro de 1946 (AMAZONAS, 1946), com a denominação de Diretoria Geral do Departamento de Educação e Cultura. Após esse nome, possuiu outras nomenclaturas, sendo que a atual veio com a Lei nº 2.600, de 04 de fevereiro de 2000 (AMAZONAS, 2000).

Para a instituição SEDUC/AM exercer adequadamente as suas atividades, em 28 de maio de 2007 foi publicada a Lei Delegada nº 78 (AMAZONAS, 2007), que dispõe sobre as principais finalidades, como a formulação, a supervisão, a coordenação, a execução e a avaliação da Política Estadual de Educação, bem como a execução da educação básica e a assistência, orientação e acompanhamento das atividades dos estabelecimentos de ensino.

Diante do que dispõe a lei, a supervisão também passou a fazer parte dos trabalhos das Coordenadorias Distritais de Educação. Uma supervisão pedagógica com o propósito de acompanhar as escolas no apoio e monitoramento das atividades relacionadas ao ensino-aprendizagem.

Com o intuito de se cumprir as diversas competências destinadas para as ações que estejam em consonância com as principais finalidades, a SEDUC/AM conta com um gestor, que é o Secretário de Estado da Educação do Amazonas, e com estrutura organizacional, composta por: Ouvidoria; Órgãos Colegiados; Órgãos de Assistência e Supervisão; Órgãos de Atividades-Meio e Órgãos de Atividades-Fim.

A estrutura organizacional da SEDUC/AM apresenta subdivisões, de acordo com as especificidades das áreas de atuação, relacionadas à capital, ao interior do estado e, em alguns casos, às duas áreas. Como exemplo, há os Órgãos de Atividades-Meio, que, com seus Departamentos de Logística, Infraestrutura, Planejamento, Gestão Financeira, Gestão Escolar e Gestão de Pessoas, atendem tanto à capital, quanto ao interior do Estado.

De acordo com os dados do Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEE/AM), no ano 2015, a Rede Estadual do Amazonas tinha 24.370 professores, sendo que estes atuavam em escolas distribuídas nas zonas urbanas e rurais dos

61 municípios do Estado, assistindo alunos entre o Ensino Fundamental I e o Ensino Médio (AMAZONAS, 2015a).

A sede da SEDUC/AM está situada no município de Manaus. Mas, para atender melhor à demanda, conta com outras estruturas organizacionais de menor porte, localizadas tanto na capital, quanto nos municípios do interior. As organizações foram criadas graças à implementação da Lei Delegada nº 8, de 05 de julho de 2005, que estabeleceu a atuação das Coordenadorias Distritais de Educação (CDEs) na capital e das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) no interior do Estado (AMAZONAS, 2005).

Inicialmente, seis Coordenadorias foram criadas para atender às escolas da capital, ficando as suas áreas de atendimento assim distribuídas geograficamente: zona norte, leste, sul, oeste, centro-sul e centro-oeste. Com a publicação da Lei Delegada nº 3.642, de 26 de julho de 2011 (AMAZONAS, 2011), ocorreram alterações, como a ampliação do papel das Coordenadorias, a reestruturação interna e o aumento no quadro de servidores, bem como uma nova divisão do quantitativo de escolas por CDE, que resultou na criação da Coordenadoria Distrital de Educação 7.

Assim, a Coordenadoria Distrital de Educação 7 foi instituída através do Decreto Lei nº 3.642/2011 (AMAZONAS, 2011) e a sua sede foi inaugurada no dia 16 de março do ano de 2012, estando localizada na Avenida Arquiteto José Henrique B. Rodrigues, nº 30, Loteamento Rio Piorini. Ela abrange a área de expansão da Zona Norte II da Cidade de Manaus.

A Coordenadoria Distrital de Educação 7, assim como as demais coordenadorias da capital e as Regionais de Educação da SEDUC/AM, estão subordinadas às Secretarias Executivas Adjuntas da Capital e do Interior. Todas as coordenadorias, desde 2005, vêm adquirindo mais autonomia, bem como uma consolidação e o aumento da estruturação de seu quadro de servidores efetivos.

Quanto à estrutura organizacional e competências das CDEs e CREs, a Lei Delegada nº 78/2007 (AMAZONAS, 2007) e sua alteração, através da Lei Delegada nº 3.642/2011 (AMAZONAS, 2011), dispõe que suas atribuições se mantêm inalteradas, com a seguinte redação:

Art. 4º. As unidades integrantes da estrutura organizacional da Secretaria de Estado e Qualidade de Ensino – SEDUC têm as seguintes competências, sem prejuízo de outras ações e atividades previstas no seu Regimento Interno:

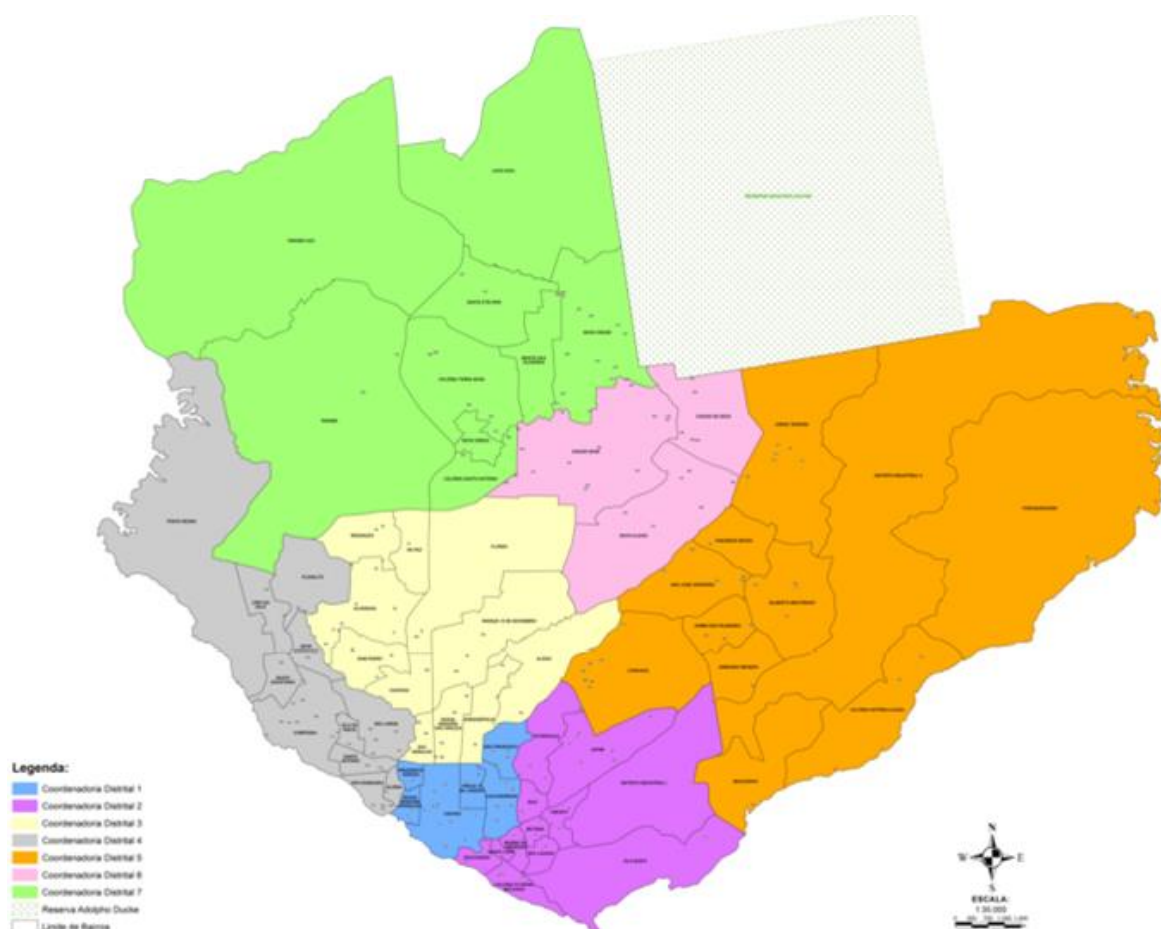
[...]

XIII – COORDENADORIAS DISTRITAIS E REGIONAIS DE EDUCAÇÃO – coordenação, implementação, assessoramento e acompanhamento das ações desenvolvidas nas unidades escolares, a partir das diretrizes emanadas dos órgãos da Secretaria, bem como representação e intermediação das demandas e propostas das escolas da rede estadual de ensino junto à Instituição; co-responsabilização no processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Plano de Ação das Escolas e Implementação de Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis, participação ativa nas ações referente ao acesso escolar, lotação de pessoal, distribuição da carga horária, cumprimento do calendário escolar, alcance de metas referentes aos resultados educacionais, assim como no processo de avaliação da gestão escolar (AMAZONAS, 2007, p. 2).

Logo, quanto às competências, a CDE7, as demais CDEs e Regionais estão ligadas ao plano de metas da SEDUC/AM, pois fazem parte da rede que implementa as ações, emanadas dos órgãos que constituem a instituição. Assim, grande parte das ações que a CDE7 desempenha nas escolas estão atreladas ao planejamento do macro sistema.

É possível observar, no mapa da Figura 1, a área verde, onde estão localizadas as escolas da CDE7.

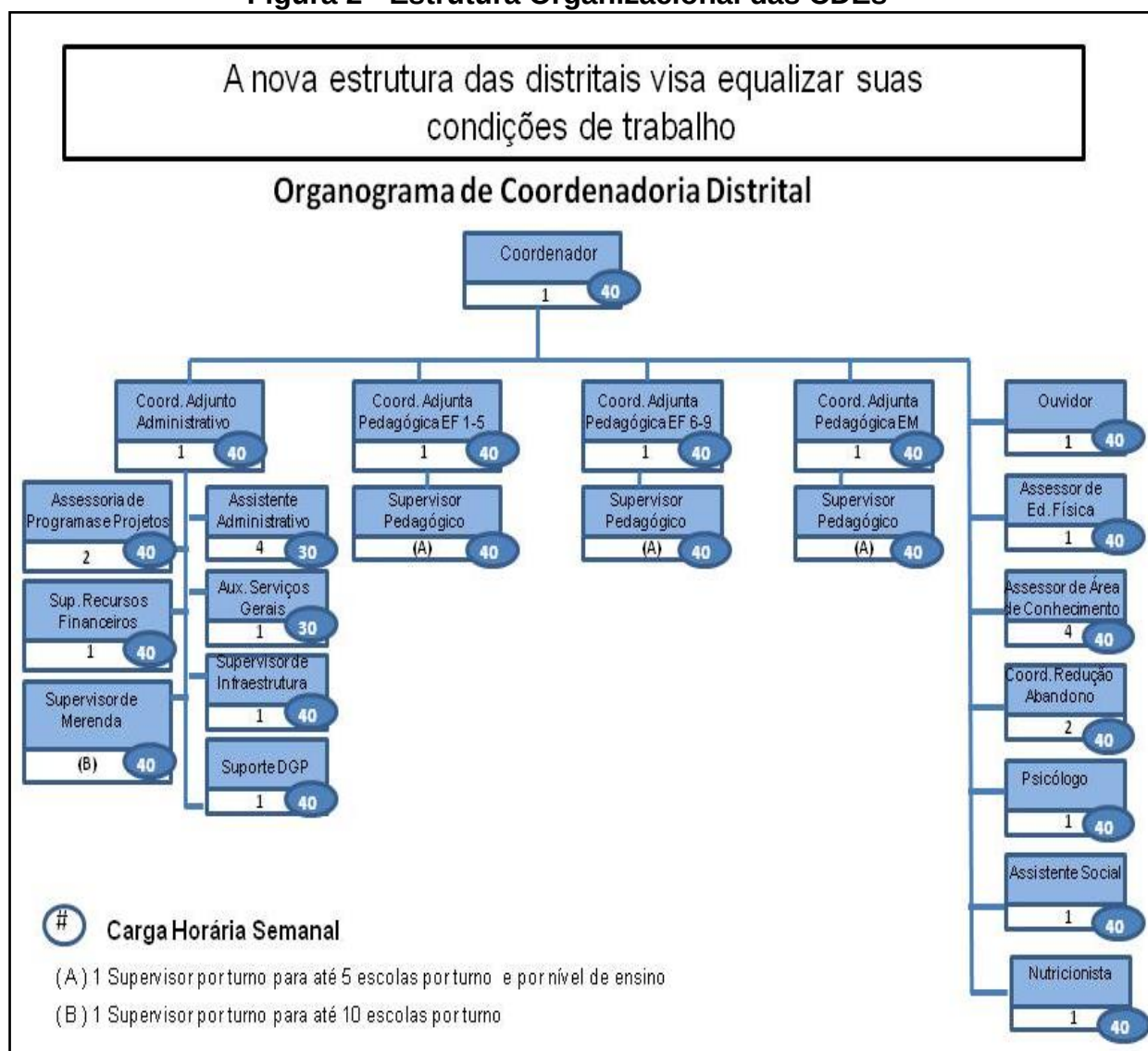
Figura 1 – Mapa da cidade de Manaus



Fonte: Amazonas (2012).

Na Estrutura Organizacional da CDE7, conforme a Lei nº 3.642/2011, em seu artigo 3º, que trata da atual Estrutura Organizacional da SEDUC/AM, encontra-se, dentro dos Órgãos de Assistência e Assessoramento, a localização e as secretarias adjuntas, que estão subordinadas às Coordenadorias Distritais de Educação da capital (CDEs), além das Coordenadorias Regionais de Educação do interior (CREs) (AMAZONAS, 2011). A Figura 2, a seguir, apresenta a estrutura organizacional das CDEs.

Figura 2 - Estrutura Organizacional das CDEs



Fonte: Amazonas (2012).

A equipe gestora da CDE7 é composta por um Coordenador Distrital, um Coordenador Adjunto Administrativo, supervisor de programas e projetos, supervisor de recursos financeiros, supervisores de merenda, assistente administrativo, auxiliar de serviços gerais, suporte DGP, supervisor de infraestrutura, ouvidor, supervisor de educação física, coordenador de redução do abandono, psicólogo, nutricionista, três coordenadores adjuntos pedagógicos e supervisores.

A coordenadoria adjunta administrativa tem como competência as atividades relacionadas ao que é representado na Figura 2. Dentre outras ações, estão: o suporte ao Departamento de Gestão de Pessoas (DGP), a merenda escolar, a infraestrutura e os recursos financeiros. As principais ações desenvolvidas pelo

suporte do DGP, em parceria com esse departamento, são a lotação de servidores, conferência e monitoramento das cargas horárias das escolas sob sua jurisdição, bem como o acompanhamento dos servidores. Quanto à merenda escolar, a CDE7 realiza o acompanhamento às escolas, a formação continuada e auxilia os manipuladores de alimento na confecção dos cardápios per capita dos alunos (AMAZONAS, 2012).

Em parceria com o Departamento de Logística (Delog) e com o Departamento de Administração e Infraestrutura (Deinfra), o suporte de infraestrutura realiza ações de reposição de material permanente; manutenção e conservação do espaço físico das escolas; inventário de bens materiais; além da logística e monitoramento dos serviços terceirizados, como limpeza do patrimônio, segurança e agente de portaria.

O suporte de recursos financeiros tem a responsabilidade de acompanhar a aplicação dos recursos federais, estaduais e próprios de cada escola. Esse acompanhamento se dá desde o planejamento, passando pela execução do plano de ação, até a primeira análise da prestação de contas, sendo posteriormente protocolado na SEDUC/AM para a análise e parecer final.

Assim como as demais CDEs, a Missão da CDE7 é coordenar, assessorar e acompanhar as ações desenvolvidas nas escolas sob sua jurisdição, construindo uma educação de excelência que permita o pleno desenvolvimento de competências e habilidades, a partir do envolvimento de todos no processo educativo (AMAZONAS, 2013a).

A CDE7 tem como Visão ser uma coordenadoria reconhecida pelas ações e resultados de excelência, estando comprometida com o desenvolvimento das potencialidades do educando e do educador, através do trabalho integrado e do envolvimento com a comunidade (AMAZONAS, 2013a).

A CDE7 mantém um trabalho sistemático com os seus principais usuários, que são os gestores, professores e servidores administrativos. Para isso, o coordenador distrital, o coordenador administrativo e os coordenadores adjuntos participam de reuniões e encontros com o secretário de educação, chefes de departamentos, técnicos e gerentes. Nesses encontros, eles analisam dados, recebem informações e orientações, que devem ser repassadas aos supervisores e aos gestores escolares. Os gestores, por sua vez, têm a missão de levar a mesma mensagem à comunidade escolar. Quando se trata de formação ou tema de

interesse da coletividade, a própria SEDUC/AM promove um encontro com os professores.

Na estrutura do sistema educacional, o Ministério da Educação (MEC) atua como órgão regulador e fiscalizador a nível nacional; a SEDUC é o órgão provedor, agindo também como reguladora e fiscalizadora de apoio ao MEC e na governança sistêmica. A CDE7 funciona como órgão de gestão e de execução da atividade fim, sendo responsável por atuar diretamente com os gestores escolares, no intuito de realizar o trabalho pedagógico nas escolas (ABNT/ ISO 9001, 2008) (AMAZONAS, 2014).

Desempenhando função de provedora, a SEDUC/AM dispõe do corpo gerencial desta organização, infraestrutura para ser controlada, utilizada ou incorporada na prestação de serviço da Coordenadoria Distrital 7. A maior parte desses recursos é destinada ao atendimento das prioridades das escolas estaduais. Assim, outra função da Coordenadoria é ser a mediadora ou facilitadora da comunicação entre SEDUC/AM e Escolas Estaduais, para a correta aplicação da infraestrutura fornecida pela provedora.

Os servidores da educação, lotados na CDE7, têm como objetivo desenvolver um trabalho junto às escolas para evidenciar a política de qualidade, através do apoio e monitoramento. Para isso, supervisores pedagógicos realizam atendimentos diários, visando à melhoria do trabalho pedagógico e o apoio à equipe gestora, ao mesmo tempo em que monitoram o desenvolvimento das atividades executadas.

Diante do exposto, observa-se que os servidores primam pela boa organização do trabalho, visando ao maior controle dos processos, bem como na concretização dos objetivos, ao final de cada ano.

A Tabela 1, a seguir, aponta o número de servidores da CDE7 no ano de 2015:

Tabela 1 – Demonstrativo de Servidores em 2015

SERVIDORES	ATUANDO NA FUNÇÃO	READAPTADOS	DESVIO DE FUNÇÃO	TOTAL
Professores(as)	1544	32	88	1644
Pedagogos(as)	41	2	0	43
Ap. Pedagógico	20	0	0	20
Merendeiro (a)	136	4	4	144
Administrativo	48	0	9	57
A. S. G.	71	4	17	92
Vigia	42	0	0	42
TOTAL				2042

Fonte: Amazonas (2015b).

É importante ressaltar que os servidores lotados na sede da CDE7 são efetivos, tendo carga horária de quarenta horas, dividida em dois turnos. Para atuar na função de supervisor pedagógico, o professor deve ser formado em pedagogia. Entretanto, professores de outras áreas também podem assumir tal função, contanto que tenham uma especialização na área de Coordenação Pedagógica. Também é fundamental que o supervisor saiba interagir com as pessoas, saiba ouvir e propor ideias, de forma a melhorar o trabalho escolar.

Em relação aos servidores lotados nas escolas, conforme dados apresentados na Tabela 1, destaca-se o quantitativo mínimo de pedagogos nas escolas no ano 2015, em que a CDE7 tinha vinte e quatro escolas e um anexo, a grande maioria funcionando nos três turnos. A Tabela 1 não informa, mas um número elevado de professores era proveniente de processo seletivo.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta o quantitativo de alunos matriculados na CDE7:

Gráfico 1 - Distribuição de Alunos nos Diversos Anos e Séries - 2015

Fonte: Amazonas (2015b).

O Gráfico 1 apresenta o quantitativo de alunos matriculados no primeiro, segundo e terceiro anos, período em que o aluno está na fase da alfabetização. Posteriormente, são apresentados os alunos matriculados no quarto e quinto ano, etapas em que há um número maior de alunos matriculados. No quadro, é possível perceber a existência de poucos alunos matriculados no Avançar. Além disso, é necessário destacar que a Rede Municipal de Manaus oferece matrículas para o Ensino fundamental I e, por isso, há um número menor de alunos matriculados na Rede Estadual.

No Ensino Fundamental II, que vai 6º ao 9º ano, houve um quantitativo maior de matrículas, pelo fato de a Rede Municipal disponibilizar poucas escolas para atender a esta demanda. O Avançar 4 apresenta um maior quantitativo de alunos matriculados do que o Avançar 3, indicando a presença de alunos em distorção idade/série. A Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental, possui um número elevado de alunos, o que indica a existência de muitos jovens, na fase adulta, que talvez não tiveram oportunidade de estudar na idade adequada e estão retornando os estudos.

No Ensino Médio, observa-se um número expressivo de alunos matriculados na primeira série, porém, são poucos os que chegam à terceira série, indicando que o Ensino Médio precisa de algo que atraia a atenção dos alunos, especialmente os do turno noturno. A EJA Médio também conta com

poucos alunos e, nessa etapa, a procura das pessoas por essa modalidade de ensino demonstra que retornaram aos estudos, talvez pela necessidade de permanecer no emprego.

Em síntese, há uma grande procura por matrículas nas vinte e oito escolas da CDE7, seja no Ensino Fundamental ou Médio. Além disso, esses alunos são oriundos de municípios ou de outras zonas, tendo se mudado para a zona norte, uma área da cidade que está em expansão.

A Tabela 2, a seguir, apresenta a estrutura física das escolas da CDE7:

Tabela 2 – Estrutura Física das Escolas

TIPOS DE AMBIENTE	ESCOLAS
Salas de Aulas Por Turno	420
Laboratórios de Informática	25
Laboratórios de Ciências	16
Bibliotecas	25
Ambiente de Mídias	24
Quadra Coberta	20

Fonte: Amazonas (2015b).

Em 2015, a Coordenadoria Distrital de Educação 7 atendia a 24 escolas e 1 anexo. É possível perceber, na Tabela 2, que todas têm laboratório de informática, biblioteca e ambiente de mídias, sendo esses elementos essenciais para o trabalho pedagógico do professor com os alunos.

Das 24 escolas, 08 não possuem laboratório de ciências para os professores e alunos fazerem pesquisas e aulas práticas; e 04 instituições têm quadra sem cobertura, o que dificulta as atividades de Educação Física no período chuvoso e no verão, pois na região, a temperatura é muito alta e, nessa perspectiva, há a necessidade de se ter uma quadra coberta.

1.2 APRESENTAÇÃO DAS COORDENADORIAS ADJUNTAS PEDAGÓGICAS E ÍNDICE GERAL DE RENDIMENTO DA CDE 7

As coordenadorias adjuntas pedagógicas da CDE7 implementam ações em parceria com a Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica da capital, sobretudo com

o Departamento de Políticas e Programas da SEDUC/AM, englobando, assim, os Órgãos de Atividades-Fim. Conforme as competências das Coordenadorias, a equipe pedagógica tem como atribuições o acompanhamento e implementação de ações relacionadas ao desempenho acadêmico dos educandos, além da construção dos instrumentos de gestão das escolas, a formação continuada de professores, entre outras.

As três coordenadorias adjuntas pedagógicas, a do Ensino Fundamental I, a do Ensino Fundamental II, e a do Ensino Médio, planejam ações em conjunto. Quando as atividades são as mesmas para todas as escolas, os supervisores interagem e fazem uma supervisão colaborativa. No entanto, algumas demandas, enviadas pela SEDUC/AM, são específicas e, nesse caso, a ação fica a cargo da coordenação adjunta determinada.

A coordenação adjunta dos anos iniciais do Ensino Fundamental conta com um coordenador adjunto pedagógico e três supervisores pedagógicos. Em 2016, das vinte e oito escolas pertencentes à CDE7, vinte escolas atendem alunos dos anos iniciais e contam com três supervisores em dois turnos. Além disso, essa coordenação também orienta todas as escolas sobre a construção ou reformulação do Projeto Político Pedagógico. A coordenação adjunta do Ensino Fundamental II tem vinte e seis escolas, atendidas por cinco supervisores em três turnos, sendo ela a responsável pela elaboração do Regimento Interno das escolas da CDE7. A coordenação adjunta do Ensino Médio coordena dezoito escolas, que são atendidas por quatro supervisores em três turnos, e é também a responsável pela criação do Conselho Escolar e do Grêmio Estudantil.

Os coordenadores adjuntos elaboram, no início do ano, a Matriz de ações planejadas para o ano em curso. A partir da Matriz, é construído o Plano Estratégico Pedagógico, com a participação dos supervisores pedagógicos.

Atualmente, as ações do plano estratégico são elaboradas e avaliadas pela coordenadora adjunta pedagógica e pelos supervisores na reunião do final do bimestre. Nessa mesma reunião, é feita a compilação dos registros de atendimento, bem como o preenchimento do cronograma de atendimento às escolas.

Os supervisores são orientados a dialogar com as equipes gestoras para assistirem os professores nas Horas de Trabalho Pedagógico (HTP), para que preparem a suas aulas, tendo em vista uma prática de ensino que proporcione maior conhecimento aos alunos (AMAZONAS, 2013b).

As coordenadorias adjuntas pedagógicas trabalham diretamente com as escolas para que estas, além de atenderem aos alunos em suas necessidades de aprendizagem, possam, ao final de cada bimestre, atingir um bom rendimento, conforme a meta estabelecida pela comunidade escolar no início do ano letivo.

O rendimento escolar compreende a taxa de aprovação e reprovação de alunos, além do estudantes que deixaram de frequentar a escola em um bimestre ou em um ano letivo. No final de cada bimestre, as coordenações adjuntas analisam, com as equipes gestoras, o rendimento de cada escola. Quando este se apresenta muito baixo, são propostas ações que visam melhorar essa realidade. O rendimento da CDE7 se constrói a partir da soma de aprovação, reprovação e desistência dos alunos das escolas.

A Tabela 3, a seguir, mostra o rendimento geral da CDE7.

Tabela 3 – Rendimento da Coordenadoria Distrital de Educação 7 – Anos 2013 a 2016

ALUNOS	2013	2014	2015	2016
Aprovados	27.648	27.974	29.024	32.567
Reprovados	2.423	2.427	1.383	2.248
Deixou de frequentar	3.253	3.372	3.075	2.211
Total	33.324	33.773	33.482	37.026

Fonte: Amazonas (2016b).

Os números pesquisados no SIGEAM apresentam o rendimento da CDE7, no ano 2013, havendo 27.648 alunos aprovados, um percentual bom, porém, com possibilidades de melhoria no ano seguinte; em 2014 o rendimento foi de 27.974, indicando sinais de melhoria em relação ao ano anterior. No ano seguinte, 2015, o rendimento saltou para 29.024; e em 2016, o aumento de alunos aprovados foi bem maior, havendo um total de 32. 567. Esses números indicam que a CDE7 vem melhorando a cada ano o rendimento, sendo necessário combater a reprovação e o abandono.

Enfim, o rendimento da CDE7 é o resultado do rendimento de todas as escolas sob sua jurisdição. O trabalho do supervisor pedagógico, junto à equipe gestora, especialmente com o pedagogo ou apoio pedagógico, se faz necessário para a melhoria do rendimento das escolas e em consequência da CDE7.

1.3 O TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO

Os supervisores pedagógicos da CDE7, antes de realizarem a supervisão nas escolas, aguardam a elaboração das Matrizes de Ações Planejadas. Essa matriz é feita pelo Coordenador Adjunto Administrativo, pelos Coordenadores Adjuntos Pedagógicos do Ensino Fundamental I e II e pela Coordenadora do Ensino Médio.

Após a elaboração da Matriz de Ações Planejadas, os Coordenadores Adjuntos organizam um encontro com os supervisores, com o objetivo de elaborar o Plano de Ação Estratégico Pedagógico. Depois de elaborado, uma cópia fica no próprio setor e a outra é inserida no servidor da instituição, para que todos tenham acesso.

No Plano Estratégico Bimestral, são elencadas as ações desenvolvidas nas escolas, como o acompanhamento ao pedagogo na verificação dos dados inseridos no Diário Digital, sendo verificado se estes estão de acordo com o que foi planejado pelos professores. Outras atividades são: i) apoio à equipe gestora, com o intuito de realizar, de forma harmoniosa, as suas atividades cotidianas; e ii) orientações aos pedagogos, quanto à importância da utilização, por parte dos professores, de materiais diversificados em suas aulas, a fim de dinamizá-las e atraírem a atenção dos alunos, no intuito de que haja a permanência deles nas escolas e a melhoria do aprendizado, especialmente no turno noturno. Todas essas atividades devem ser realizadas pelos supervisores durante o acompanhamento semanal às escolas e são registradas em um registro de atendimento.

Os supervisores, após a elaboração do plano, se reúnem para a divisão de escolas por turno. Alguns supervisores atuam nos turnos matutino e vespertino. A minha atuação como supervisora pedagógica se iniciou em 2015, quando passei à supervisão do Ensino Médio, acompanhando oito escolas nos turnos matutino e noturno.

As escolas sob minha supervisão no ano letivo 2016, foram: Centro Educacional Arthur Virgílio Filho, Escola Estadual Senador Evandro das Neves Carreira, EETI João dos Santos Braga, EETI Dra. Zilda Arns Neuman, Escola Estadual Octávio Mourão, ETI Rafael Henrique Pinheiro, Escola Estadual Professor Ruy Alencar e Escola Estadual Samuel Benchimol.

Para um melhor atendimento a essas escolas, a cada quinzena, os supervisores se encontram na CDE7, objetivando elaborar um cronograma de

atendimento às escolas. Nele, é estabelecida, em cada dia da semana, uma escola para ser atendida e, no caso de surgir alguma demanda urgente ou um problema, duas ou mais escolas podem ser atendidas em um único dia. Nos encontros quinzenais, é feito o repasse de algumas dificuldades relacionadas ao trabalho, além de serem dadas orientações sobre como resolver esses problemas.

Em um dia da semana, visito uma escola, assim como os demais supervisores, com o intuito de acompanhar e monitorar as atividades pedagógicas desenvolvidas pelo gestor, pela pedagoga ou apoio pedagógico. Nessas visitas, escrevo, no registro de atendimento, o que foi tratado com a equipe gestor, além das necessidades apontadas por ela. Uma cópia do registro fica na escola e a original vai para o arquivo da CDE7. O registro das visitas é muito importante para rever e analisar a situação que cada escola enfrenta. Sobre esse fato, Lima (2016, p. 33) afirma:

Pude observar e registrar por meio de relatórios de visitas de supervisão pedagógica, que dentre as atribuições que constam no manual anteriormente citado, as mais problemáticas no cumprimento de ações são: (i) revisar com a comunidade escolar o Projeto Político Pedagógico; (ii) monitorar os registros das fichas do acompanhamento da HTP, trabalho que requer um atendimento individualizado aos professores; ... (NASCIMENTO, 2016, p. 33).

A afirmação de Eliamara Nascimento de Lima confirma que o acompanhamento semanal às escolas é a oportunidade que o supervisor tem de perceber e registrar as situações pelas quais a equipe gestora passa. Além disso, através desses momentos, é possível propor soluções, de forma a resolvê-las da melhor forma, por meio de uma parceria entre os pedagogos e os apoios pedagógicos.

Para a realização do acompanhamento às escolas, além de entregar pessoalmente o cronograma de atendimento à coordenadora, também o envio, por e-mail, ao setor administrativo da CDE7 e, desse modo, a coordenação fica ciente sobre qual escola estou em cada dia da semana. Caso haja algum imprevisto, como uma reunião extraordinária, convocação para participação em algum evento ou um retorno imediato em uma das escolas que estão sob minha orientação, o cronograma de atendimento tem um espaço para a alteração de escala. Nele, faço a

devida alteração e reenvio à coordenadora e ao setor administrativo, tendo a oportunidade de atualizá-lo.

Antes de iniciarem os trabalhos pedagógicos nas escolas, os Coordenadores realizam reunião com os gestores para passarem orientações e esclarecimentos sobre o ano letivo. Em seguida, os pedagogos e os apoios pedagógicos se reúnem, com o objetivo de repassar as orientações e esclarecimentos, relacionados ao trabalho que irão realizar nas escolas.

Os supervisores pedagógicos da CDE7 trabalham diretamente nas escolas, onde procuram ajudar os gestores e pedagogos nas atividades pedagógicas, também detectam os problemas e quando não conseguem resolvê-los, repassam aos coordenadores, a fim de que sejam solucionados. Caso seja de competência da própria SEDUC/AM, a coordenação entra em contato com a gestão da escola para que comunique a situação através de e-mail ou ofício e envie à CDE7, a fim de serem encaminhados à SEDUC/AM.

Ao chegar à escola, a primeira pessoa que o supervisor deve procurar é o gestor, o pedagogo ou apoio pedagógico para saber se as aulas estão sendo realizadas normalmente, se existe algum professor ausente e se há merenda suficiente para os alunos. Caso tenha algum problema na escola, além de se fazer registro da situação, a gestora ou gestor é orientado a entrar em contato com o setor ou com coordenador responsável, informando o problema para possíveis soluções e, posteriormente, iniciam-se as orientações das atividades pedagógicas. Nesse momento, o supervisor apresenta à gestora ou à pedagoga a pauta de atendimento a ser realizada na escola.

As ações que os supervisores realizam bimestralmente nas escolas são as seguintes: monitorar a inserção de dados no Diário Digital; verificar se o pedagogo está acompanhando os professores, através do diário digital, na inserção de presença, conteúdo e notas de avaliações feitas com os alunos; orientar o pedagogo para apoiar e ajudar os professores que apresentam dificuldades em sala de aula, principalmente no metodológico e no relacionamento humano com os alunos. Caso os problemas enfrentados pelo professor continuem, o supervisor precisa buscar ajuda com a coordenação adjunta pedagógica. Infelizmente, as atribuições dos supervisores ainda não foram regularizadas pela SEDUC/AM, sendo que somente as CDEs escreveram uma orientação para o trabalho a ser feito nas escolas.

Todos os pedagogos, apoios pedagógicos e supervisores sabem que o planejamento é flexível e que, diante de uma situação vivenciada pelos alunos ou por todos os brasileiros, o professor pode aproveitar aquele contexto e trabalhar com os alunos. Entretanto, o profissional não pode mudar muitos temas, uma vez que, no calendário da SEDUC/AM, existem as temáticas transversais e as datas comemorativas, momentos em que o professor pode e deve ministrar aulas que envolvam aquele tema especial.

Os supervisores orientam os pedagogos a prestarem atendimento direto aos professores no dia destinado ao planejamento bimestral. Cada pedagogo entrega a eles o formulário de planejamento para a elaboração do plano e, para isso, deve disponibilizar a eles as propostas curriculares pedagógicas, de acordo com os componentes curriculares, a fim de que possam fazer os seus planos. Além disso, o pedagogo também é orientado a pedir que se reúnam por área. Por exemplo, os professores da área de linguagem preparam os seus planos em conjunto, sendo que o mesmo acontece com as áreas de ciências humanas e ciências da natureza. Assim, há possibilidade de interação entre os professores sobre os componentes curriculares, de forma a organizarem as suas atividades.

O supervisor pedagógico orienta o pedagogo a elaborar o próprio cronograma de atendimento semanal e a cumpri-lo. Entretanto, devido à falta de servidores nas escolas, o pedagogo ou apoio pedagógico deixa de fazer o trabalho que é de sua responsabilidade, como, por exemplo, o acompanhamento do professor no HTP, para realizar outras tarefas, muitas vezes relacionadas à indisciplina de alunos. Dessa forma, as atividades de sua competência são deixadas para segundo plano, não porque o pedagogo quer, mas pela necessidade imediata da escola, uma vez que esta precisa continuar as suas atividades. E o supervisor, diante da situação de cada escola, é aquele que dá suporte à equipe gestora, apoiando e orientando para a melhoria do trabalho. Desse modo, pode ser visto como um colaborador e facilitador, visto que agiliza o processo pedagógico; ou como fiscal, cobrador desse processo.

Dentre as atividades da supervisão do Ensino Médio está a Criação do Conselho Escolar, esta é uma demanda da SEDUC/AM que a CDE7 acompanha nas 28 escolas. Os supervisores fazem o possível para realizar a criação ou a renovação do Conselho Escolar, para isso colaboram na mobilização da comunidade escolar para o processo de realização da eleição. Outra atividade

realizada pela supervisão do ensino médio é acompanhar a aplicação dos simulados, quando os resultados demoram a ficar prontos, por atraso na correção, a supervisão colabora com os trabalhos.

O pedagogo é orientado pelo supervisor a fazer o próprio Plano Estratégico Pedagógico, com ações a serem realizadas na escola. Uma cópia desse Plano é entregue na CDE7, a fim de que os supervisores saibam as ações pedagógicas que se realizarão em cada escola. As ações são as que constam no Artigo 118 do Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas (2010), o qual dispõe que ao serviço pedagógico da escola compete:

- I. fazer cumprir as normas, no que se refere ao Conselho de Classe;
- II. encaminhar sugestões de ordem administrativa que visem à correção de dificuldades encontradas;
- III. esclarecer a equipe quanto aos indicadores indispensáveis para a avaliação pedagógica, tendo em vista a globalização dos aspectos intelectuais e psicossociais da aprendizagem;
- IV. avaliar em equipe, periodicamente, o desempenho do corpo docente;
- V. participar da elaboração da sistemática de recuperação de estudos durante o período letivo;
- VI. acompanhar mensalmente o cumprimento, quanto ao que dispõe este Regimento Geral sobre os critérios de utilização, preenchimento e controle do Diário de Classe;
- VII. participar da avaliação do aluno durante todo o processo ensino e aprendizagem (RESOLUÇÃO Nº 122/2010 – CEE/AM).

O plano estratégico pedagógico é composto por ações da Resolução e também pelas que estão no calendário escolar. O papel do supervisor é orientar os pedagogos, durante as visitas às escolas, para que o trabalho seja organizado e resulte em qualidade de ensino. Sugere-se ao pedagogo o registrando em ata das reuniões que realiza com os professores, principalmente quando se tratar de conselho de classe, bem como de todas as conversas relacionadas ao pedagógico, realizadas com os professores individualmente. Além disso, ele também orienta sobre a disponibilidade de computadores aos professores das escolas que têm Diário Digital, para que possam inserir os dados no sistema.

O supervisor orienta o pedagogo sobre o arquivamento de documentos pedagógicos dos professores como, planejamento anual, planos bimestrais, fichas de controle de HTP preenchidas, planos de intervenção, avaliações e simulados.

Todos esses documentos são guardados em pastas e disponibilizados em um lugar de fácil acesso para o professor.

No término do bimestre, após a inserção de notas de todos os componentes curriculares, o supervisor ou coordenador adjunto pedagógico reúne a equipe gestora de cada escola para a análise do rendimento bimestral. Esse momento é importante, porque a equipe analisa os dados de aprovação, reprovação e discute se tem condições de atingir a meta estabelecida no início do ano letivo, bem como as estratégias para assegurá-la. Além disso, na análise também são elencadas as disciplinas em que os alunos estão com dificuldades, para que os professores possam diversificar as suas práticas de ensino, em prol da melhoria do aprendizado desses alunos.

Essa diversificação também é um desafio nas escolas, porque, infelizmente, alguns professores entendem que a culpa de o aluno não ter conseguido média suficiente para passar no bimestre é do próprio aluno e não da metodologia de ensino, que interfere no aprendizado. É necessário habilidade, por parte do gestor ou do pedagogo, para conversar com os professores, para sugerir novas metodologias de ensino, uma vez que há resistência por parte deles.

Os supervisores do Ensino Médio se reúnem em todas as terças-feiras para conversar com a coordenadora sobre o acompanhamento das escolas e entregar os registros para serem assinados, carimbados e depois arquivados nas pastas das escolas. Caso o supervisor tenha uma situação urgente a resolver sobre uma das escolas, ele pode conversar e entregar o registro antes desse dia à coordenadora, fazendo o repasse da situação, para que seja solucionada pela CDE7 ou encaminhada à SEDUC/AM.

Enfim, ao final de cada mês, todos os supervisores participam de uma reunião com a coordenadora para a compilação dos registros de atendimento e rever as ações para o mês seguinte. Este também é o momento para colocar os problemas enfrentados na supervisão e elencar a melhor forma de resolvê-los. Nessa reunião, são preenchidos os cronogramas de atendimento e conferidas as escolas que receberam menos atendimento, com o propósito de que sejam as primeiras a serem visitadas no mês seguinte.

1.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS PELAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO SELECIONADAS PARA ESTE ESTUDO

As escolas que realizam as práticas pedagógicas diferenciadas e que são foco desta pesquisa pertencem ao Ensino Médio Regular.

O Centro Educacional Arthur Virgílio Filho atende a alunos do Ensino Médio nos três turnos. A Escola Estadual Prof. Ruy Alencar também atende a alunos do Ensino Médio nos três turnos; enquanto a Escola Estadual Samuel Benchimol recebe alunos de diferentes modalidades nos três turnos, sendo que no turno matutino, ela atende aos alunos dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, já o turno vespertino é destinado aos alunos de anos finais e Ensino Médio e, no noturno, são atendidos os alunos do Ensino Médio Regular, EJA médio e EJA Fundamental.

As práticas pedagógicas são desenvolvidas nessas três escolas na modalidade de Ensino Médio Regular, isto se deve ao entendimento de que os professores e a equipe gestora têm a necessidade de trabalhar a educação de forma diferenciada, dando oportunidade aos alunos de apresentarem as suas próprias pesquisas, bem como a capacidade de produzir textos, de elaborar pequenas peças teatrais, enfim, de mostrar que têm competência para fazer bons trabalhos, sob a orientação dos professores.

A seguir, apresento as três escolas, em que professores e alunos desenvolvem planos de ação escolares considerados práticas pedagógicas.

1.4.1 Centro Educacional Arthur Virgílio Filho e o desenvolvimento da Prática Pedagógica - Mostra Literária

O Centro Educacional Arthur Virgílio Filho foi instituído sob o Ato de Criação nº 15.038 e a sua inauguração aconteceu no dia 23 de maio de 1992. Ele está situado na Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 69, bairro Santa Etelvina.

A instituição atende aos níveis de modalidade Ensino Fundamental II (9º ano) e Ensino Médio. Em 2015 e 2016, os alunos do Ensino Médio eram atendidos em três turnos: matutino, vespertino e noturno. Neste ano, 2017, a escola passou a funcionar em Tempo Integral, ou seja, os alunos passam o dia na escola. Somente o turno noturno permaneceu com o mesmo tipo de atendimento dos anos anteriores. A

parte física da escola é constituída por 17 salas de aula, sendo que todas funcionam nos turnos matutino e vespertino e, no noturno, somente 08 salas funcionam.

A escola possui um laboratório de informática, que é utilizado nos dias de sábado pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) para a realização do Curso Rede Cidadã Digital, sendo que esse curso é oferecido aos alunos e também aos demais membros da comunidade. Durante a semana, os professores podem utilizar o laboratório para realizar aulas com os alunos, porém, dificilmente os alunos vão ao laboratório, visto que os professores afirmam que as aulas de informática devem ser realizadas por um professor específico.

A escola também possui um laboratório de ciências, onde os professores de Biologia, Química, Ciências realizam aulas práticas com os alunos. Além disso, possui, ainda, uma biblioteca, que é muito utilizada pelos alunos para a realização de pesquisas. Entretanto, até o ano 2016, este ambiente não tinha uma pessoa responsável no turno matutino e vespertino e, nesse contexto, uma professora aposentada, amiga da escola, cuidava desta sala.

Os professores têm uma sala onde se reúnem para planejar as suas aulas, fazer reuniões e comemorar os aniversários. Em 2015, eram 87 professores lotados na escola; no ano seguinte, 2016, esse número reduziu para 69, pois diminuíram as turmas do turno noturno.

Além da sala dos professores, existe uma secretaria, diretoria e sala de coordenação pedagógica. Nessas três salas, ficam as pessoas que fazem parte da equipe gestora, ou seja, o secretário, a diretora e as pedagogas, que organizam todas as atividades para que a escola funcione sem muitos problemas.

A sala de multimídia é um ambiente da escola onde os professores levam os alunos para as aulas que possuem documentário, filme, vídeo, ou outros, como palestra, com temas transversais. É um ambiente bastante utilizado pelos professores de História, Geografia e Biologia. Além dessa sala, a escola possui dois depósitos, uma cozinha, um refeitório, uma quadra poliesportiva, um campo de vôlei, um estacionamento, dois banheiros para alunos especiais, dois banheiros para professores, quatro banheiros para funcionários e oito banheiros para alunos.

Em 2015, a escola matriculou um total de 1.710 alunos. No ano 2016, foram matriculados 1.419, segundo dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas (SIGEAM). Os alunos que estudam na escola são das comunidades do entorno, sendo jovens e adolescentes que vivem em uma área

crítica, marcada pela violência. Os pais passam a maior parte do tempo trabalhando para manter a família, enquanto os filhos estudam e cuidam da casa.

Este Centro Educacional tem 24 anos de funcionamento, mas, até o início do ano 2017, não tinha concluído o Projeto Político Pedagógico - PPP e o Regimento Interno. A atual gestora está com a missão de primeiro finalizar o PPP para depois iniciar o Regimento, pois o que a escola segue é o Regimento Geral.

A escola, ao longo dos anos, vem participando do Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM), uma avaliação externa que apresenta informações objetivas de como o ensino do Amazonas está sendo desenvolvido. Mas, antes de se apresentar o desempenho dos alunos, é essencial uma explicação sobre o padrão de desempenho utilizado nessa avaliação. A Revista Pedagógica do SADEAM (2016, p. 24) especifica que o padrão de desempenho constitui uma caracterização das competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos de determinada etapa de escolaridade, em uma disciplina/área de conhecimento específica. A tabela abaixo apresenta o padrão de desempenho.

Tabela 4 – Padrão de Desempenho do SADEAM 2015 para a 3ª Série do Ensino Médio

Abaixo do Básico: padrão de desempenho abaixo do esperado para a etapa de escolaridade e área de conhecimento avaliadas.	Até 450
Básico: padrão de desempenho caracterizado por um processo inicial de desenvolvimento das competências e habilidades correspondentes à etapa de escolaridade e área de conhecimento avaliadas.	Acima de 450 a 550
Avançado: padrão de desempenho proficiente para a etapa e área do conhecimento avaliadas. Os alunos que se encontram nesse padrão, demonstram ter desenvolvido as habilidades essenciais referentes à etapa de escolaridade em que se encontram.	Acima de 550 a 650
Proficiente: padrão de desempenho avançado para a etapa e área de conhecimento avaliadas. Os alunos que se encontram nesse padrão demonstram desempenho além do esperado para a etapa de escolaridade em que se encontram.	Acima de 650

Fonte: SADEAM (2016).

O padrão de desempenho especificado na tabela é importante para se compreender a proficiência média da escola ao longo dos anos. Além disso, mediante o resultado, é possível trabalhar para a melhoria do aprendizado dos alunos, mas priorizando a proposta curricular.

A seguir, na Tabela 5, apresenta-se o resultado da escola no Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM), dos anos 2011 a 2015.

Tabela 5 – Resultado do Centro Educacional Arthur Virgílio Filho no SADEAM, Componente Curricular: Língua Portuguesa, 3ª Série do Ensino Médio

Proficiência Média	Aluno Previsto	Aluno Efetivo	Abaixo do básico	Básico	Proficiente	Avançado
Ano 2011: 449,0	309	210	51,4	39,5	8,1	1,0
Ano 2012: 461,8	314	158	46,8	37,3	13,9	1,9
Ano 2013: 462,0	299	107	48,6	34,6	15,0	1,9
Ano 2014: 504,9	339	224	21,4	53,1	23,7	1,8
Ano 2015: 470,2	368	263	43,3	37,6	16,7	2,3

Fonte: Amazonas (2016b).

A proficiência dos alunos da 3ª série, no componente curricular Língua Portuguesa, na avaliação externa SADEAM, não foi positiva, ao se comparar os anos 2011 a 2015. De 2011 a 2013, a proficiência média ficou abaixo do básico e, somente em 2014, evoluiu para o Básico com 504,9. Entretanto, em 2015, ela voltou para o Abaixo do básico, com 470,2. Foram poucos os alunos que evoluíram do Básico para o Proficiente. Em 2014, houve um aumento expressivo de 23,7% e deste para o Avançado, a evolução foi menor, sendo que em 2015, alcançou apenas 2,3%.

Os dados acima indicam dois fatos. O primeiro é que os alunos saíram do ensino médio com pouco aprendizado. O segundo é que faltou um maior empenho para superar as dificuldades apresentadas pelos alunos nas avaliações, um trabalho que pode ser realizado na 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio.

A Coordenadoria Distrital de Educação 7 analisou esses dados, junto à equipe gestora do Centro Educacional Arthur Virgílio Filho, a fim de que houvesse

melhorias na proficiência dos alunos no ano 2016. Mas, observo que um melhor acompanhamento das práticas de ensino contribuiria muito para garantir um aprendizado significativo e um avanço no desempenho dos alunos na avaliação externa.

Em síntese, os dados obtidos nos cinco anos deixaram transparecer o baixo desempenho dos alunos do Centro Educacional Arthur Virgílio, quando comparado com outras escolas da CDE7, o que reforça a adoção de práticas pedagógicas de língua portuguesa, como atividades de leitura, por exemplo.

A seguir, apresento a prática pedagógica realizada pelos professores e alunos do Centro Educacional Arthur V. Filho.

1.4.1.1 Mostra Literária Centro Educacional Arthur Virgílio Filho

O Centro Educacional Arthur Virgílio desenvolveu atividades consideradas boas práticas pedagógicas em 2015 e 2016, porém, em 2015, não há registro da atividade. Das ações desenvolvidas em 2016, a escola e a CDE7 têm fotos e anotações sobre a Mostra Literária, realizada pelos alunos, sob a orientação dos professores de língua portuguesa e literatura.

Nas escolas públicas do Amazonas, o componente curricular língua portuguesa engloba a literatura no ensino médio e, desse modo, o mesmo professor é responsável por trabalhar a língua portuguesa, envolvendo a literatura. Por isso, o trabalho destacou o Romantismo, Realismo/Naturalismo, as Vanguardas Europeias e o Modernismo, o que proporcionou, aos alunos, o aprofundamento de conhecimento sobre os grandes escritores brasileiros. Além disso, os alunos criaram pequenas produções textuais, inspirados a partir da leitura de uma obra.

Cada turma se mobilizou para realizar não só a pesquisa, mas também a apresentação de seus trabalhos, tendo sempre o apoio do professor conselheiro, que pode ser de outras disciplinas, mas que dá suporte aos alunos nas atividades que envolvem a turma.

A Mostra Literária foi uma ação elaborada por uma professora de língua portuguesa que, em conversa informal, realizada em uma das visitas que fiz à escola, relatou ter se preocupado, quando percebeu que os alunos não estavam aprendendo com a metodologia utilizada por ela. Nessa perspectiva, resolveu mudar a prática de ensino, envolvendo a pesquisa de obras, a leitura, a produção de texto e

a apresentação. Como a professora ministrava aulas para a 1ª, 2ª e 3ª série, cada série ficou responsável por trabalhar uma obra pertencente a um dos estilos literários.

O plano de ação escolar teve a adesão de todos os professores da área de linguagens. Foi desenvolvido no 2º e 3º bimestres, resultando em um evento de uma semana, realizado no mês de setembro.

A seguir, a ilustração de uma encenação na apresentação da Mostra Literária do Centro Educacional Arthur Virgílio Filho em 2016.

Figura 3 – Mostra Literária Centro Educacional Arthur Virgílio Filho



Fonte: Arquivo da escola (CENTRO EDUCACIONAL ARTHUR VIRGÍLIO FILHO, 2016).

A Figura 3 é uma encenação inspirada na obra *Iracema*, de José de Alencar, que consistiu na leitura da obra, apresentação do conteúdo aos alunos, encenação de parte da obra e elaboração de um pequeno conto, inspirado na leitura.

O objetivo da atividade foi desenvolver, nos alunos, o gosto pela literatura, a partir da leitura de obras de autores brasileiros. Por fim, procurou-se desenvolver a produção de textos em diferentes gêneros. A leitura do livro, segundo a professora, era realizada em uma aula da semana, assim os alunos tomaram conhecimento sobre a obra.

O plano de ação incentivou os alunos ao trabalho coletivo da pesquisa e, além disso, também proporcionou um maior conhecimento sobre os conteúdos que abordavam o tema, além de manifestações artísticas, como o teatro, a música e a dança, por meio da realização de apresentações às outras turmas da escola e à comunidade. Os professores de língua portuguesa organizaram todo o desenvolvimento do trabalho com os alunos, de acordo com o calendário escolar, para que o material da Mostra ficasse pronto e pudesse ser realizada no período determinado. Cada turma apresentou um painel, referente ao autor pesquisado, e uma atividade artística, bem como a produção de um texto literário.

O que chamou atenção, nessa prática desenvolvida pelos alunos com o apoio dos professores, foi a dedicação e o interesse dos alunos em fazer uma boa apresentação à comunidade escolar. A organização do ambiente, a preparação dos alunos, foram observadas durante as apresentações. Sobre essa situação de aprendizado, Melo e Coimbra (2009) consideram:

[...] que o trabalho do professor consiste em proporcionar ao aluno uma situação de aprendizado para que ele construa seu próprio conhecimento. Esse conhecimento a ser construído implica saber pensar e, ao mesmo tempo, adquirir capacidade de dominar e renovar informações e de decidir o que fazer com elas. O aluno deve aprender para transformar, pesquisar para reconstruir, enfim, não se restringir a copiar e decorar (MELO; COIMBRA, 2009, p. 60).

Segundo os comentários dos professores, houve uma evolução da apresentação dos alunos no ano 2016, em comparação com o ano 2015. O empenho em pesquisar e preparar um material para a apresentação das obras permitiu a interação entre alunos. Nesse processo, o papel do professor foi o de proporcionar a eles uma situação de busca pelo conhecimento.

É importante esclarecer que a supervisão pouco acompanhou a realização das atividades, ficando restrita à elaboração do cronograma referente a cada ação da mostra, como a leitura das obras, as atividades práticas e a aquisição de materiais necessários para o desenvolvimento. O acompanhamento não foi adequado, porque houve muitas demandas da própria escola que, na época, passou por situações complicadas de gestão, e então, a supervisão se dedicava mais em dar assistência à parte administrativa e ao monitoramento de atividades pontuais, como o cumprimento de HTP, a realização de avaliações e recuperações paralelas, a inserção de notas no sistema, assim como a elaboração de planos de intervenção.

Esta mostra foi um trabalho feito com dedicação pelos professores e alunos da escola, uma prática na área de língua portuguesa, porque foi um trabalho diferente. Em síntese, as ações de práticas pedagógicas contribuem para a melhoria do ensino, e o papel da CDE7, bem como de seus supervisores, é orientar a equipe gestora sobre a importância de se implementar novas práticas e incentivar o registro dessas, havendo a construção de documentos escolares e de orientações para os professores, dando-lhes liberdade para atuarem da melhor forma em sala. Nesse contexto, são sugeridas ideias de práticas possíveis de serem realizadas em cada realidade escolar, além de incentivar a pesquisa e o uso das ferramentas como um recurso pedagógico na escola.

1.4.2 Escola Estadual Samuel Benchimol e o Desenvolvimento do Sarau Sam

A Escola Estadual Professor Samuel Benchimol está localizada em uma área próxima a um igarapé, tendo sido recentemente invadida e, no seu entorno, criou-se uma favela. Ela foi criada através do Decreto nº 22.587, de 22 de abril de 2002 (AMAZONAS, 2002b). Está localizada na Rua Monte Aconcágua S/N, Nova Cidade. Possui 27 salas de aula e oferece o Ensino Fundamental I e II, o Ensino Médio, a EJA Fundamental e a EJA Médio.

A escola possui uma biblioteca para os alunos pesquisarem e, assim, aprofundarem os conhecimentos sobre os assuntos ministrados pelos professores. Tem um laboratório de informática, que é utilizado para o curso Rede Cidadã Digital, ministrado pelo CETAM nos dias de sábado para a comunidade. Existe uma quadra de esporte, onde são desenvolvidas as aulas práticas de Educação Física. Além disso, os eventos da escola também são realizados nessa quadra e, aos sábados, a comunidade também pode utilizá-la para jogar futebol. Possui, ainda, uma sala de mídias, que os professores utilizam para passar aulas de revisão aos alunos, além de documentários, filmes e palestras com a participação das entidades parceiras, como a Polícia Militar, o Conselho Tutelar e o Agente de Saúde.

Além dessas salas, a escola conta com uma secretaria, quatro sanitários, uma cozinha, uma diretoria, uma sala para pedagogos, uma sala para professores, um depósito, um refeitório e um estacionamento.

Em 2015, a escola contava com 2.847 alunos, distribuídos nos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental I, 6º ao 8º ano do Fundamental II no turno matutino; 9º ano

do Fundamental II e Ensino Médio Regular no turno vespertino; Ensino Médio, EJA Fundamental e Médio no turno noturno. Em 2016, foram matriculados 2.538 alunos, distribuídos nas mesmas modalidades de ensino. Quanto aos professores, em 2015, faziam parte do quadro 114 profissionais. Em 2016, eram 113 professores para garantir atendimento educacional aos alunos.

A escola pretende contribuir para a constante melhoria das condições educacionais da população, visando assegurar uma educação de qualidade aos alunos, em um ambiente criativo e respeitoso com as diferenças sociais, bem como preparar os alunos para o mercado de trabalho.

A Tabela 6, a seguir, mostra o resultado da escola, referente à 3ª série do Ensino Médio, na avaliação externa SADEAM, anos 2011 a 2015, no componente curricular Língua Portuguesa.

Tabela 6 – Resultado da Escola Estadual Samuel Benchimol no SADEAM, Componente Curricular: Língua Portuguesa, 3ª Série do Ensino Médio

Proficiência Média	Aluno Previsto	Aluno Efetivo	Abaixo do básico	Básico	Proficiente	Avançado
Ano 2011: 449,0	131	75	49,3	41,3	9,3	0,0
Ano 2012: 476,8	134	92	45,6	29,4	21,7	3,3
Ano 2013: 477,3	202	62	46,8	27,4	24,2	1,6
Ano 2014: 487,7	239	141	29,8	47,5	22,7	0,0
Ano 2015: 514,8	195	132	21,2	45,5	30,3	3,0

Fonte: Amazonas (2016b).

O resultado da escola, no componente curricular língua portuguesa, nos três primeiros anos de avaliação externa SADEAM, deixa claro que os avanços foram poucos, uma vez que a proficiência média indica um baixo desempenho dos alunos. Porém, em 2014, a proficiência média evoluiu para 487,7 e, em 2015, aumentou para 514,8, indicando um maior desempenho, ou seja, haviam passado do nível Abaixo do básico para o Básico. Outro dado positivo é que uma parcela de alunos passou do nível Básico para o Proficiente e, apesar de uma queda em 2014 no nível Avançado, em 2015, houve alunos que alcançaram esse nível.

Enfim, esses resultados indicam que a escola está evoluindo no desempenho dos alunos. Além disso, eles mostram que a equipe gestora e os professores realizam um bom trabalho com os alunos, havendo atividades de boas práticas pedagógicas, como projetos e outras ações na escola, que corroboram para a continuidade da elevação da proficiência dos alunos neste e nos próximos anos. A seguir, apresento o Sarau Sam, considerado uma prática pedagógica.

1.4.2.1 Prática Pedagógica Sarau Sam

A supervisão do Ensino Médio da CDE7 acompanhou a Escola Samuel Benchimol na realização, em 2015 e 2016, de uma ação, como prática pedagógica, denominada Sarau Sam. Esta ação ainda será incluída no Projeto Político Pedagógico (PPP), porque era realizada por uma professora que saiu da escola em 2015.

O objetivo do Sarau é aumentar e aprofundar os conhecimentos dos alunos através da leitura de autores clássicos da literatura brasileira dos séculos XIX e XX, de forma a expandir a capacidade e as possibilidades de uso da linguagem oral e escrita, além de desenvolver a expressão artística dos alunos, por meio do teatro, dança, poesia, artes plásticas, tendo como inspiração as obras brasileiras.

A justificativa para a elaboração da ação é a de que o trabalho com a leitura promove a formação de leitores e, conseqüentemente, a formação de produtores de textos, tanto orais como escritos. Os professores elaboraram o plano de ação pedagógico, porque perceberam que a falta de leitura dos alunos era um entrave para a compreensão do sentido do texto, realidade que também os impedia de construir os próprios textos. A criação do Sarau Sam de Arte e Literatura contribuiu significativamente para aumentar o hábito de leitura dos alunos, uma vez que estes têm acesso a obras de tipologias diferentes. Assim, os professores selecionaram textos para a leitura dos alunos, cujos conteúdos são trabalhados em sala de aula, por meio de leitura em equipe e rodas de conversa para entendimento do texto. Posteriormente, é trabalhada a produção textual.

Pode-se dizer que o Sarau promoveu a melhoria do aprendizado dos alunos, porque a leitura os fez elaborar textos que foram expostos nos murais da escola e poemas, declamados pelos alunos na apresentação final do Sarau. Enfim, o Sarau de Língua Portuguesa, juntamente com outras ações envolvendo outros

componentes curriculares, como o projeto de Química que a escola promoveu ao longo do ano 2015, possibilitaram aos alunos um aprofundamento do conhecimento em leitura e escrita.

A seguir, é apresentada uma ilustração do Sarau Sam, desenvolvido no ano de 2016:

Figura 4 – Apresentação do Projeto Sarau Sam – Ano 2016



Fonte: Arquivo da CDE7 (AMAZONAS, 2016a).

As ações do projeto são trabalhadas a partir do primeiro bimestre, com professores e alunos fazendo a leitura de obras para explanação aos colegas. O estudo de texto pode ser também relacionado à obra. No terceiro bimestre, os estudos são intensificados e, nesse momento, os professores selecionam, com os alunos, a obra que será a base de inspiração para a apresentação. Posteriormente, cada turma terá de apresentar um trabalho no período de exposição final do Sarau, que acontece no mês de setembro.

No período de finalização do Sarau, a comunidade escolar se mobiliza para as apresentações, sendo que os alunos trabalham, nos ensaios, sempre sob a supervisão dos professores. Os professores, além de orientarem os alunos, também veem as habilidades, as competências de cada um e podem sensibilizá-los a trabalharem no aprimoramento delas. Em se tratando dos professores, é evidente o desejo de mudar a prática de ensino, elaborando e pondo em prática um plano de

ação que utilize os recursos existentes na escola. Sobre mudança para resolução de problemas, Fonseca (2008) afirma:

Todo e qualquer educador que esteja inserido nesse contexto de mudança deve empreender esforços no que diz respeito à criação de situações diversificadas, explorando os mais variados recursos que possibilitem uma aprendizagem significativa, induzindo o educando a criar mecanismos para a resolução de problemas não apenas ligado a uma situação específica, mas aquelas que lhes são apresentadas cotidianamente, fazendo uso, portanto, de suas competências e habilidades (FONSECA, 2008, p. 3).

É crucial que os professores percebam o potencial que eles têm para mudar a própria prática de ensino, criando uma forma diferente de ministrar aulas, uma vez que podem desenvolver ações que os levem a ensinar e aprender.

Em síntese, a proposta dos professores de língua portuguesa, de desenvolver um plano de ação junto aos alunos do Ensino Médio, contribuiu para um aprendizado mais significativo, bem como para a descoberta de talentos na escola.

1.4.3 Escola Estadual Professor Ruy Alencar e o Desenvolvimento da Prática Pedagógica Jornada Interdisciplinar Professor Ruy Alencar (JIPRA) e Mostra Literária

Esta escola foi criada pelo Decreto nº 22.552, de 05 de abril de 2002 (AMAZONAS, 2002a). Está localizada na Avenida Margarita, s/n, Conjunto Nova Cidade, Bairro Nova Cidade. Possui 10 salas de aula e oferece o Ensino Médio a alunos nos turnos matutino, vespertino e noturno. Em 2015, foram matriculados 1.320 alunos e, em 2016, o número de matrículas foi de 1.297.

A escola tem uma biblioteca, onde os alunos podem pesquisar e fazer trabalhos, bem como pegarem livros emprestados para ler em casa. Possui, ainda, um laboratório de informática, que é muito utilizado pelos professores para a realização de pesquisas, acessar o Diário Digital e fazer planejamento de aulas. Além disso, aos sábados, o laboratório é utilizado pelo CETAM para a realização do curso Rede Cidadã Digital, um projeto do Governo do Amazonas, destinado à comunidade. A escola possui, também, uma sala de Mídias, na qual os professores podem revisar as suas aulas, passar filmes, documentários, vídeos para os alunos, bem como realizar palestras com a participação de entidades parceiras da escola.

A escola conta, ainda, com uma secretaria, uma diretoria, uma sala de pedagogos, uma cozinha, um depósito, um refeitório, um estacionamento e uma quadra esportiva coberta, onde se realizam as aulas práticas de Educação Física e os principais eventos da escola.

A Tabela 7, a seguir, mostra a proficiência dos alunos na avaliação do SADEAM dos anos 2011 a 2015:

Tabela 7 – Resultado da Escola Estadual Professor Ruy Alencar no SADEAM, Componente Curricular: Língua Portuguesa, 3ª Série do Ensino Médio

Proficiência Média	Aluno Previsto	Aluno Efetivo	Abaixo do básico	Básico	Proficiente	Avançado
Ano 2011: 524,1	424	373	18,5	42,4	32,4	6,7
Ano 2012: 525,8	440	365	20,0	41,1	31,2	7,7
Ano 2013: 530,1	445	309	21,7	33,7	35,3	9,4
Ano 2014: 531,6	380	309	16,8	37,5	39,2	6,5
Ano 2015: 545,5	443	373	11,8	39,4	38,1	10,7

Fonte: Amazonas (2016b).

Os números indicaram que, de 2011 a 2015, a Proficiência Média dos alunos cresceu consideravelmente, pois em 2011, ela era de 524,1 e, em 2015, passou a 545,5. Embora haja alunos no nível Abaixo do básico, observa-se uma redução do quantitativo neste nível ao longo dos cinco anos de avaliação externa. Os dados demonstram o percentual de alunos que estão no nível Básico e Proficiente, fato que indica o trabalho desenvolvido pelos professores. Além disso, as informações mostram, ainda, que os alunos estão evoluindo para o nível Avançado, com um percentual maior em 2015, sendo ele de 10,7%.

O resultado da escola no SADEAM demonstra que os professores precisam continuar com as práticas pedagógicas, executando ações que promovam a leitura e a produção de textos em diferentes gêneros. Através dessas atividades, conseguirão elevar ainda mais o desempenho dos alunos.

A seguir, é apresentada a prática pedagógica Jornada Interdisciplinar Professor Ruy Alencar (JIPRA).

1.4.3.1 Prática Pedagógica Jornada Interdisciplinar Professor Ruy Alencar (JIPRA)

Durante o acompanhamento pedagógico, realizado na Escola Estadual Professor Ruy Alencar, nos anos 2015 e 2016, observei que os professores e os alunos inovaram as aulas, por meio da implementação e do desenvolvimento de duas práticas pedagógicas. Essas atividades envolviam o componente curricular de língua portuguesa, sendo a Jornada Interdisciplinar da Escola Professor Ruy Alencar (JIPRA) e a Mostra Literária.

A seguir, a ilustração do JIPRA 2016:

Figura 5 - Apresentação da Jornada Interdisciplinar Professor Ruy Alencar



Fonte: Arquivo da CDE7 (AMAZONAS, 2016c).

O acompanhamento das ações me permitiu observar o envolvimento dos alunos, em relação à execução das atividades. A pesquisa dos temas propostos leva os alunos a se organizarem em grupos de estudo e a confeccionar material, bem como ensaiar para as apresentações.

Percebi que os professores de cada componente curricular acompanham os alunos em cada etapa das atividades, tirando dúvidas, sugerindo novas formas de apresentação e relacionando o tema à realidade.

As duas práticas pedagógicas são realizadas em todos os anos, pois estão inseridas no PPP da escola. A Mostra Literária é apresentada no primeiro semestre e a Jornada Interdisciplinar Ruy Alencar é realizada no segundo semestre. Observei que as ações contribuíram para a melhoria do desempenho dos alunos. Por

exemplo, a expressão oral é trabalhada, o que os torna menos tímidos e os faz acreditar que são capazes de fazer uma apresentação, de expor ideias frente aos demais alunos da escola, trabalhar em equipe e interagir uns com os outros.

Os alunos que estudam na escola e participam do JIPRA são adolescentes e jovens. No contexto escolar, não há problemas de violência, sendo os casos ocorrentes sempre externos à instituição. É possível afirmar que a prática pedagógica ajudou a eliminar os casos que existiam dentro da escola.

Em diálogo com uma das professoras que iniciaram a prática na escola no ano de 2005, esta revelou que, naquela época, os professores perceberam que os alunos ficavam entediados com as aulas. Então, por iniciativa de uma professora de Educação Física, foi proposta, aos alunos, a realização de um grande seminário, havendo a participação de todos os componentes curriculares. A equipe gestora aceitou a ideia e os representantes de turma participaram de uma reunião, momento em que puderam sugerir ideias para compor as ações. Depois, as turmas passaram a desenvolver atividades visando às apresentações, que são abertas à comunidade.

A finalidade da prática pedagógica é a promoção da interação entre os alunos e os professores, bem como a construção dos conhecimentos, através da pesquisa de conteúdo, a partir de um tema. Essa prática é desenvolvida desde o primeiro bimestre e é finalizada no terceiro bimestre. Ela envolve todos os alunos da escola e também os professores, que orientam sobre a pesquisa e sobre as ações propostas para cada apresentação.

Esta ação é uma prática pedagógica, porque visa a integração sociocultural e esportiva dos alunos da escola. Além disso, promove o incentivo ao trabalho em equipe, o estudo, a busca do conhecimento através da pesquisa e uma melhor qualidade de vida, por meio da prática do esporte. Essa prática pedagógica tem o valor de 10 pontos, sendo cada aluno avaliado em todos os componentes curriculares no 4º bimestre. Nesse trabalho, o professor é o incentivador, que acompanha os alunos no desenvolvimento de cada ação.

Os alunos representantes, sob a orientação dos professores, formam equipes, havendo o respeito às habilidades de seus colegas para a participação nas atividades. No componente Educação Física, o JIPRA é realizado em cinco modalidades desportivas, tais como: voleibol, futsal, handebol, basquetebol e queimada. Uma equipe é formada em cada turma, que conta com o apoio de uma torcida organizada. Nas demais áreas de conhecimento, a pesquisa é apresentada

em sala de aula. Nesses momentos, são escolhidos os alunos para representar a sua equipe na defesa da exposição oral e visual do tema, que conta com perguntas e respostas.

A prática pedagógica é realizada nos três turnos, existindo regras claras, que são previamente discutidas com os alunos. Para participar das atividades desportivas, o aluno depende de sua pontuação nos componentes curriculares, definida em 18,0 pontos; 75% de frequência e nenhuma ocorrência. A recuperação do JIPRA é feita com questões objetivas e subjetivas em todas as disciplinas.

A coordenação da prática está a cargo de uma comissão, composta pela Gestora, que é a presidente, o pedagogo ou o apoio pedagógico do turno, representantes dos professores e representantes de alunos. Segundo o que consta no PPP da escola, o objetivo geral da JIPRA é:

Promover a integração sócio-cultural e esportiva dos alunos nas mais diferentes modalidades de esportes, a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, a competição com entusiasmo e espírito de equipe, o respeito e o cumprimento às regras, assim como o aprendizado sobre o ganhar ou perder com dignidade, contribuindo dessa maneira para seu crescimento como cidadão e buscando uma melhor qualidade de vida (ESCOLA ESTADUAL RUY DE ALENCAR, 2015, p. 19).

É possível notar que esta prática pedagógica, ao longo dos anos, conseguiu promover o respeito entre os alunos e os professores. Além disso, é uma escola com o menor índice de violência, contando com uma boa participação da comunidade em seus eventos. A escola também se tornou destaque nas apresentações culturais.

Além do objetivo geral da prática pedagógica, existem os específicos, que estão inseridos no PPP, a saber:

- * Promover a interdisciplinaridade;
- * Proporcionar a socialização, integração e confraternização entre os alunos;
- * Mostrar as modalidades desportivas oferecidas pela escola;
- * Estimular a prática esportiva;
- * Avaliar o desenvolvimento motor, técnico e cognitivo dos alunos;
- * Criar um referencial na Escola;
- * Incentivar a pesquisa;
- * Proporcionar momento de recreação e fraternização aos alunos;
- * Despertar o interesse, participação, responsabilidade, a busca do conhecimento, o respeito com a sociedade e ao próximo;

* Adquirir um reconhecimento integral que o possibilite o respeito pelas suas limitações corporais e sua formação intelectual capacitando-os a relacionar-se com equilíbrio (ESCOLA ESTADUAL RUY DE ALENCAR, 2015, p.19).

Os objetivos específicos são perseguidos no desenvolvimento das atividades. A equipe, por exemplo, procura realizar um trabalho interdisciplinar, o que, segundo um dos professores da escola, não é uma tarefa fácil. Entretanto, nesse contexto, é possível envolver toda a equipe, uma vez que há um planejamento, momento em que é abordado cada passo da ação e, nesse sentido, cada professor sabe como proceder para colaborar com os seus alunos.

O desenvolvimento da JIPRA se justifica pela necessidade que a escola tem de valorizar os alunos, por meio do esporte e da educação. Além disso, também é incentivada a socialização, a pesquisa e as produções culturais criativas em todas as disciplinas, através da interdisciplinaridade.

Em síntese, o desenvolvimento dessa ação, como uma prática pedagógica diferenciada, que busca a valorização de atividades físicas, esportivas, bem como a aprendizagem através da pesquisa, foi, segundo os professores, uma forma de sair da mesmice e fazer algo que envolvesse os alunos.

A prática pedagógica proporciona aos alunos conhecimentos e habilidades que permitem a sua integração na sociedade. Dessa forma, é desenvolvido o pleno exercício da cidadania, criando expectativas de uma melhor qualidade de vida e perspectivas concretas no aspecto social e educacional (ESCOLA ESTADUAL RUY DE ALENCAR, 2015). Em suma, a JIPRA é uma ação que continuará sendo desenvolvida pela escola, uma vez que contribui para uma aprendizagem mais significativa dos alunos.

1.4.3.2 Prática Pedagógica “Mostra Literária”

O acompanhamento da Mostra Literária permitiu perceber que essa é uma prática pedagógica elaborada por professores de língua portuguesa, mas que tem a adesão de todos os outros da área de linguagens.

A prática existe desde o ano 2008. Nasceu da necessidade de modificar a forma de ensino de literatura. Os professores reconheciam que as aulas não despertavam o interesse dos alunos e, nesse sentido, reuniram-se para elaborar a

ação que, depois de pronta, foi apresentada à equipe gestora para apreciação. Após a apreciação da equipe, os professores apresentaram aos representantes de alunos, que se viram na expectativa de uma novidade na escola.

A ação pode ser considerada uma prática pedagógica pelo seu modo de desenvolvimento dos conteúdos. Por exemplo, na disciplina de Arte, são realizadas pesquisas da cultura amazônica, artes plásticas, bem como cenários e figurinos para as peças teatrais; em Língua Portuguesa, são pesquisados autores e obras para serem apresentadas através de apresentações de teatro, música e poesia; e em Educação Física, são trabalhadas as danças. Em todas as atividades realizadas pelos alunos, há o acompanhamento dos professores dos demais componentes curriculares.

Em 2014, o tema da ação contemplou a Literatura Amazônica e, além da pesquisa de autores e obras, foram realizadas atividades sobre músicas, poesias e obras de arte. Segundo uma das professoras criadoras da prática pedagógica, ela mobiliza os alunos durante o primeiro bimestre.

Nos anos 2015/2016, a ação destacou as pesquisas em grupo, as obras e autores da literatura nacional, havendo a apresentação de painéis, o que contribuiu para um maior conhecimento dos alunos sobre a literatura brasileira, em vista do vestibular e do ENEM. A culminância desta ação aconteceu no final do primeiro bimestre. Foram atribuídas notas aos alunos, previamente combinadas em reunião com todos os professores.

A prática pedagógica consta no PPP da escola e tem como objetivo geral “despertar o interesse dos alunos pela Literatura Brasileira e Estrangeira a fim de se perceber a importância de seu desenvolvimento intelectual cognitivo através da arte” (ESCOLA ESTADUAL RUY DE ALENCAR, 2015, p. 23).

Os objetivos específicos dessa prática são apresentadas no PPP da seguinte forma:

Acrescentar ao cotidiano escolar a prática da leitura de obras para o processo da aprendizagem;
Apresentar aos alunos as diferentes formas de linguagem, enriquecendo a rotina escolar, o estímulo à leitura, a produção de texto escrito e oral;
Inserir no cotidiano escolar abordagens de temas transversais, como saúde, sexo, esporte, meio ambiente, para valorização da boa qualidade de vida (ESCOLA ESTADUAL RUY DE ALENCAR, 2015, p.23).

A justificativa para a execução desta prática pedagógica se deve ao fato de a Literatura Brasileira e Estrangeira serem cruciais para a formação dos alunos, além de despertar mudanças de comportamento e atitudes no ambiente escolar. Também se justifica como uma prática de ensino que favorece um aprendizado mais dinâmico e interativo.

Não há como informar com precisão se as práticas pedagógicas foram determinantes para o aumento do rendimento da escola, porém, pode-se dizer que, entre outros fatores, elas tiveram a sua parcela de colaboração.

Enfim, as ações permitiram uma nova forma de ensino-aprendizagem, ou seja, foi uma prática de ensino inovadora, que contribuiu para o desempenho da capacidade expressiva dos alunos. Além disso, a Mostra Literária se apresentou como uma prática pedagógica relevante para a comunidade escolar, por ter proporcionado um ensino mais atrativo aos alunos.

1.4.4 Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro

A Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro (OLP) é um concurso de produção textual, destinado a estudantes entre o 5º ano do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio das escolas públicas brasileiras. No Amazonas a OLP é organizada pela Secretaria de Educação Estadual e Municipal, tendo a participação ativa dos supervisores pedagógicos.

O concurso se iniciou em 2008 e faz parte do programa Escrevendo o Futuro, que se transformou em uma política pública nesse mesmo ano. A OLP é uma iniciativa da Fundação Itaú Social e do Ministério da Educação, tendo como coordenação técnica o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). O tema “O lugar onde vivo” é trabalhado nos gêneros poema (5º e 6º anos do Ensino Fundamental), memórias (7º e 8º anos do Ensino Fundamental), crônicas (9º ano do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio) e artigo de opinião (2ª e 3ª série do Ensino Médio).

A OLP acontece sempre em anos pares e, nos anos ímpares, são realizadas formações à distância de preparação, através do portal, e também formações presenciais. Em Manaus, as formações presenciais acontecem no segundo semestre do ano ímpar e no início do ano letivo em que se realiza a OLP.

A formação inicial é realizada com os professores representantes de escolas estaduais da capital e dos municípios, sendo uma orientação sobre todos os materiais disponíveis para o desenvolvimento das oficinas. Nesse momento, é informado como deve ser realizada cada oficina em sala de aula, o funcionamento do portal e o passo a passo para a inscrição da escola.

Depois, uma escola da CDE7 foi visitada para sensibilização dos alunos e professores sobre a OLP. Nessas visitas, são destacados os gêneros textuais que os professores devem desenvolver nas oficinas com os alunos.

Durante as visitas, os professores foram convidados a participar da formação local, promovida pela coordenação da SEDUC/AM, com a participação da CDE7. O evento aconteceu no auditório da CDE, contando com a presença de todos os supervisores pedagógicos.

A seguir, uma ilustração da sensibilização dos alunos sobre a OLP:

Figura 6 – Sensibilização aos Alunos Sobre a Importância da OLP



Fonte: Arquivo CDE7 (AMAZONAS, 2016d).

A Coordenadora da Olimpíada na SEDUC/AM realiza, juntamente com os supervisores da CDE7, a sensibilização dos alunos e dos professores das escolas no início do primeiro bimestre, a fim de que participem das oficinas nos gêneros indicados para cada ano e série.

A CDE7 entende que a OLP contribui para o desempenho dos alunos no componente curricular língua portuguesa, pois o objetivo desta é contribuir para a

melhoria da leitura e da escrita de estudantes das escolas públicas. Por isso, desde 2012, as Coordenadorias Adjuntas Pedagógicas incentivam as equipes gestoras das escolas a participarem do concurso.

Em 2016, após o lançamento nacional, que ocorreu no dia 25 de fevereiro, os supervisores acompanharam as inscrições dos professores em cada gênero, de acordo com os anos e séries em que ministravam aulas. A Tabela 8, a seguir, apresenta o calendário da OLP.

Tabela 8 - Calendário da Olimpíada de Língua Portuguesa – Ano 2016

DATA	EVENTO
25/02/16	Lançamento Nacional
25/02 à 30/04/16	Inscrição do professor e adesão das secretarias de educação
25/02 à 08/08/16	Oficinas nas escolas
10 à 19/08/16	Comissão julgadora escolar
23/08 à 09/09/16	Comissão julgadora municipal
16 à 25/09/16	Comissão julgadora estadual – avaliação virtual
26/09 à 11/10/16	Comissão julgadora estadual – encontro presencial
25 à 27/10/16	Oficinas regionais; CJR textos e CIR relatos de práticas
07 à 20/11/16	Oficinas regionais; CJR textos e CIR relatos de práticas
29/11/16	Comissão julgadora nacional
06/12/16	Evento de premiação nacional

Fonte: Brasil (2017).

A CDE7 procurou seguir o calendário da OLP. Para isso, os supervisores acompanharam as inscrições no portal e, para a preparação adequada dos professores inscritos, houve uma oficina, no dia 26 de abril de 2016. Assim, 69 professores participaram das oficinas de poemas e memórias; 47, das oficinas de crônica e artigos de opinião. Esse momento de encontro com os professores foi crucial para que eles tirassem dúvidas em relação às oficinas nas escolas e em relação ao acesso do portal, pois alguns não conseguiam acessá-lo.

As oficinas nas escolas foram acompanhadas pelos supervisores nos atendimentos às equipes gestoras. Das 28 escolas participantes, somente uma não enviou os textos pelo *site* e também não entregou o envelope para ser encaminhado à comissão municipal. Entretanto, as demais escolas realizaram os processos de acordo com o calendário.

Das 27 escolas que encaminharam as produções dos alunos, seis tiveram os textos selecionados na etapa municipal. Dentre elas, está a Escola Estadual

Professor Ruy Alencar, que foi escolhida com o gênero crônica. Infelizmente nenhuma escola passou para as demais etapas.

Enfim, é necessário frisar que os gêneros textuais estão inseridos nos planos bimestrais dos professores e que estes realizam atividades não só de leitura, mas também de produção textual. Entretanto, existem professores que criticam a olimpíada, alegando que esta os deixa sem autonomia para trabalhar os gêneros textuais. Diante desse fato, pode-se dialogar com os professores, no sentido de lhes dar liberdade para desenvolverem e ministrarem as suas aulas sobre os gêneros, pois o mais importante é a aprendizagem dos alunos.

1.5 O ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO FEITO PELA SUPERVISÃO ÀS ESCOLAS EM RELAÇÃO À PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

A Coordenação Adjunta Pedagógica elaborou, junto com os supervisores, o Plano Estratégico Pedagógico, a partir da Matriz de Ações Planejadas. Nesse momento, cada supervisor ficou com um grupo de escolas sob sua supervisão, além de ter elaborado um cronograma de atendimento às escolas.

O Plano Estratégico Pedagógico contém as ações da Coordenadoria Adjunta que devem ser trabalhadas em um bimestre, isto significa que a cada início de bimestre, um plano é elaborado pela equipe. A partir do Plano, a coordenação e os supervisores organizam um cronograma de atendimento às escolas, sendo que, durante a semana, todas as escolas devem ser acompanhadas em suas atividades cotidianas.

O cronograma é entregue à Coordenadora Adjunta Pedagógica do Ensino Médio, para que esta saiba onde nos encontrar, caso haja a necessidade de chamar algum profissional para uma reunião extraordinária. No próprio cronograma, há uma possibilidade de alteração de escala, pois, caso haja algum problema em uma escola, é possível alterar a escala.

No Plano Estratégico, são elencadas as ações que serão trabalhadas nas escolas, sendo elas transcritas como pauta nos registros de atendimento. Ao chegar às escolas, eu e os demais supervisores pedagógicos da CDE7, somos orientados a nos dirigir à diretoria, com o objetivo de conversar com o gestor. Nesse momento,

sempre pergunto se a escola está com algum problema, se há alguma informação a ser solicitada, se há algum professor com problema de saúde e se os demais ambientes da escola, como sala de mídias, biblioteca, cozinha estão funcionando adequadamente. Por fim, também pergunto sobre a infraestrutura, como os casos de telhados quebrados, muros danificados, salas com problemas no condicionador de ar e lâmpadas queimadas.

Depois, vou ao encontro do pedagogo ou apoio pedagógico, com o intuito de acompanhar, apoiar as atividades e sugerir ideias para determinadas ações dos professores. Como o registro de atendimento contém a pauta dos assuntos a serem tratados na escola, as solicitações são feitas de acordo com aquilo que está pré-definido. Ao longo da conversa, o pedagogo passa outras informações, que são anotadas no verso do registro e, na medida do possível, são feitos encaminhamentos para sanar os problemas.

O registro de atendimento é muito importante, pois comprova que estive na escola para acompanhar as atividades. Além disso, quando acontece alguma situação em que é necessário um comprovante da presença da CDE7 na escola, o registro serve como documento de comprovação.

Quando retorno da escola, vejo se existe algum assunto exposto pelo gestor ou pedagogo que seja urgente e repasso à coordenadora, de forma que sejam tomadas as devidas providências. Os demais assuntos ficam para serem apresentados no dia da compilação dos registros, momento em que eu e os demais supervisores nos reunimos, com a coordenadora, para verificar se todas as ações foram realizadas. Por fim, entregamos os registros para serem assinados pela coordenadora e, posteriormente, arquivados em pastas de A-Z.

A seguir, na Tabela 9, apresento um demonstrativo de atendimento, realizado nas escolas foco da pesquisa.

Tabela 9 – Atendimento Realizado pela Supervisão da CDE7 às Três Escolas de Ensino Médio em 2015 e 2016

ESCOLAS	2015	2016
Centro Educacional Arthur Virgílio Filho	54	65
Escola Estadual Professor Samuel Benchimol	58	46
Escola Estadual Professor Ruy Alencar	73	59

Fonte: Arquivo CDE7 (AMAZONAS, 2016e).

Em 2015, foram realizados 54 atendimentos ao Centro Educacional Arthur Virgílio Filho; e no ano de 2016, esse número passou para 65. O aumento no número de atendimento durante o ano 2016 aconteceu, porque a gestão teve problemas com professores. Então, a supervisão pedagógica realizou um acompanhamento mais intensivo à escola. Nesses atendimentos, procurou-se atender tanto o setor pedagógico, quanto o administrativo. Nesse sentido, houve pouco tempo destinado a acompanhar de perto as práticas pedagógicas.

Outro fato que contribuiu para o pouco acompanhamento das ações da Mostra Literária da escola é que a própria gestão, em 2015, não divulgou o trabalho dos professores, pois estes não fizeram o repasse desta ação no período em que a gestora estava elaborando o plano de gestão da escola. Somente em 2016, a gestora promoveu a inclusão da Mostra no seu plano e repassou à CDE7.

A Escola Samuel Benchimol foi atendida 58 vezes em 2015 e 46 vezes no ano de 2016. Houve um decréscimo no quantitativo de atendimento, uma vez que nós, supervisores, íamos às escolas que tinham mais problemas para serem resolvidos. Entretanto, isso não significa que a escola não tenha problemas, já que existem entraves, porém, esses ocorrem em menor intensidade e são mais fáceis de serem solucionados. No entanto, a prática pedagógica desenvolvida pela escola não teve o acompanhamento que deveria por parte dos supervisores.

O acompanhamento da prática pedagógica poderia ser mais efetivo se a própria coordenação pedagógica incluísse, no plano estratégico, o monitoramento mensal das práticas escolares. Entretanto, só existe a monitoria dos projetos estaduais e federais, através de preenchimento de relatório, visto que esses envolvem recursos financeiros.

A Escola Professor Ruy Alencar recebeu 73 atendimentos em 2015 e 59 durante o ano 2016. O número de atendimento se deve à organização da escola para a certificação ISO 9001, em que o supervisor pedagógico se detém a parte administrativa documental. Os supervisores realizaram encontros com a equipe gestora para orientar sobre elaboração e arquivamento de documentos, por isso não foi possível fazer o acompanhamento, junto aos pedagogos, em relação à prática pedagógica. No entanto, os pedagogos passaram a registrar as ações desenvolvidas na escola. Esse fato é um facilitador, pois quando vamos verificar dados e informações, é possível encontrar os registros em ata, estratégia que

sempre recomendamos às demais escolas, embora nem todos os pedagogos tenham esse hábito.

As equipes gestoras das três escolas contam com um quantitativo mínimo de servidores para realizar as atividades diárias da escola. Existe um número alto de alunos, visto que das 03 escolas, a Escola Professor Ruy Alencar possui 10 salas de aula; o Centro Educacional Arthur Virgílio tem 17 e a Escola Professor Samuel Benchimol possui 27 salas, todas com um total de 40 a 45 alunos por sala. Nesse sentido, trata-se de um número elevado de alunos para ficarem a cargo de somente duas ou três pessoas e, dessa forma, muitas vezes, nós, supervisores pedagógicos colaboramos com o pedagogo na realização das tarefas. Mas, os pais ou responsáveis por alunos chegam a aguardar bastante tempo pelo pedagogo, pois antes de atender ao público, ele faz os encaminhamentos necessários aos professores.

Para a melhoria no atendimento, a coordenação adjunta sugeriu em reunião que os gestores e pedagogos fizessem um cronograma semanal para atender às pessoas internas e externas, tendo sido a ideia aceita pela maioria das equipes gestoras. Foi sugerido, além disso, que os gestores e os secretários elaborassem os seus horários de trabalho, uma vez que a escola precisa ter sempre uma pessoa para atender ao público e assinar documentos.

Na interação com o pedagogo, pode-se verificar o Diário Digital, o lançamento de notas, as recuperações, as atividades promovidas para os professores, além das atividades interdisciplinares, seminários, exposições e simulados. Nesses diálogos, é possível descobrir as práticas pedagógicas que os professores desenvolvem em algumas escolas.

A escola precisa promover momentos de reflexão com os professores e, além disso, parabenizar aqueles que, por iniciativa própria, fazem a diferença na escola, sendo responsáveis por sensibilizar os alunos a se tornarem agentes de transformação, a começar pelo ambiente escolar, por meio da participação das atividades práticas e do grêmio estudantil. Dessa forma, a escola estará cumprindo com o seu papel na sociedade, formando cidadãos que possam ser agentes de mudança no meio em que vivem.

A SEDUC/AM, através da gerência do Ensino Médio, tem dado apoio e monitoramento às escolas que desenvolvem programas com recursos federais e os projetos estaduais. Quanto ao apoio às ações como práticas pedagógicas escolares,

este fica sob a responsabilidade das escolas, não há, na SEDUC/AM, um documento que aborde sobre recursos às boas práticas escolares.

A Coordenadoria Distrital de Educação 7, assim como a SEDUC/AM, conta com os supervisores para apoiar e acompanhar todas as atividades das escolas, inclusive as práticas pedagógicas. Mas, infelizmente, devido às muitas outras ações que temos sob a nossa responsabilidade, não estamos acompanhando adequadamente o desenvolvimento de cada atividade nas escolares. Nesse sentido, essa pesquisa é necessária, já que é desejosa uma supervisão que incentive a implementação de ações que venham a se concretizar como boas práticas pedagógicas em todas as escolas, sendo responsáveis por contribuir para um ensino significativo.

Os professores são incentivados a desenvolver ações com os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, mas no Ensino Médio são poucos os professores que as desenvolvem na área de língua portuguesa. Diante desse fato, entende-se o quanto as práticas pedagógicas são essenciais para a melhoria do ensino nas escolas, especificamente em língua portuguesa. Por isso, essas atividades devem ser incentivadas pela CDE7, já que também existem boas práticas em outras disciplinas, como química, biologia, arte, talvez o que falta mesmo é incentivo, motivação e autonomia para os professores de língua portuguesa.

No ano de 2016, as práticas pedagógicas escolares tiveram um novo olhar. A SEDUC/AM realizou um *Workshop* de Ciências Biológicas para que os professores apresentassem as boas práticas que estavam realizando nas escolas. Nesse encontro, projetos de práticas pedagógicas, denominadas pela Secretaria como “Boas Práticas”, foram apresentados.

A Coordenadoria Distrital de Educação 7 apresentou uma prática de aula inovadora do componente curricular Ciências para Ensino Fundamental, em que a professora pesquisa e também pede aos alunos para pesquisarem um assunto da proposta curricular. Posteriormente, o educador explica sobre o assunto, distribuindo as tarefas das atividades para os alunos fazerem em grupos. Em outra aula, a professora e os alunos vão ao laboratório, com o objetivo de realizar a prática, sendo ela apresentada em sala. Por fim, os alunos ficam responsáveis por preparar um relatório sobre o estudo. A professora que desenvolveu essa prática recebeu um prêmio da SEDUC/AM pela iniciativa de trabalho diferenciado, afastando-se do tradicionalismo.

O acompanhamento das práticas pedagógicas, no caso do desenvolvimento de projetos nas salas ou em outro ambiente, deveria ser feito pelo pedagogo ou pelo supervisor pedagógico. Dessa forma, é possível saber como está acontecendo o desenvolvimento do projeto. Entretanto, esse acompanhamento não acontece adequadamente, porque o pedagogo prioriza a resolução dos problemas imediatos da escola. Isso também acontece com o supervisor, que se preocupa em ouvir e registrar problemas de professores, monitorar diário, verificar progressões parciais, orientar sobre plano de estudo, registrar manifestações feitas por pais de alunos, passar orientações sobre Conselho Escolar, plano de intervenção e plano estratégico, além de analisar o rendimento. Assim, tanto o pedagogo quanto o supervisor deixam para segundo plano o acompanhamento das boas práticas pedagógicas.

O acompanhamento das atividades de práticas escolares deveria estar presente no Plano Estratégico da Coordenadoria do Ensino Médio dos anos 2015 e 2016. Assim, essa atividade entraria na pauta de atendimento dos supervisores. Por esse motivo, esse acompanhamento também ficou em segundo plano.

A falta de apoio e acompanhamento, por parte do supervisor pedagógico, do gestor ou do pedagogo, pode desestimular os professores, até mesmo aqueles que sentem a necessidade de inovar o seu trabalho nas escolas, pois precisam de material para suas atividades e quando a escola deixa de oferecer, eles desanimam. Assim, a falta de apoio e de acompanhamento das boas práticas traz uma inquietação para o supervisor pedagógico.

Atualmente, o acompanhamento acontece a partir do que o pedagogo ou o próprio gestor relata sobre as atividades que o professor já realizou. Outras vezes, a CDE7 ou o próprio supervisor recebe um convite ou um e-mail convidando para o evento de apresentação final da prática pedagógica, sendo que o supervisor não acompanhou o desenvolvimento das etapas das atividades.

Os desafios do monitoramento das práticas são várias. É necessário, por exemplo, incluí-las no PPP das escolas, no Plano Estratégico da Coordenadoria Adjunta, no Plano de gestão e no Pedagógico. Além disso, é preciso elaborar um cronograma, junto às escolas, de acompanhamento das atividades. Por fim, seria interessante apresentar as boas práticas em um evento a ser promovido pela CDE7.

O acompanhamento às práticas pedagógicas precisa ser realizado, sendo ele uma maneira de se incentivar mais ainda aquele professor que consegue fazer a

diferença na educação. Essa ação também pode servir de inspiração, a outros professores, para a realização de um trabalho diferente com os seus alunos.

No próximo capítulo, é apresentada a pesquisa de campo e o referencial teórico que dá suporte a este estudo de caso, visando à resolução deste problema.

2 ANÁLISE SOBRE O ACOMPANHAMENTO DA SUPERVISÃO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM TRÊS ESCOLAS DA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7

Neste capítulo, são analisados os dados da pesquisa de campo sobre o acompanhamento pedagógico de práticas pedagógicas realizadas pela supervisão da Coordenadoria Adjunta do Ensino Médio às escolas da CDE7. As leituras dos dados apresentados nas entrevistas indicarão como cada ator percebe o acompanhamento das práticas no processo ensino-aprendizagem de língua portuguesa, no Ensino Médio.

Dessa forma, este capítulo se estrutura em três seções. Na primeira seção, são apresentados conceitos e análises essenciais sobre os dois eixos de análise, além de reflexões sobre o Trabalho de Acompanhamento do Supervisor e as Práticas Pedagógicas de Ensino, visto que há necessidade de se melhorar o processo de acompanhamento das práticas pedagógicas por meio de uma comunicação e orientação às equipes gestoras. Dessa forma, será possível contribuir para o aprendizado dos alunos, não só no ensino de língua portuguesa, mas também nos demais componentes curriculares. Quanto à atuação do supervisor pedagógico, Jesseane Prazeres ressalta na dissertação “Implicações e Desafios do Assessoramento Pedagógico das Coordenadorias Distritais de Educação da SEDUC – AM dispensado às escolas de ensino médio da capital”:

O campo de atuação do supervisor pedagógico envolve relação com gestores, pedagogos e professores. De modo geral, observa-se que o fato de se monitorar e cobrar o cumprimento das atribuições dos atores escolares, de certo modo, pode tornar essa relação conflituosa. Porém, como dito anteriormente, há pesquisas que comprovam que é possível haver uma boa comunicação entre a esfera escolar e os órgãos intermediários (PRAZERES, 2016, p. 34).

A boa comunicação entre os atores escolares e o supervisor favorece o acompanhamento às atividades pedagógicas e na realização das tarefas encaminhadas à equipe gestora. Desse modo, os trabalhos fluirão sem ruídos, respeitando-se as limitações e a realidade de cada escola. Contribui, ainda, para a análise, Domingues (2014), que faz uma reflexão sobre as funções da coordenação pedagógica.

Quanto às práticas pedagógicas de ensino, entendo que o professor de qualquer componente curricular, comprometido com a qualidade do ensino dos seus alunos, busca uma prática que favoreça o aprendizado. Ou seja, o educador tem o objetivo de que o aluno saiba fazer uso da leitura e da escrita com competência, a fim de utilizar essas habilidades no cotidiano, sendo que tal aprendizado se realiza pelo processo de letramento. Sobre o letramento Soares (2004, p. 100) afirma que o “desenvolvimento de habilidades e dos comportamentos de uso competente da língua escrita, nas práticas sociais de leitura e de escrita, pode ser compreendido como sendo o processo de letramento”. Desse modo, pode-se dizer que o processo de letramento se concretiza nas escolas, à medida que os professores promovem a leitura de textos de gêneros diferentes com os alunos, bem como o entendimento do sentido dos textos para uma produção textual.

Os autores que fazem parte desta análise estão, de certa forma, envolvidos com a educação e contribuirão para um maior entendimento do tema, abordando a temática dentro do contexto mais amplo. Geraldi (1995) em que destaca as Concepções de Linguagem e Ensino de português destacam que, em geral, quando se fala em ensino, uma questão prévia é: para que ensinamos o que ensinamos? Além disso, sua questão correlata é: para que as crianças aprendem? São perguntas que devem ser feitas antes de se iniciar a preparação das aulas. Elas podem ser discutidas na jornada pedagógica ou nos planejamentos e, a partir dessa discussão, será possível propor ações que venham a corroborar para um ensino mais significativo aos alunos.

Entretanto, essas perguntas são esquecidas nas discussões sobre o como ensinar, quando ensinar, o que ensinar, etc. Isso significa que a equipe gestora e os supervisores precisam estar preocupados com as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas, mas também atentos quanto ao que está sendo ensinado. Ou seja, se o conteúdo será útil para a vida dos alunos de ensino médio.

Em Reflexões sobre o Processo de Ensino Aprendizagem da Língua Materna há um destaque para o currículo, sendo que as autoras esclarecem:

Dentro do contexto escolar, a aprendizagem se dá durante todo o processo. Compete ao professor fazer o papel de mediador entre o conhecimento e o aluno, considerando o aluno como alguém que já detém determinadas noções e informações sobre o objeto a ser estudado, especialmente, se se tomar como objeto a língua (MELO; COIMBRA, 2009, p. 57).

A prática de ensino em destaque propõe que se leve em consideração os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos e, a partir dessas noções prévias, é possível fazer a ampliação do saber. Como nem todos os profissionais tem o mesmo entendimento sobre a importância dos conhecimentos prévios. A supervisão e a equipe gestora podem e devem sensibilizar os professores para a realização de um trabalho que tenha como base o conhecimento de mundo dos alunos, bem como acompanhar o desenvolvimento desse processo.

Quanto aos Desafios Modernos da Educação, Demo (2012) corrobora com a pesquisa, ao afirmar que o aluno que apenas ouve, copia, repete, reproduz, faz prova e cola não abandona a condição de objeto de domesticação. Dessa forma, ele precisa ser instigado, provocado, sendo desafiado a contribuir e a desenvolver a capacidade de raciocínio e de posicionamento. Isto requer empenho por parte da equipe gestora e dos supervisores, no sentido de propor mudanças no planejamento das aulas, inserindo práticas que possam ser aplicadas pelos professores, a fim de mudar a atitude passiva dos alunos.

Além disso, é necessário pontuar a importância do trabalho do Coordenador Pedagógico e da Formação Contínua do Docente na Escola. Nessa perspectiva, Domingues (2014, p. 35) destaca:

Tratando-se do coordenador pedagógico e suas atribuições, considerando que a pedagogia é um campo de conhecimento que se configura na ação prática, materializando uma teoria, a formação inicial desse educador, longe de se configurar como um rol finito e estático de ações ou teorias, deve dotá-lo de ferramentas que permitam a esse pedagogo escolar construir uma competência profissional que o ajude a intervir frente às demandas de seu trabalho, em especial, na condução dos processos de formação do docente sistematizadas na escola.

É crucial a preparação do pedagogo para a atuação nas escolas, especialmente as do ensino médio, tanto para o trabalho com adolescentes e jovens, quanto com os professores. Nesse sentido, é crucial um coordenador que possa ser crítico-reflexivo, frente à realidade, e atento ao currículo, preocupando-se com a formação dos professores. O supervisor pedagógico atua diretamente com esse profissional nas escolas.

Em Reflexões sobre a Mudança (PARADELA, 2016), há uma concatenação com esta pesquisa, pois o autor destaca que a resistência é menor quando a pessoa sente que o projeto não é algo estranho a ela, especialmente quando é criado também por ela, de acordo com os seus padrões, ideais e valores. Assim, antes de se propor mudanças em relação à prática pedagógica, é essencial um trabalho de integração da equipe docente, fazendo com que as pessoas se sintam parte da comunidade escolar e percebam que a melhoria pode vir com a adesão e a participação da equipe. Os autores citados são essenciais para a compreensão do caso de gestão.

Além disso, para um aprofundamento do tema, são estudadas as legislações que regem a educação brasileira, tais como a LDB (BRASIL, 1996), Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013) e Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000). A partir delas, é possível compreender o processo de ensino-aprendizagem definido por esses documentos, bem como o acompanhamento das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas públicas.

Na segunda seção, é apresentada a Metodologia empregada na investigação, havendo a opção pela pesquisa qualitativa. Além disso, também são enumerados os procedimentos de coleta de dados, investigação e análise de dados, no processo de acompanhamento das práticas pedagógicas nos contextos das três escolas da CDE7. Apresenta-se, ainda, a opção pelo instrumento utilizado na pesquisa, a entrevista semiestruturada, uma vez que são poucos os atores envolvidos no estudo de caso.

A terceira seção apresenta a análise dos dados encontrados na pesquisa sobre o acompanhamento de práticas pedagógicas, além do papel da gestão escolar nesse processo e a forma como a CDE7 faz o acompanhamento, havendo a análise sobre se ele é adequado ao Ensino Médio. Para maior reflexão, é feita, ainda, uma abordagem ao PPP das escolas, a partir da concepção de ensino adotado, à luz do pensamento da autora Veiga (2003) que reflete sobre inovação e projeto político pedagógico.

Considerando, ainda, as inquietações dos atores pesquisados sobre a importância das práticas pedagógicas, a análise de Soares (2014) sobre “letramento e alfabetização: as muitas facetas” é crucial; bem como o questionamento feito por Libâneo (2010) sobre “pedagogia e pedagogos para quê?”, que esclarece a importância do pedagogo. Freire (2016) reflete sobre a educação, esclarecendo que

o educador já não seria o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Além desses autores, Kleiman (2014) corrobora ao tratar da questão do letramento e da contemporaneidade, em vista de se entender as relações entre as finalidades contemporâneas da leitura e da escrita, além das práticas realizadas nas escolas para atingir essas realidades.

A última seção apresenta as conclusões a partir dos resultados da pesquisa, sendo verificados os principais desafios. Em síntese, este capítulo propicia um novo olhar sobre as escolas, a partir da reflexão sobre os dados, no sentido de auto-avaliar e realizar um acompanhamento mais adequado às práticas pedagógicas. A seguir, apresentação do referencial teórico para uma reflexão sobre o trabalho de acompanhamento do supervisor pedagógico.

2.1 REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO DO SUPERVISOR E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ENSINO

O acompanhamento de práticas pedagógicas é um tema que precisa de um estudo mais detalhado, sendo ele analisado à luz de estudiosos que se dedicaram a pesquisar e partilhar o conhecimento adquirido com aqueles que acreditam na educação como um meio de transformar a vida das pessoas.

Para melhor compreensão da reflexão proposta sobre o problema, este estudo se estruturou em dois eixos: Acompanhamento Pedagógico nas Escolas de Ensino Médio e Práticas Pedagógicas. Os autores Prazeres (2016), Freire (2016), Paradela (2016), Domingues (2014), Soares (2004), Veiga (2003) e Paro (2001) contribuem com esta pesquisa, ao tecerem reflexões para um maior conhecimento sobre o acompanhamento pedagógico do supervisor no processo educacional.

Além disso, Aparício (2010), Soares (2002), Geraldi (1995) analisam as práticas pedagógicas, no intuito de mostrar que os professores podem mudar essa prática, em vista de um ensino mais significativo aos alunos. Para isso, é crucial o apoio da equipe gestora e da supervisão pedagógica.

O trabalho do supervisor pedagógico deve estar voltado a todos os atores que compõem a equipe gestora, pois são os membros dessa equipe os responsáveis pelo desempenho das atividades escolares. Sobre os atores, Prazeres (2016) reflete

que “um olhar metódico do supervisor pedagógico sobre a atuação de cada ator escolar se faz necessário, sobretudo a atuação do gestor, por ser agente que tem a função de unir a equipe para alcançar os objetivos educacionais propostos”. Assim, é crucial que os supervisores da CDE7 mantenham um cronograma semanal de acompanhamento às escolas e, acima de tudo, tenham um diálogo muito próximo com a equipe gestora, a fim de concretizar as ações estabelecidas para o ano letivo.

Por fim, os autores contribuirão com as suas análises para esta pesquisa, a fim de que haja maior compreensão dos fatos. A seguir, há uma análise do acompanhamento pedagógico.

2.1.1 A importância do Acompanhamento Pedagógico nas Escolas de Ensino Médio

O acompanhamento das práticas pedagógicas nas três escolas da CDE7 se faz necessário, porque é um meio que a Coordenadoria Adjunta tem de saber que a gestão escolar se preocupa em melhorar o ensino, bem como se os alunos estão aprendendo ou não e se a prática utilizada pelos docentes desperta o interesse, o gosto pelo conhecimento.

A supervisão pedagógica tem um papel importante no processo de acompanhamento das atividades pedagógicas junto à equipe gestora, sendo que as demandas de responsabilidade do coordenador pedagógico são assumidas nas escolas pela equipe gestora e supervisionadas pelos supervisores. Desse modo Prazeres (2016), em sua dissertação intitulada “Implicações e desafios do assessoramento pedagógico das Coordenadorias Distritais de Educação da SEDUC - AM dispensado às escolas de ensino médio da capital”, destaca as principais atribuições do supervisor pedagógico da CDE7, a saber:

- Apoiar 100% das escolas da CDE7 a igualar ou superar o padrão estadual e nacional de qualidade no ensino (IDEAM e IDEB).
- Acompanhar in loco as ações desenvolvidas nas unidades escolares, a partir das diretrizes emanadas dos órgãos da Secretaria.
- Intermediar as demandas e propostas das escolas da rede estadual de ensino junto à instituição.
- Cor-responsabilização no processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Plano de ação das escolas e implementação dos Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis.

- Orientar sobre propostas curriculares, calendário escolar, projetos e/ou programas escolares demandadas pelo DEPPE/SEDUC e projetos escolares desenvolvidos na própria escola.
- Orientar a escola a elaborar, implementar e avaliar os instrumentos de gestão, bem como acompanhar durante esse processo.
- Orientar e acompanhar os novos gestores e secretários na função, através de visitas técnicas quanto à organização e pedagógica, legislação de ensino, bem como suas atribuições (PRAZERES, 2016, p. 45).

Diante do exposto, percebo que o trabalho da supervisão, junto à equipe gestora da escola, é árdua, pois tem, sob sua responsabilidade, supervisionar todo o desenvolvimento das atividades pedagógicas efetuadas pela gestão, como o acompanhamento das atividades de sala de aula, para auxiliar os professores, e a sugestão de práticas pedagógicas que possibilitem melhor aprendizado aos alunos.

Como apresentado nas tabelas 5, 6 e 7 (capítulo 1), as médias das escolas da CDE7, no SADEAM, estão evoluindo lentamente. Nesse sentido, elas demonstram que é preciso empenho, por parte das equipes gestoras e dos supervisores, para acompanhar e monitorar as práticas de ensino nas escolas.

As ações emanadas pela SEDUC/AM são acompanhadas pelos supervisores, que orientam os gestores e pedagogos para que o desenvolvimento seja efetivado de acordo com o estabelecido. Quando a escola não tem pedagogo e apoio pedagógico, o próprio supervisor realiza as ações, juntamente com o gestor.

Faz-se necessário, também, a sensibilização do corpo docente, por parte da equipe gestora, para a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, a fim de que nele sejam inseridos todos os dados relevantes da escola e a maneira como esta deve caminhar:

O projeto deve romper com o isolamento dos diferentes segmentos da instituição educativa e com a visão burocrática, atribuindo-lhes a capacidade de problematizar e compreender as questões postas pela prática pedagógica (VEIGA, 2003, p. 279).

A partir das orientações e mesmo coproduções, os supervisores pedagógicos e a comunidade escolar conseguiram elaborar e aprovar, nos anos 2015 e 2016, uma média de 20 Projetos Políticos Pedagógicos, entre as 28 escolas existentes até

2016. Atualmente, são 29 escolas e os projetos das demais instituições estão ou em construção ou em tramitação na SEDUC/AM.

Com a colaboração da comunidade escolar, é possível construir um PPP que responda às expectativas de uma escola que deseja realizar um trabalho pedagógico e administrativo diferenciado, levando-se em consideração um ensino que seja significativo para a vida dos alunos.

A elaboração do Regimento Escolar das escolas é um documento que precisa de melhor acompanhamento por parte da supervisão pedagógica. É possível afirmar isso, visto somente 08 escolas têm o regimento aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, 02 estão em tramitação na SEDUC/AM, 09 estão em revisão e 10 escolas não iniciaram a elaboração de seus regimentos.

O Conselho Escolar é o instrumento de gestão que todas as escolas, inauguradas até o ano 2016, conseguiram implementar. Entretanto, algumas estão em fase de renovação do conselho, ou seja, em fase de novas eleições para membros do conselho, que permanecem por 02 anos.

Quanto ao Grêmio Estudantil, são poucas as escolas que têm esta organização dos alunos, visto que as que funcionam no turno diurno atendem a alunos menores de idade. Mas, neste ano de 2017, foi revisto o Manual de Orientação do Grêmio e, pelo que consta, os alunos poderão se organizar, desde que tenham a participação de seus responsáveis nas assembleias realizadas pelo colegiado. Por outro lado, os alunos do turno noturno não demonstram muito interesse em criar o Grêmio, havendo a necessidade de que a gestão e os supervisores os sensibilizem, de forma que possam se organizar e criar essa entidade que, quando bem orientada, torna-se uma colaboradora essencial no apoio à gestão escolar.

A supervisão tem como obrigação orientar a equipe gestora para fazer, juntamente com o professor, o diagnóstico das turmas, tomando-se como ponto de partida o domínio da leitura e da compreensão de texto, bem como a produção textual. Essa atividade permite que se construa um trabalho coletivo na escola, com o intuito de analisar as dificuldades dos alunos para propor ações e projetos pedagógicos, em prol de um melhor aprendizado. A autora Magda Soares (2004) afirma:

É verdade que não se denuncia um fato novo: fracasso em alfabetização nas escolas brasileiras vem ocorrendo insistentemente há muitas décadas; hoje, porém, esse fracasso configura-se de forma inusitada. Anteriormente ele se revelava em avaliações internas à escola, sempre concentrado na etapa inicial do ensino fundamental, traduzindo-se em alto índice de reprovação, repetência, evasão; hoje, o fracasso revela-se em avaliações externas à escola – avaliações estaduais (como o SARESP, o SIMAVE), nacionais (como o SAEB, o ENEM) e até internacionais (como o PISA) - , espraia-se ao longo de todo ensino fundamental, chegando mesmo ao ensino médio, e se traduz em altos índices de precário ou nulo desempenho em provas de leitura (SOARES, 2004, p. 09).

Diante do que afirma Magda Soares, é necessário que o supervisor se atente para a orientação e o acompanhamento do diagnóstico das turmas, entendendo como está o aprendizado dos alunos no início do ano letivo. No entanto, em muitas escolas, esse trabalho não é realizado de forma adequada no ensino médio.

Além disso, o acompanhamento aos professores, para a construção do currículo adequado aos alunos e para elaboração do planejamento de ensino, é essencial para uma gestão comprometida com o ensino-aprendizagem dos alunos. Em relação ao Conselho de Classe, a gestão pode orientar que os professores analisem caso a caso, mas sugerindo que revejam as suas práticas de ensino.

Uma equipe gestora preocupada com a aprendizagem dos alunos promove reuniões com os professores, a fim de ouvir as exposições destes sobre os avanços e dificuldades dos alunos em relação ao ensino-aprendizagem, bem como coletar ideias e sugestões que venham a contribuir com a melhoria do ensino. O papel da supervisão pedagógica nesse processo é acompanhar o trabalho da equipe, tendo o cuidado para não colocar uma ação pronta aos professores, visto que é importante que estes discutam entre si para criá-la. Quando os professores sentem que o supervisor vai à escola ou realiza reuniões somente para cobrar e exigir, esses educadores podem perder a vontade de colaborar. Domingues (2014), assevera:

À medida que a escola, os professores, os coordenadores e os diretores perdem a autoconfiança, sentem-se cada vez mais incapazes de elaborar seus próprios projetos, de propor mudanças, de pensar em ações. A escola deixa de construir sua própria possibilidade de intervenção, de exercitar sua autonomia, de formular uma identidade positiva (DOMINGUES, 2014, p. 155).

O supervisor é aquele profissional que possibilita a interação entre a escola e a coordenação. Nesse sentido, o tom que deve utilizar é o de colaboração,

havendo um diálogo com a equipe, de forma a buscar ideias para superar os problemas vivenciados pela escola.

Nas reuniões mensais ou quinzenais, a equipe gestora pode sugerir a elaboração de ações ou projetos interdisciplinares que se constituam em um diferencial para a escola, porque promovem a interação entre os professores e alunos, além de sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos. A supervisão, sempre que possível, deve acompanhar as reuniões e orientar a gestão a registrar as reuniões, de forma a gerar evidências sobre o que foi tratado.

A organização do ano letivo deve ter o acompanhamento da supervisão, pois são atividades que envolvem toda a equipe gestora. Essas atividades são: a elaboração do horário no início do ano letivo, de modo que todos os professores tenham seus horários diários de aula em sala e mais o HTP; dividir os alunos para formar as turmas, respeitando as particularidades e as idades; definir os professores adequados para ministrar as aulas nas turmas, mediante diálogo com os professores.

A formação contínua dos professores, dentro da escola, é necessária e a equipe gestora é a responsável por promover momentos de formação, que devem ter início na jornada pedagógica, com o intuito de começar o ano com os professores conhecendo um pouco sobre o ensino que a escola deseja aos alunos e sobre as leis que regem a educação no país.

Sobre a formação, Domingues (2014) reitera que, em se tratando de formação contínua, são profícuos os estudos que apontam a escola como locus de formação docente, principalmente pela proximidade com a prática educativa, o que favorece a reflexão sobre a ação. Logo, as equipes gestoras devem promover encontros de formação aos professores, em pelo menos um dia ao mês, nas horas de HTP. Também é essencial a sensibilização dos professores para a participação nos cursos de Pós-graduação e graduação, oferecidos pela SEDUC/AM em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

A execução de atividades que envolvam a comunidade é importante na escola, como, por exemplo, o encontro de pais e mestres para um dia de lazer na escola. Dessa forma, a equipe gestora inicia a mudança da visão dos pais, contrapondo a ideia de que a escola só os convida para receber boletins e contar os malfeitos dos alunos. Esses encontros devem ter a presença de um supervisor, que

ficará responsável por acompanhar o desenvolvimento das atividades. Paro (2001) declara:

A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação (PARO, 2001, p. 17)

Percebe-se a relevância de se abrir as portas da escola para a participação da comunidade, pois os pais e os responsáveis pelos alunos devem ser sensibilizados a acompanhar todo o trabalho que a escola faz diariamente para que os alunos tenham uma boa aula. Conhecer o ambiente escolar, as pessoas que trabalham nesse espaço e as atividades que os alunos realizam além da sala de aula são os primeiros passos para inseri-los nas atividades de uma escola que deseja ser democrática.

O acompanhamento das avaliações contínuas deve ser feito pela equipe gestora e depois repassadas à supervisão. Além disso, o pedagogo deve saber o tipo de avaliação que o professor faz, verificar os itens com antecedência para sugerir melhorias na elaboração e aplicação, e acompanhar as recuperações paralelas. A última ação é essencial, visto que existem professores que não fazem a recuperação de acordo com a lei, ou seja, não revisam o assunto para depois executar a recuperação paralela.

O supervisor pedagógico e o pedagogo têm a responsabilidade de acompanhar, monitorar e apoiar o trabalho pedagógico, sendo que o pedagogo realiza esse trabalho em uma escola, enquanto que o supervisor tem várias escolas sob a sua responsabilidade. Nessa perspectiva, o seu papel é monitorar e acompanhar o trabalho executado pelo pedagogo. Freire (2016) define o sentido do trabalho pedagógico:

A pedagogia ocupa-se da educação intencional. Como tal, investiga os fatores que contribuem para a construção do ser humano como membro de uma determinada sociedade, e os processos e meios dessa formação. Os resultados obtidos dessa investigação servem de orientação da ação educativa, determinam princípios e forma de atuação, ou seja, dão uma direção de sentido à atividade de educar (FREIRE, 2016, p. 33).

A educação intencional pode ser denominada como a formal, sendo ela oferecida pelas escolas públicas e particulares. Nesse contexto, os pedagogos têm o papel de interagir com os professores, auxiliando as suas práticas educativas. Nesse sentido, os educadores podem desenvolver a sua prática pedagógica, de modo a preparar o estudante para ser um cidadão cumpridor de seus direitos e deveres na sociedade.

O acompanhamento pedagógico deve ser revisado, para que os atores envolvidos possam saber onde se deve priorizar o trabalho desenvolvido pela CDE7 ou pela escola. Com a avaliação, é possível mudar a prática para atingir o objetivo proposto. Sobre a revisão, Paradela (2016) recomenda:

Recomendamos, por fim, que sejam promovidas revisões constantes, ou seja, que o processo de mudança esteja sujeito a mudar sempre que for necessário. É comum que ao longo da implantação de um conjunto de medidas inovadoras, percebamos que algumas delas precisam ser melhor definidas, que nem todas as intenções iniciais poderão ser levadas a cabo da forma como se pretendia. Longe de indicar fraqueza ou inconstância, a oportuna revisão do que pretendíamos fazer demonstra maturidade e sabedoria (PARADELA, 2016, p. 4).

Embora Paradela (2016) tenha destinado o texto aos gestores de organizações, a revisão sobre as mudanças deve ser feita por todos que a realizam. Assim como os professores reveem o trabalho desenvolvido por eles, a supervisão também deve realizar uma revisão das mudanças que foram realizadas ao longo de um bimestre ou semestre. Nesse sentido, é capaz de se reorganizar para atender, a contento, às escolas e às atividades desenvolvidas pela equipe gestora. É crucial que, antes de se mudar qualquer trabalho desenvolvido na escola, haja uma avaliação com a participação do corpo docente, equipe gestora ou equipe responsável pelo trabalho. Nesse encontro, os envolvidos podem sugerir novas ações que venham a gerar efeitos positivos nas atividades educacionais ou, até mesmo, no âmbito da administração escolar. Dessa forma, a equipe gestora e a supervisão, além de obterem o respeito da comunidade escolar, também garantem o seu apoio.

2.1.2 Práticas Pedagógicas – Ações Escolares Educacionais

A prática pedagógica educativa nasce da reflexão do professor sobre a sua própria prática de sala de aula, sendo que a sua insatisfação impulsiona a busca por novas práticas que rompam com aquela utilizada no cotidiano da escola.

Quando as práticas pedagógicas são promotoras da reflexão do professor sobre a sua prática de sala de aula e sobre o desempenho dos alunos, surge o desejo de mudar. Entretanto, a mudança precisa considerar a realidade, o contexto em que o aluno está inserido. Uma opção é a prática de ações educacionais, que são desenvolvidas por bimestre ou semestre, sendo que, para a sua prática, há de se contar com a colaboração de professores da mesma área de conhecimento ou dos demais componentes curriculares, efetivando-se, assim, a interdisciplinaridade. Logo, a equipe gestora deve promover o diálogo entre os profissionais e confiar no potencial que cada um tem, de forma a contribuir para o êxito das ações. Ao se referir à confiança nas pessoas, Freire (2016), assevera:

Se a fé nos homens é um dado a priori do diálogo, a confiança se instaura com ele. A confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cada vez mais companheiros na pronúncia do mundo. Se falha esta confiança é que falharam as condições discutidas anteriormente. Um falso amor, uma falsa humildade, uma debilitada fé nos homens não pode gerar confiança. A confiança implica o testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções (FREIRE, 2016, p. 139).

A promoção do diálogo e da confiança entre a equipe gestora, os supervisores e os professores é crucial para que todos se sintam parte da comunidade escolar e possam agir em colaboração para a realização de ações que venham a convergir em melhorias no ensino e aprendizagem dos alunos.

A mudança da prática pedagógica do professor deve ser acompanhada tanto pelo supervisor quanto pela equipe pedagógica da escola, sendo necessário o apoio, o incentivo para a sua continuidade e liberdade para agir. Após a finalização das ações, é crucial a avaliação das atividades, dos projetos desenvolvidos com os alunos. Dessa forma, é possível saber o que deu certo e o que precisa de melhorias, a fim de que, nas demais atividades, as falhas sejam sanadas.

Os projetos ou ações educacionais podem ser realizados por professores de um componente curricular ou de forma interdisciplinar, nesse caso exigem dos

professores a realização de atividades nos diversos componentes curriculares, por isso, antes de colocá-los em prática, é necessário ser apresentado minuciosamente ao corpo docente, para que saiba como trabalhar cada atividade ao longo de sua execução, a fim de alcançar o objetivo proposto, o aprendizado e a interação dos alunos.

Em se tratando de promoção da interação, Geraldi (2006), ao tratar sobre as Concepções de linguagem, destaca a linguagem como forma de interação. Logo, uma ação ou um projeto de linguagem deve visar a interação dos alunos e destes com seus professores. Geraldi (2006) ainda instrui que antes de se elaborar uma atividade, uma questão prévia deve ser feita pelo professor: para que ensinamos o que ensinamos? E para que as crianças aprendem? Essas questões podem direcionar os trabalhos do professor, ao fazer um plano de ação escolar ou um projeto que venha a surtir efeito positivo na escola.

Atualmente, muitos professores de língua portuguesa usam reportagens de revistas, jornais, poemas, artigos e propagandas para serem trabalhadas com os alunos, incentivando a participação deles. Os materiais utilizados e a forma de ministrar as aulas se diferenciam do ensino tradicional de língua portuguesa. Sobre o ensino tradicional, Aparício (2010), em seu artigo, ressalta:

Com relação ao ensino de gramática, desde a década de 1980, com o movimento de renovação do ensino de Língua Portuguesa para o ensino fundamental, têm surgido questionamentos que vão desde a validade do ensino tradicional de gramática até qual concepção de gramática ensinar na escola. De qualquer modo, as discussões sempre giram em torno de alternativas oferecidas pela Linguística para a renovação do ensino de gramática na escola (APARÍCIO, 2010, p.355).

Diante do comentário da autora, pode-se constatar uma parcela considerável de professores buscando inovar a prática de ensino, porque percebem que têm pouco sucesso com a metodologia tradicional, centrada na gramática e na memorização de regras. Mas, também existem escolas que não têm uma concepção de ensino definida no próprio Projeto Político Pedagógico, sendo esse o caso de muitas escolas da CDE7. Nesse contexto, os gestores e demais membros da comunidade escolar não sinalizaram, no Projeto, a concepção a ser adotada pelos professores. Dessa forma, cada um segue aquela que lhe proporcione maior possibilidade de melhoria no ensino-aprendizagem, ou que dê menos trabalho.

Quanto ao PPP, é de suma importância a sua existência na escola, pois é o documento que traça a direção a ser seguida pelos servidores. Na CDE7, ainda há escolas que não concluíram o texto do projeto para ser enviado ao Conselho Estadual de Educação. Sobre a inovação e o PPP, Veiga (2003) analisa:

Falar em inovação e Projeto Político Pedagógico tem sentido se não esquecermos qual é a preocupação fundamental que enfrenta o sistema educativo: melhorar a qualidade da educação pública para que todos aprendam mais e melhor. Essa preocupação se expressa muito bem na tríplice finalidade da educação em função da pessoa, da cidadania e do trabalho. Desenvolver o educando, prepara-lo para o exercício da cidadania e do trabalho significam a construção de um sujeito que domine conhecimentos, dotado de atitudes necessárias para fazer parte de um sistema político, para participar dos processos de produção da sobrevivência e para desenvolver-se pessoal e socialmente (VEIGA, 2003, p. 267).

O PPP deve conter informações que possibilitem aos professores inovarem as suas práticas, sendo necessário que elas promovam o preparo dos alunos para atuarem como cidadãos críticos na sociedade, com o desenvolvimento de habilidades e competências para a boa convivência no trabalho.

Por se compreender que o PPP é um documento que legaliza a escola e deve conter todos os planos de ação, cronogramas de atividades e calendário, a Coordenadoria Adjunta Pedagógica da CDE7 solicita a inclusão de das ações pedagógicas e de projetos no PPP. Infelizmente, são poucas as escolas que desenvolvem projetos que abranjam a língua portuguesa. Esse é um desafio a ser enfrentado pelos supervisores, coordenadores e equipe gestora.

Acredito que um dos motivos que levam os professores das escolas a não elaborarem projetos e não as inovarem suas práticas de sala de aula é a falta de formação nessas áreas. Entende-se que a escola é um lugar de formação contínua que precisa ser posta em prática e, nesse sentido, Domingues (2014) explica:

A formação contínua na escola deve estar orientada por um paradigma apoiado no trabalho coletivo, na investigação, pelos professores, da prática pedagógica e na cooperação dos educadores em prol do desenvolvimento profissional e da melhoria da educação oferecida aos discentes (DOMINGUES, 2014, p. 72).

A formação docente se faz necessária nas escolas, visto que os professores podem reler os documentos que regem o ensino, tomar conhecimento de como está

o desenvolvimento da educação em outros lugares e de novas práticas de ensino, aprender a elaborar projetos e trocar experiências com os colegas de trabalho. Mas para isso, é crucial ter uma pessoa capacitada para exercer na escola este trabalho, além de haver recurso destinado para esse momento de formação contínua e tempo e espaço para a atividade. Ademais, é necessário que os professores estejam cientes de que o momento é destinado à sua formação profissional, portanto, devem permanecer na escola e participar da atividade.

No componente curricular língua portuguesa, a mudança da prática de ensino se faz necessária, pois cabe ao professor verificar o meio pelo qual os alunos assimilam melhor o conhecimento. Essa estratégia é crucial, especialmente para atender aos alunos que apresentam dificuldade no processo de ensino-aprendizagem, sem deixar que estes desanimem e desistam da escola ou que venham a ser ridicularizados pelos colegas e passem a perturbar o momento da aula.

Com o intuito de promover um ensino que contribua para um melhor desempenho do aluno na sociedade, é necessário que o professor tenha como suporte as tecnologias de informação e comunicação. Através desses instrumentos, terá a possibilidade de realizar pesquisas, ler textos de diversos autores e diferentes tipologias e assistir documentários e vídeo aulas, que contribuam para o seu trabalho, no intuito de desenvolver aos poucos o letramento dos alunos. Sobre o letramento, a autora Magda Soares (2002), em seu artigo “Novas Práticas de Leitura e Escrita: Letramento na Ciberultura”, faz a seguinte consideração:

Considerando que letramento designa o estado ou condição em que vivem e interagem indivíduos ou grupos sociais letrados, pode-se supor que as tecnologias de escrita, instrumentos das práticas sociais de leitura e de escrita, desempenham um papel de organização e reorganização desse estado ou condição (SOARES, 2002, p. 148).

De acordo com a consideração estabelecida pela autora, as escolas são os ambientes no Estado do Amazonas onde se deve oferecer ao alunado condições para o letramento ou letramentos, em que possam experimentar não só a leitura e a produção de textos escritos, mas também os digitais, os hipertextos e os e-mails. No entanto, são poucas as escolas da CDE7 que têm condições de oferecer esse tipo de ensino aos alunos.

Ainda sobre o letramento, a mesma autora esclarece:

Propõe-se o uso do plural letramentos para enfatizar a ideia de que diferentes tecnologias de escrita geram diferentes estados ou condições naqueles que fazem uso dessas tecnologias, em suas práticas de leitura e de escrita: diferentes espaços de escrita e diferentes mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita resultam em diferentes letramentos (SOARES, 2002, p. 156).

Em suma, as escolas precisam priorizar, entre as práticas pedagógicas escolares, as que possam contribuir para os diferentes letramentos. Ou seja, devem propor um ensino que leve em consideração as várias tecnologias disponíveis, com o propósito de que os alunos façam uso delas quando houver a necessidade.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para se caracterizar como científica, a pesquisa necessita de elementos essenciais que lhe dão sustentação e caráter científico para a sua validação. Nesse sentido, Gil (2007) declara que a pesquisa é:

[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados (GIL, 2007, p. 17).

Desse modo, a pesquisa vem sempre precedida pelo problema, que se manifesta a partir de um questionamento, ou seja, uma pergunta, que leva o pesquisador a buscar possíveis respostas. Mas, para se chegar às possíveis respostas, a pesquisa passa por várias fases dentro de um rigor metodológico e científico.

Assim, a metodologia escolhida para a realização desta pesquisa é a qualitativa. Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa ou abordagem qualitativa é:

[...] um processo de reflexão e análise da realidade por meio do emprego de método e técnica para a melhor compreensão do objeto inserido em seu contexto. Esses procedimentos requerem observações, aplicação de questionário, entrevistas e análise dos dados representada sempre de forma descritiva (GODOY, 1995 *apud* OLIVEIRA, 1997, p.14).

Diante dessa afirmação, entende-se que a pesquisa qualitativa, aplicada em um determinado contexto social com a utilização de métodos e técnicas apropriadas, possibilita um maior entendimento do problema enfrentado. Por isso, para a coleta de dados dos atores envolvidos, optou-se pela entrevista semiestruturada e investigação bibliográfica. A opção por esse tipo de pesquisa se deu, porque são poucas as unidades de análise, já que se trata de um número pequeno de pessoas entrevistadas.

A entrevista possibilita à entrevistadora ficar frente a frente com os entrevistados, o que favorece maior interação e um melhor resultado, bem como permite conhecer a realidade.

Quanto às características de uma entrevista semiestruturada, Trivinos (1987, p.146) destaca três, a saber:

[...] apoiar-se em teorias e hipóteses que se relacionam com o tema da pesquisa; descrever e explicar os fenômenos analisados para sua melhor compreensão; que o aluno/pesquisador seja atuante no processo de coleta de informação.

Essas características devem ser levadas em consideração pelo pesquisador na entrevista semiestruturada, uma vez que a resposta do entrevistado pode confirmar a hipótese ou não e, por isso, são relevantes para a obtenção de dados. Diante das características apresentadas, percebe-se que a atuação do pesquisador no trabalho de campo é um ponto fundamental para a coleta de dados e, conseqüentemente, para uma resposta ao questionamento. Sobre a entrevista, Duarte (2004, p.220) lembra:

Quando realizamos uma entrevista, atuamos como mediadores para o sujeito apreender sua própria situação de outro ângulo, conduzimos o outro a se voltar sobre si próprio; incitamo-lo a procurar relações e a organizá-las. Fornecendo-nos matéria-prima para nossas pesquisas, nossos informantes estão também refletindo sobre suas próprias vidas e dando um novo sentido a elas.

De acordo com o pensamento do autor, a atuação do pesquisador é essencial na entrevista, no sentido de conduzir o entrevistado a uma análise de seu trabalho, ou seja, de sua prática profissional, bem como o despertar para o aprimoramento dela e, até mesmo, para uma nova forma de atuação pedagógica.

Quanto às informações coletadas na entrevista, Demo (2004) orienta que a fala do entrevistado tem valor nela, mesmo quando tomada como fonte de conhecimento, não podendo ser utilizada como mera ilustração das teorias explicativas. Isto quer dizer que o pesquisador deve considerar as informações dadas pelo entrevistado, isto é, a partir dos dados, é necessário elaborar um material que possa contribuir para a melhoria da vida das pessoas ou de sua prática profissional.

Assim, é fundamental que o pesquisador se atente para as considerações citadas acima, a fim de realizar uma entrevista que lhe dê subsídios para confirmar ou não as suas hipóteses.

2.2.1 Delimitação da Pesquisa e Seleção dos Sujeitos

A pesquisa científica tem como regra a delimitação clara de seus limites, o que contribui para que as conclusões e análises possam ser validadas em um determinado limite pré-determinado (DAVID, 2009). Logo, esta pesquisa, além de estar delimitada pelos objetivos, também sofreu delimitações na abrangência do Acompanhamento das Práticas Pedagógicas, sendo definidas três escolas de Ensino Médio na área de língua portuguesa.

As escolas da CDE7 alvos da pesquisa são: Centro Educacional Arthur Virgílio, que conta com uma gestora e três pedagogas; a Escola Estadual Samuel Benchimol, que possui uma gestora e dois pedagogos; e a Escola Professor Ruy Alencar, que conta com uma gestora e três pedagogos. Além disso, a Coordenadoria Adjunta do Ensino Médio tem quatro supervisores, mas somente três participarão da entrevista. Ainda, farão parte da entrevista três professores, um de cada escola. Assim, a entrevista semiestruturada será realizada com um total de 12 profissionais da educação. As três escolas foram escolhidas para a pesquisa, porque nelas existem ações de práticas pedagógicas voltadas para o componente curricular língua portuguesa, em vista de um ensino aprendizagem mais significativo aos alunos que se diferencia das demais escolas.

O cenário da pesquisa são as próprias escolas, nesses espaços as práticas pedagógicas acontecem, pois nelas se encontram os atores, alvos da pesquisa. O segundo cenário de realização da pesquisa será a CDE7, onde estão os supervisores pedagógicos.

Diante do exposto, são sujeitos da pesquisa: os gestores pedagógicos, os pedagogos das escolas recortes desta pesquisa, os professores e também os supervisores. A escolha dos sujeitos da pesquisa se deu pelo fato de estarem diretamente envolvidos com o ensino e o trabalho pedagógico nas escolas e na CDE7.

Para melhor identificar os atores entrevistados, garantindo-lhes o anonimato, definiu-se a apresentação em um quadro com siglas. O Quadro 1, a seguir, traz a identificação e perfil dos entrevistados:

Quadro 1 – Sigla de Identificação e Perfil dos Entrevistados

(continua)

ESCOLA	ENTREVISTADO	SIGLA	PERFIL
C. E. Arthur Virgílio Filho	Gestora	G 1	G 1 é do sexo feminino, formada em pedagogia e pós-graduada em Gestão Escolar. É gestora da escola há 1 ano. Mas, atua como gestora escolar há 10 anos, sempre em escolas estaduais.
C. E. Arthur Virgílio Filho	Apoio Pedagógico	A.P. 1	A.P. 1 é do sexo feminino e a sua formação é na área de Geografia. Está na função de apoio pedagógico há 2 anos.
C. E. Arthur Virgílio Filho	Professor	PR 1	PR 1 é do sexo masculino, formado em Arte. Ministra aulas há 3 anos.
E. E. Professor Samuel Benchimol	Gestora	G 2	G 2 é do sexo feminino, formada em Física e pós-graduada em Metodologia do Ensino de Física. Está na função de gestora há nove meses.
E. E. Professor Samuel Benchimol	Pedagogo	P 1	P 1 é do sexo masculino, formado em Pedagogia. Há 6 anos atua como pedagogo na escola.
E. E. Professor Samuel Benchimol	Professora	PR 2	PR 2 é do sexo feminino, formada em Letras. Ministra aulas há 11 anos.
E. E. Professor Ruy Alencar	Gestora	G 3	G 3 é do sexo feminino, formada em Normal Superior e pós-graduada em Gestão Escolar. Atua na função de gestora há 12 anos e, na referida escola, está há 10 anos na gestão.

Quadro 1 – Sigla de Identificação e Perfil dos Entrevistados

(conclusão)

E. Professor Ruy Alencar	E. Apoio Pedagógico	A.P. 2	A.P.2 é do sexo masculino, formado em Teologia, História e Normal Superior, sendo pós-graduado em Gestão Escolar. Está na função de Apoio Pedagógico há 10 anos e, na escola, está há 2 anos no setor pedagógico.
E. Professor Ruy Alencar	E. Professora	PR 3	PR 3 é do sexo feminino, formada em História. Ministra aulas há 18 anos.
CDE7	Supervisora	S 1	S 1 é do sexo feminino, formada em História e Pós graduada em Coordenação Pedagógica. Trabalha na função de supervisora há 7 anos.
CDE7	Supervisor	S 2	S 2 é do sexo masculino, formado em Filosofia. Trabalha na função de supervisor há 5 anos.
CDE7	Supervisor	S 3	S 3 é do sexo masculino, formado em Matemática e Pós graduado em Matemática. Trabalha na função de supervisor há 2 anos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Registramos que as entrevistas foram realizadas no período de 10 de julho a 17 de agosto, porque os professores estavam de férias. Entretanto, todos os atores envolvidos na pesquisa foram entrevistados e informados antecipadamente sobre a finalidade da pesquisa, além das datas e horários, a fim de que pudessem dedicar um tempo para a entrevista, havendo, também, a assinatura do Termo de Consentimento Esclarecido. Os envolvidos na pesquisa tomaram conhecimento das perguntas que teriam de responder somente no ato da entrevista e, dessa forma, não tiveram tempo de preparar as respostas. Nessa perspectiva, acredito que responderam de acordo com o que realmente pensam sobre a prática pedagógica e sobre o acompanhamento feito pelo supervisor.

Ao chegar ao Centro Educacional Arthur Virgílio, consegui realizar, em dias consecutivos, a entrevista com a gestora e o apoio pedagógico. Porém, houve demora na realização da terceira entrevista, pois a professora mudou de escola. Diante disso, resolvi entrevistar um professor que leciona Arte e Língua Portuguesa. As três entrevistas, realizadas na Escola Estadual Professor Ruy Alencar, também aconteceram em dias consecutivos. O mesmo processo ocorreu na Escola Estadual Samuel Benchimol. Por último, fiz as entrevistas com os três supervisores pedagógicos do ensino médio.

As siglas presentes no quadro 1 são as utilizadas na seção a seguir, em que farei a análise de dados relevantes obtidos nas entrevistas, à luz de autores que se dedicaram ao estudo do assunto proposto nesta pesquisa. Nove profissionais da educação foram entrevistados das três escolas selecionadas para a pesquisa e mais três da CDE7, totalizando doze servidores. Os entrevistados estavam divididos nas seguintes funções: três gestores; três professores; um pedagogo; dois apoios pedagógicos; e três supervisores pedagógicos do ensino médio da CDE7. A realização das entrevistas teve como objetivo coletar dados sobre o acompanhamento das práticas pedagógicas no ensino de língua portuguesa na CDE7 para a melhoria do trabalho do supervisor pedagógico. A seguir, é apresentada a análise dos dados encontrados na pesquisa.

2.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

Esta seção tem como objetivo apresentar e analisar os dados coletados na pesquisa de campo, a qual utilizou como instrumento a entrevista semiestruturada, composta por dois blocos, cada um contendo seis perguntas.

O primeiro bloco de perguntas busca respostas para o que foi definido como primeiro eixo de análise, referente às Práticas Pedagógicas; o segundo está direcionado a responder questões ligadas ao eixo Acompanhamento Pedagógico, realizadas pela supervisão. Os roteiros de perguntas feitas aos gestores, pedagogos, apoios pedagógicos, professores e supervisores se encontram nos Apêndices A, B e C.

As respostas dadas pelos atores envolvidos na pesquisa e as contribuições de autores sobre as questões analisadas são de suma importância para a compreensão dos principais desafios enfrentados pela Coordenação Adjunta Pedagógica no acompanhamento de práticas pedagógicas no ensino de língua portuguesa. As considerações sobre o resultado da pesquisa se tornam relevantes para a elaboração do Plano de Ação Educacional, que será apresentado no terceiro capítulo.

A seguir, é exposto o primeiro eixo, Práticas Pedagógicas, que foi pensado com o intuito de se analisar a percepção dos atores sobre as ações escolares educacionais, exemplificados como práticas pedagógicas. Dessa forma, o bloco de seis questões, deste primeiro eixo, evidencia: o tempo de serviço dos servidores; a

descrição da realização das ações; os questionamentos sobre os desafios; os ganhos com a realização das ações; o envolvimento da comunidade interna e externa. Enfim, as respostas possibilitam uma leitura de como os atores veem esta prática de ensino.

2.3.1 Análise das Práticas Pedagógicas – exemplificadas através de Ações Educacionais.

Os dados obtidos na pesquisa de campo, por meio da entrevista semiestruturada, referendaram o que está disposto na seção 1.4 do capítulo I, que trata das práticas pedagógicas.

A realização das práticas pedagógicas, que elevem o conhecimento dos alunos, depende de como as práticas são concebidas e postas em prática pelos professores. Ferreira (2016) aconselha que se providencie previamente a preparação do terreno e, somente depois, sejam feitas campanhas de divulgação e sensibilização dos objetivos, em forma de palestras, materiais impressos e outras iniciativas. Essa estratégia é essencial para que a equipe não se decepcione e se envolva com o trabalho. Para isso, as formações de professores se fazem necessárias, a fim de que tomem conhecimento sobre o trabalho educacional. Posteriormente, devem ser apresentadas as ações a serem desenvolvidas durante o ano, com o intuito de serem postas em prática pelos professores.

Mas, além das formações, os supervisores precisam estar atentos ao clima escolar e, em especial, às relações humanas. Esses fatores são tão importantes, que a entrevistada PR2 destacou a interação e a oportunidade dada ao profissional disposto a participar das atividades da escola como relevantes para diminuir a rotatividade dos professores. Como sabemos, a rotatividade é prejudicial em qualquer nível de ensino, pois a mudança de professor desfavorece a continuidade de um trabalho. A participação dos professores é favorecida pela gestão, quando busca promover na escola um ambiente de gestão participativa. Em se tratando de ambiente participativo, Luck (2000) esclarece:

Esse ambiente participativo dá às pessoas a oportunidade de controlar o próprio trabalho, ao mesmo tempo que se sente parte orgânica de uma realidade e não apenas apêndice da mesma ou um

mero instrumento para a realização dos seus objetivos institucionais (LUCK, 2000, p. 27).

Quando o ambiente escolar favorece a participação dos professores, estes se sentem parte integrante da instituição e se dispõem a criar ações e projetos de práticas pedagógicas para o bom desempenho dos alunos que nela estudam.

Enfim, a preparação do professor, a relação interpessoal e a oportunidade dada ao profissional são fundamentais para a permanência de colaboradores na escola, tanto para os trabalhos administrativos quanto de práticas pedagógicas, visto que o profissional precisa se sentir aceito e estar bem com as pessoas, de forma a conseguir desempenhar a sua prática pedagógica. Ao supervisor, cabe sensibilizar as equipes gestoras a favorecerem um clima escolar propício aos professores, a fim de se responsabilizarem pelo ensino aprendizagem dos alunos, com a adoção de ações práticas ou de projetos educacionais.

A continuidade de uma prática pedagógica depende de como esta é desenvolvida com os alunos. Ao indagar “Como são realizados os projetos escolares educacionais considerados práticas pedagógicas”, a entrevistada AP1 relatou:

O surgimento desses projetos nasceu da observação do professor em sala de aula. A partir daí os professores elaboram os projetos, com o objetivo de melhorar o desempenho dos alunos e sanar as dificuldades percebidas em sala de aula. Eles são aplicados por bimestres. No ano passado, tivemos somente um projeto em nossa escola, criado e posto em prática por uma professora. Este ano, teremos 2 projetos a serem trabalhados na escola. As professoras de língua portuguesa estão responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos junto aos alunos (Apoio pedagógico 1. Entrevista concedida em: 24/07/17).

Observamos que as práticas pedagógicas, como os projetos escolares, são realizadas pelos professores que se sentem preocupados com o pouco aprendizado dos alunos. Além disso, mesmo com a falta de recursos e de apoio de seus pares, esses educadores põem em prática projetos que possam contribuir para a construção de um conhecimento maior dos alunos. Isso não significa que os professores dos demais componentes curriculares não tenham a mesma preocupação com o ensino aprendizagem, mas os professores de língua portuguesa foram os que tomaram a iniciativa de fazer um trabalho diferenciado com os alunos. Complementando a resposta sobre como são realizados os projetos escolares educacionais, a entrevistada, denominada S1, esclareceu:

Há um planejamento, de preferência acordado e registrado em ata, em reunião com professores, com a equipe pedagógica e, a partir desse planejamento, eles se programam em fazer as atividades paralelas às suas aulas. Eles desenvolvem as ações do projeto para apresentação na culminância, pode ser uma exposição literária, uma apresentação de áreas de conhecimento, então, tem toda essa preparação e, ao final, a culminância para o fechamento. Na verdade, o projeto gera a ação para a apresentação, que é feita pelos alunos, acompanhados de seus professores ou através de exposições, exemplo: cartazes, banner. É assim que acontece (Supervisor 1. Entrevista concedida em 26/07/17).

Entendemos a importância das escolas, que atendem à modalidade ensino médio, de trabalhar uma prática pedagógica que desperte a criatividade e o interesse dos alunos, especialmente porque são adolescentes e jovens que necessitam de uma atenção especial. Nesse sentido, as escolas podem planejar no início do ano letivo a prática de ensino, mediante a elaboração da proposta pedagógica. A Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (BRASIL, 1996), em seu artigo 13, afirma que os docentes incumbir-se-ão de: I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III – zelar pela aprendizagem do aluno.

Diante do disposto na lei, as equipes gestoras têm que se organizar para realizar um trabalho pedagógico que envolva os professores, com a finalidade de desenvolvê-lo em todas as áreas do conhecimento, dando início à interdisciplinaridade.

Um fato que chama atenção é a apresentação final, que leva os alunos aprofundarem o conhecimento sobre o tema abordado para explicar aos demais alunos da escola, tendo sempre o apoio do professor como orientador. Esse fato se relaciona ao item III do artigo 13 da LDB (BRASIL,1996), que se refere ao zelo pela aprendizagem do aluno. Assim, o professor que acompanha, orienta e apoia os alunos nos trabalhos, sejam orais ou escritos, está cumprindo o que determina a Lei sobre o ensino (BRASIL,1996).

Verificamos que S1 se refere positivamente sobre a participação dos professores nos projetos. Mas, a outra entrevistada, ao responder sobre os maiores desafios em relação aos projetos, destacou que o desafio é justamente conseguir

envolver os professores, e que esse é um trabalho difícil. Observe o que G1, respondeu:

Os maiores desafios foi a gente conseguir envolver todos os servidores da escola no projeto, porque o projeto não pode ser feito de forma isolado, mas participativo. Então se envolve desde os professores até o vigia da escola, porque o nosso foco principal é o aprendizado dos alunos. Outro desafio é a aquisição de recursos financeiros para o desenvolvimento do projeto, contamos muito com o apoio dos pais, que comprem os materiais para que os filhos possam fazer os trabalhos e apresentá-los (Gestor 1. Entrevista concedida em 11/07/17).

Percebemos que o trabalho da gestão é fundamental para fazer os professores e demais servidores entenderem sobre a importância de colaborem para o bom desenvolvimento de ações pedagógicas e das demais atividades escolares, especialmente na fase final de apresentação. Para maior êxito, a equipe gestora e o supervisor precisam demonstrar habilidades no diálogo com os professores, um diálogo verdadeiro. Para Freire (2016, p. 140), "o diálogo é o encontro dos homens para ser mais e não pode se fazer na desesperança. Se os sujeitos do diálogo nada esperam do seu fazer, já não pode haver diálogo. O seu encontro é vazio e estéril". Logo, a equipe gestora e o supervisor precisam transmitir confiança, através do diálogo, além de agir com humildade e esperança em seus propósitos, junto aos professores.

Como os projetos desenvolvidos pelas escolas são de língua portuguesa, é comum que os professores de outros componentes curriculares não se envolvam, pois as atividades requerem a elaboração, correção e refacção de textos, o que exige tempo, disponibilidade e conhecimento sobre produção textual. Mas, os gestores, o supervisor e os professores da área podem sim promover reuniões de esclarecimentos e pedir a participação dos servidores no acompanhamento aos alunos, de forma que o objetivo seja alcançado.

Em virtude da falta de recursos para se trabalhar as ações pedagógicas e projetos criados pela própria escola para sanar um problema existe, os professores contam com a colaboração dos pais para a aquisição de materiais essenciais para a apresentação final do projeto. Por outro lado, pode-se sugerir, à APMC, que reserve recursos financeiros para as atividades pedagógicas, havendo investimento para os projetos. Assim, as escolas terão fundos para os trabalhos práticos e, dessa forma, a

relação da escola com a comunidade ficará mais estreita, especialmente com aqueles que não podem colaborar financeiramente.

Vale ressaltar que as práticas pedagógicas de língua portuguesa e literatura, que envolvem a produção textual, contribuem, também, para a preparação dos alunos para concursos públicos, para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Processo Seletivo Contínuo (PSC) da UFAM e Sistema de Ingresso Seriado (SIS) da UEA. Assim, o ensino de língua portuguesa pretende desenvolver habilidades de leitura e escrita para diferentes práticas sociais.

Ainda, sobre os maiores desafios em relação aos projetos, a entrevistada G2 assim respondeu:

Os maiores desafios que nós temos é primeiramente chegar com a turma e colocar o projeto para funcionar, essa era a dificuldade dos professores, porque sempre estavam ali questionando, por isso que preparavam os alunos três meses antes, tinha professor que desde o primeiro bimestre trabalhava o projeto com os alunos até chegar no dia, em agosto e setembro estar com as atividades prontas. Os professores precisam motivar os alunos a fazer os trabalhos, depois que se vence esse desafio, vem outro desafio, que é o custo para a exposição. Como é um projeto que requer custo financeiro, pois os meninos confeccionam cartazes, roupas, camisas para eles usarem no dia das apresentações, e ainda tem que ornamentar as salas, isso tudo tem gastos financeiros e a escola, infelizmente, sente dificuldade para realizar o projeto, porém, o esforço era e é recompensado pelo aprendizado dos alunos (Gestora 2. Entrevista concedida em 20/07/2017).

Percebemos que os alunos também precisam de motivação para desenvolverem, da melhor forma possível, as atividades do projeto como práticas pedagógicas, especialmente as de produção textual, que exigem leitura de outros textos e a reflexão sobre o tema abordado por eles, sendo que todo esse trabalho pode ser compreendido como processo de letramento. Soares (2004, p. 97) entende Letramento como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais. Dessa forma, os professores tendem, a partir da prática pedagógica envolvendo leitura de textos diversificados, compreensão e produção textual, diminuir o fracasso escolar e tornar os alunos autores de seus próprios textos. Com relação a produção textual, Sena (2004) afirma que a pessoa que se entrega ao hábito da escrita estará desenvolvendo habilidades para se tornar um bom produtor de textos. Portanto, a proposta de ações

ou de projetos, como práticas pedagógicas envolvendo a leitura e escrita, faz surgir novos escritores.

A abordagem sobre o custo financeiro foi recorrente nas duas entrevistas, demonstrando a colaboração dos pais na compra de materiais para os filhos. Entretanto, a escola também promove atividades para adquirir os materiais necessários ao desenvolvimento dos projetos.

As práticas pedagógicas, desenvolvidas pelas escolas, não trazem somente desafios ao supervisor e às equipes gestoras, havendo também ganhos quando os alunos conseguem um melhor aprendizado. Sobre os ganhos conquistados pela escola, através de ações e projetos escolares, a entrevistada G1 explicou:

Os benefícios são a satisfação em garantir um aprendizado cada vez melhor aos alunos e ver que o aluno aprende com os projetos. O projeto ajuda a diminuir a evasão dos alunos, porque são levados a fazer as atividades práticas e gostam de realizar atividades desse tipo (Gestor 1. Entrevista concedida em 11/07/17).

Compreendemos que G1 percebe os benefícios do trabalho com projetos e destaca que a aprendizagem melhorou e a evasão diminuiu. Ao ministrar as suas atividades escolares, o professor necessita de práticas pedagógicas que prendam a atenção dos alunos ou despertem o interesse deles para construírem conhecimentos. Logo, o supervisor e a equipe gestora podem sugerir a elaboração de um ou dois projetos para serem trabalhados durante o ano letivo, com o intuito de garantir aprendizado aos alunos.

Quanto à evasão, que se tornou um problema nas escolas da cidade de Manaus, especialmente no turno noturno, entendemos que atividades que mobilizem os alunos podem ajudar a diminuí-la, entretanto, as causas da evasão são inúmeras. Nesse processo de combate à evasão, a participação da equipe gestora, do supervisor e da família se faz necessária, de forma a garantir a permanência do aluno na escola.

Ao se referir sobre qual o maior ganho, para a escola, com a realização da prática pedagógica, G2 destacou que “o maior ganho para a escola é ver o quanto isso melhora e estimula o desenvolvimento intelectual, social e crítico do aluno” (Gestora 2. Entrevista concedida em 16/08/17).

O entrevistado P1 reitera o que os demais servidores já afirmaram. Ele respondeu:

Eu vou organizar os ganhos de uma maneira pedagógica, metodológica. Os ganhos são vários, a começar pelo próprio desenvolvimento do aluno, sai de uma rotina e vai para uma situação de trabalho prático e supera a expectativa dele e de todos. O segundo ganho é o crescimento teórico sobre o assunto que o aluno passa a ter, se fosse somente para a sala de aula, com aula expositiva, não alcançaria o que se alcança de aprendizado dentro do projeto. Ele se envolve tanto para estudar os textos, as falas, estuda o que os autores trazem como mensagem, eles conseguem passar isso. Esse é o maior ganho, o crescimento do raciocínio, o crescimento teórico na vivência prática que eles apresentam, não é um ganho de nota, porque a nota é consequência (Pedagogo 1. Entrevista concedida em 21/07/17).

Verificamos, nas respostas dos entrevistados, que os projetos proporcionam o crescimento do conhecimento dos alunos, pois estudam a teoria e a põem em prática. Além disso, muda a rotina e a sala de aula pode ser em outro espaço, como a quadra, o refeitório, a biblioteca, ou qualquer ambiente onde professores e alunos possam fazer a prática a partir da teoria. Outro ponto que chama atenção é que essa prática pedagógica influencia na permanência dos alunos na escola, isto significa que as fugas e as infrequências às aulas diminuem consideravelmente quando a escola trabalha práticas pedagógicas diferenciadas, capazes de movimentar os alunos.

Entendemos que os entrevistados, ao exporem os ganhos, tecem comentários que direcionam as práticas pedagógicas ao letramento. A autora Kleiman (2005) assim conceitua o letramento:

O letramento também significa compreender o sentido, numa determinada situação, de um texto ou qualquer outro produto cultural escrito; por isso, uma prática de letramento escolar poderia implicar um conjunto de atividades visando ao desenvolvimento de estratégias ativas de compreensão da escrita à ampliação do vocabulário e das informações para aumentar o conhecimento do aluno e a fluência na sua leitura (KLEIMAN, 2005, p. 11).

Percebemos que as práticas pedagógicas, desenvolvidas nas escolas, influem no desenvolvimento dos alunos, possibilitando o letramento através do estudo de textos variados, da pesquisa e da produção textual. Essa prática precisa ser incentivada não só por professores de língua portuguesa e literatura, mas também por professores de outros componentes curriculares.

Questionada sobre o envolvimento dos professores e dos supervisores nos projetos escolares, a entrevistada G1 respondeu:

Em relação aos professores, eu vejo que precisam de orientação, por isso há uma orientação dada a eles sobre como o projeto será desenvolvido no ano letivo. Depois, apresentamos os objetivos e o que cada um deve fazer para que o projeto seja desenvolvido, a meta que queremos alcançar. Quanto aos supervisores, vejo como um trabalho feito em parceria entre a escola e a CDE7, os supervisores vêm para nos ajudar a melhorar o nosso trabalho, mesmo eles não podendo acompanhar cada etapa do projeto. Mas a gente percebe, que quando solicitamos a presença deles na escola, eles estão sempre solícitos para ajudar naquilo que está ao alcance deles (Gestora 1. Entrevista concedida em 11/07/17).

Ainda sobre o envolvimento dos professores e supervisores, PR1 proferiu que:

tem alguns professores que não querem se envolver com os projetos. Não sei se é porque os projetos dão mais trabalho. Mas em compensação, eles vão construir conhecimentos na prática, diferente das demais aulas que o professor fica somente na teoria (Professor 1. Entrevista concedida em 17/08/17).

Concluimos, que a equipe gestora, a supervisão, podem encontrar uma forma de motivar os professores para se sentirem parte integrante da escola. Coelho e Linhares (2008) ressaltam que as escolas onde há integração entre professores tendem a ser mais eficazes do que aquelas em que os professores se mantêm profissionalmente isolados. Nesse sentido, há um trabalho a ser feito, pela equipe gestora e supervisão, de forma a ajudá-los a adotar uma prática que favoreça o aprendizado.

A entrevistada PR3 ao se referir à participação dos professores, reafirmou o que foi relatado anteriormente, quando destacou que:

os professores trabalham juntos, por exemplo, história com geografia e língua portuguesa, já é um projeto que iniciou de forma tímida a interdisciplinaridade. Já a participação dos supervisores acontece nas apresentações finais, eles vêm prestigiar os alunos (Professora 3. Entrevista concedida em 25/07/17).

Percebemos que PR3 destaca a participação dos professores, enquanto PR1 diverge, dizendo que alguns professores não participam dos projetos. Conclui-se

que, em uma escola, os professores estão mais solícitos às mudanças em relação às práticas pedagógicas. Entretanto, em outra escola, essa abertura aos trabalhos, envolvendo projetos, não acontece e, portanto, ainda não há muita participação de todos os professores.

Refletindo sobre a falta de participação dos professores, concluímos que a falta de entendimento do trabalho a ser desenvolvido com os alunos leva os professores a não realizarem as atividades previstas no planejamento. Porém, outros fatores podem desmotivá-los, como as salas muito lotadas, que dificultam o atendimento aos alunos.

A exposição feita pela entrevistada PR3 destaca um ponto essencial, a interdisciplinaridade. Ela destaca que essa prática existe na escola, porém, pelo que deixa transparecer, é necessária maior sensibilização, com o objetivo de haver maior participação dos componentes curriculares. Os alunos conseguem construir conhecimento com mais facilidade quando todos os professores realizam um trabalho em conjunto, por exemplo, ao priorizar a leitura e a compreensão textual, componentes como a matemática, a física, a química, junto com a língua portuguesa, poderiam desenvolver atividades que pudessem envolvê-las cotidianamente.

Ainda sobre a interdisciplinaridade, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio determinam a organização em três áreas – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias. Essas áreas têm como base a reunião daqueles conhecimentos, que compartilham objetos de estudo e, portanto, mais facilmente se comunicam, criando condições para que a prática escolar se desenvolva numa perspectiva de interdisciplinaridade (BRASIL, 2000).

Referindo-se à participação dos pais e dos responsáveis, além dos alunos, como pertencente à comunidade interna¹, G3 relatou:

O professor vai motivando o aluno e este acaba aceitando e se mobiliza muito, tanto que o trabalho final é dos alunos, que fazem as peças, confeccionam roupas, elaboram os cartazes, o envolvimento

¹ Entende-se por comunidade interna todos os elementos humanos que compõem a escola, tais como: alunos, professores, pais, funcionários de apoio, serventes, merendeiras, diretores; e, comunidade externa, todos os elementos humanos (civis e jurídicos) que formam a comunidade do entorno da escola.

do aluno é total. A gente sempre dizia quando visitávamos as salas, “o mérito é do aluno”, os professores, os coordenadores apoiam e incentivam para que o aluno não desista, mas o aluno é quem se dedica bastante. Os pais participam da Mostra, eles vêm com a família para visitar e fazem questão de ajudar, o pai envolvido acaba gastando financeiramente, mas eles elogiam o trabalho, agradecem a gestão da escola pelo trabalho desenvolvido, porque eles veem as necessidades dos filhos deles (Gestora 3. Entrevista concedida em 28/07/17).

A entrevistada S1 divergiu dessa opinião, quando afirmou:

A gente já percebe que é mais difícil a comunidade participar, a não ser que seja um grande evento, como festas de formatura, festa junina ou entrega de boletins. Mas nessas práticas, nessas ações pedagógicas, que envolve a coordenação, envolve culminância o que a gente vê mais é só o aluno envolvido. Os pais se envolvem mais na questão da compra de material. Na escola, a gente percebe a comunidade nas festas, nos eventos grandes (Supervisor 1. Entrevista concedida em 26/07/17).

Observamos que existe uma divergência na forma como a gestora percebe a participação dos pais, em relação à visão da supervisora e dos demais entrevistados. Pode ser que a escola tenha uma relação muito boa com as famílias e realize atividades em momentos que os pais possam prestigiar. Mas, os outros onze entrevistados foram unânimes, ao dizer que os pais colaboram com materiais para os filhos se apresentarem nos eventos finais dos projetos. Entretanto, são raros os eventos realizados pelas escolas de ensino médio que tenham a presença maciça dos pais. Eles estão mais presentes nos eventos e reuniões dos filhos que se encontram no ensino fundamental, anos iniciais e finais.

Nesse contexto, são poucos os pais que permanecem visitando mensalmente a escola para saber se o filho ou filha está aprendendo de forma adequada. É necessário que as escolas de ensino médio façam um trabalho de sensibilização aos pais, contribuindo para a participação deles nos eventos, reuniões e atividades escolares. Segundo Zargidsky (2006), é comum, à direção da escola, compreender a participação da comunidade como:

[...] o processo de colaboração das comunidades interna e externa da escola que, geralmente, tem via de mão única, ou seja, a estas comunidades, cabem acatar as solicitações da direção da escola, no tocante a ajuda à mesma, quer seja para manter seu funcionamento, quer seja para desenvolver pequenas atividades que as envolvam,

tais como a colaboração para a realização de festas para angariar fundos para a escola (ZARGIDSKY, 2006, p. 30-31).

Essa visão de participação é comum entre os diretores, porém, a palavra participação implica na contribuição de todos, com igualdade de oportunidade. Nesse sentido, a comunidade pode sugerir ideias para a melhoria administrativa e pedagógica, além de atuar no Conselho e na Associação de Pais, Mestres e Comunitários (APMC). Referindo-se à participação, Coelho e Linhares (2008) esclarecem:

Trazer a comunidade para o debate sobre a prática a ser viabilizada no interior da escola, representa o ponto alto no processo da gestão participativa, enquanto enfrentamento e negociação do caminho que queremos dar para a educação no meio em que vivemos. A estratégia do envolvimento e participação da comunidade externa no cotidiano escolar conduz a um comprometimento maior desta para com o desenvolvimento da escola, a transformação social e a construção da democracia, enquanto gestão compartilhada (COELHO, LINHARES, 2008, p. 8).

Diante do esclarecimento das autoras, trazer a comunidade para participar das decisões na escola significa construir uma gestão compartilhada. Nesse sentido, a comunidade poderá opinar sobre procedimentos a serem adotados, bem como propor ações e projetos pedagógicos que esta pretenda desenvolver. A comunidade é presente quando percebe que a sua participação é aceita e que a contribuição de ideias é valorizada.

A seguir, a apresentação e a análise do Acompanhamento Pedagógico, objetivando entender os desafios, a partir da forma como os entrevistados observam o acompanhamento feito pelos supervisores pedagógicos, em relação às práticas educacionais. Assim, é questionado sobre o acompanhamento pedagógico realizado pelos supervisores, além dos pontos a serem melhorados no trabalho de supervisão. Ademais, também é descrito como é realizado o acompanhamento das ações pedagógicas escolares educacionais de língua portuguesa. Além disso, é demonstrada a avaliação do acompanhamento pedagógico dos supervisores da CDE7 aos projetos escolares; o que é considerado mais importante no seu trabalho de acompanhamento pedagógico da escola. Por fim, é abordada a questão sobre os maiores desafios, em relação ao acompanhamento das práticas pedagógicas.

Tais análises são essenciais para se compreender a visão dos atores envolvidos na pesquisa e para a proposição de ações que corroborem para a melhoria do acompanhamento da supervisão pedagógica às escolas.

2.3.2 O Acompanhamento Pedagógico

O acompanhamento pedagógico é um trabalho realizado nas escolas da CDE7 e, por isso, é necessário analisar como este acompanhamento é visto pelos membros das escolas. Assim, o objetivo é o de compreender o acompanhamento pedagógico feito pelos supervisores, sob a perspectiva dos sujeitos da pesquisa.

Os dados coletados na pesquisa de campo se relacionam ao que está disposto na subseção 1.5 do capítulo 1, que se refere ao acompanhamento pedagógico. Diante da importância do acompanhamento do supervisor às práticas pedagógicas, a primeira pergunta teve como objetivo entender como acontece o acompanhamento pedagógico, realizado pelos supervisores nas escolas. O entrevistado AP2 respondeu da seguinte forma:

Bem, aqui, mas que essa questão são as visitas que ocorrem durante o mês para saber se a escola tem problemas, também para compartilhar as situações de alguns professores, de alguns alunos, para averiguar os planejamentos, o livro de ponto, a questão dos rendimentos. Todas essas situações são vistas e são dadas as orientações de como proceder e são compartilhadas algumas situações mais críticas, com alguns problemas, como foi em 2016 com professores, que nós tivemos alguns problemas sérios foi resolvido (Apoio Pedagógico 2. Entrevista concedida em 21/07/17).

Diante da resposta do apoio pedagógico, compreendemos que o supervisor também atua junto à equipe gestora, no encaminhamento de problemas que envolvem o corpo docente e também discente. Além de acompanhar e monitorar os trabalhos pedagógicos, ainda atende e dá os primeiros encaminhamentos a outras situações que acontecem na escola, que, de certa forma, atrapalham o clima escolar. Algumas dessas situações, são, por exemplo, as ausências de professores na escola. Nesse contexto, o supervisor orienta a equipe gestora sobre as providências a serem tomadas, pois o absenteísmo causa mudanças na rotina da escola.

A visão do Apoio Pedagógico não é a mesma dos professores, por exemplo, visto que ao responder à pergunta, PR2 comentou:

Sobre o acompanhamento pedagógico, eu vou falar o que os professores comentam. Eles perguntam para que os supervisores vêm aqui, para cobrar? A gente sabe das dificuldades do professor em realizar um plano, temos um padrão, ele coloca D2 no plano, mas será que ele sabe como trabalhar esse descritor? Então, os supervisores podem orientar melhor os professores quanto ao plano, de como fazer cada parte do plano. Eles não podem vir à escola somente para falar com pedagogo e gestor. Precisamos que orientem sobre o plano, a orientação deve ser mais direto aos professores. Os supervisores precisam sentar junto ao professor no planejamento para dar suporte. Ver o calendário para falar sobre as avaliações externas e como voltar o trabalho para estimulá-lo a aplicar o plano para aquele fim (Professor 2. Entrevista concedida em 20 /07/17).

Observamos que existem visões diferentes em relação ao trabalho do supervisor da CDE7. Em uma escola, ele é visto como alguém que vem somente cobrar e vigiar e, em outra, é tido como um profissional que colabora, acompanha e apoia os trabalhos realizados pela equipe gestora. Verificamos que, em algumas escolas, os supervisores foram chamados pela equipe gestora para resolver situações complicadas de absenteísmo de professores, que estavam prejudicando o ensino e, além do mais, essas ausências não tinham justificativa. Esses fatos geraram um clima desagradável entre os supervisores e os professores, especialmente os envolvidos na situação de absenteísmo. Diante dessa divergência, cabe à coordenação adjunta promover um encontro nas escolas, com o objetivo de esclarecer as competências dos supervisores e aproximá-los dos professores.

Enfim, percebemos, mais uma vez, que os professores solicitam a presença dos supervisores para lhes acompanhar no planejamento de suas atividades, embora saibamos que o supervisor tem o compromisso de apoiar, acompanhar e monitorar o trabalho da equipe gestora. Portanto, essa reivindicação precisa ser analisada pelos coordenadores, pois a presença do supervisor, junto ao professor, poderá ajudar muito no ensino aprendizagem dos alunos. Porém, o supervisor tem o compromisso de acompanhar, auxiliar e monitorar os trabalhos da escola e, com mais esse compromisso junto aos professores, poderá haver sobrecarga de atividades.

Analizamos que é praticamente inviável o acompanhamento direto aos professores, pois existem muitas demandas que o supervisor verifica em suas visitas às escolas. Diante desse fato, os supervisores já fazem o possível, ou seja, ajudam os professores na elaboração dos planos. Mas, a decisão cabe aos coordenadores e se estes decidirem pelo acompanhamento frequente aos professores, é crucial um planejamento junto à equipe gestora. Nesse momento, é necessária a participação do pedagogo ou do apoio pedagógico, para que um não interfira no trabalho do outro, pois na escola, o pedagogo é o profissional indicado para orientar os professores. Libâneo (2010, p. 62) explica:

O pedagogo atua naquelas situações em que a atividade docente extrapola o âmbito específico da matéria de ensino: na definição de objetivos educativos, nas implicações psicológicas, sociais, culturais no ensino, nas peculiaridades do processo de ensino e aprendizagem, na detecção de problemas de aprendizagem entre os alunos, na avaliação, no uso de técnicas e recursos de ensino etc.

Nesse sentido, cabe ao pedagogo orientar os professores sobre os procedimentos para uma atuação efetiva e eficaz em sala de aula. Além disso, é importante lembrar que o pedagogo ainda tem sob sua responsabilidade o plano pedagógico e os planos de ensino. Porém, as escolas da CDE7, em 2015 e 2016, contavam com um número reduzido de pedagogos. Nesse contexto, o gestor, diante da falta de pedagogo, escolhia um professor, com perfil de proatividade e liderança, para atuar como apoio pedagógico. Esse fato é exemplificado no recorte da pesquisa, já que, das três escolas pesquisadas, somente uma tem pedagogo concursado.

Assim como todo o trabalho realizado com as pessoas, a supervisão precisa de aperfeiçoamento. Logo, a pergunta sobre a melhoria no trabalho de supervisão e a forma de se fazê-la foi um dos pontos em que as respostas foram semelhantes. Sobre essa questão, somente uma entrevistada respondeu de forma diferente e os demais entrevistados foram unânimes nas respostas. G1 assim respondeu:

Bem, em relação à nossa escola Arthur Virgílio, há uma defasagem, porque na escola temos 16 salas de aula, penso que nós deveríamos ter 2 pedagogos para um melhor suporte aos professores e alunos, também para o acompanhamento e desenvolvimento das atividades. Quanto aos supervisores, penso que deveríamos ter mais supervisores para atuar na supervisão, porque eles fazem o trabalho

deles, eles estariam mais presentes nas escolas, mas como temos várias escolas, às vezes eles não conseguem vir toda semana para ver como as atividades estão sendo feitas. Assim, vejo que se tivesse mais um supervisor, o atendimento seria mais efetivo e contínuo. Eu não quero dizer que o trabalho não é feito, ele é feito sim, mas poderia ser melhor (Gestora 1. Entrevista concedida em 17/07/17).

O relato sobre a necessidade de mais pedagogos é visível nas escolas consideradas de médio a grande porte. Já que são muitos trabalhos a serem desenvolvidos, o apoio pedagógico focaliza a sua atenção nos mais urgentes para serem trabalhados. Esta reivindicação já foi discutida entre os coordenadores adjuntos pedagógicos, porém, a contratação de pedagogos será feita somente por concurso. Em 2017, os que passaram no concurso foram chamados, mas o número não supriu a necessidade. Enfim, muitas escolas continuam sem pedagogos, contando com a colaboração dos apoios pedagógicos. A previsão é que em 2018 a SEDUC/AM realize um concurso para pedagogos e professores, mas, enquanto isso, os apoios pedagógicos e as equipes gestoras continuam trabalhando em sistema de colaboração, para que os atendimentos aos professores e alunos aconteçam da melhor forma possível e a escola possa, dessa forma, cumprir o seu papel, ao possibilitar uma educação de qualidade aos alunos.

Quanto à continuação da resposta da entrevistada, quando ela observa a falta de supervisores, esse olhar analítico vem ao encontro do questionamento desta pesquisa. Observamos que o supervisor faz o trabalho de acompanhamento às atividades escolares, porém, não consegue realizá-lo adequadamente, uma vez que outras ações tomam o tempo que deveria ser destinado à escola. Logo, o cronograma de atendimento semanal é alterado, porque o supervisor desviou o atendimento para outras atividades internas ou externas.

A entrevistada G2 opinou que “é necessário um envolvimento maior, por parte dos supervisores, de forma que eles deem o suporte necessário às necessidades dos professores” (Gestora 2. Entrevista concedida em 16/008/17). Percebemos a necessidade de uma revisão no cronograma de atendimento às escolas, dedicando atenção às que não possuem pedagogos. Entretanto, estas escolas também precisam incorporar, ao plano de ação delas, os projetos a serem desenvolvidos, para que os supervisores possam realizar um melhor acompanhamento.

Ainda respondendo à mesma questão, sobre a melhoria no trabalho de supervisão, o entrevistado PR1 sugeriu:

[...] melhorar o diálogo entre supervisor e professor. Esse diálogo poderia ser feito no horário de HTP dos professores, seria um momento para conversar sobre o que o professor está precisando, como melhorar a prática de ensino para que os alunos realmente aprendam (Professor 1. Entrevista concedida em 17/08/17).

Em continuidade a essa questão, S3 respondeu:

Sim, participar mais junto com a comunidade escolar do processo de elaboração e atualização dos instrumentos de gestão (Regimento Interno da Escola, Projeto Político Pedagógico Escolar, Plano de Gestão), Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, Reuniões Pedagógicas e Atividades Extracurriculares. Com objetivo de assessorar nas ações precisas, junto à equipe gestora, professores, alunos e à comunidade escolar, para facilitar o processo de sistematização e divulgação das informações sobre as ações, mobilizando a escola para qualificação do processo ensino-aprendizagem, através do acompanhamento das turmas, viabilizando o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidos legalmente no calendário escolar (Supervisor 3. Entrevista concedida em 02/08/17).

Analisando as respostas dos entrevistados sobre a melhoria no trabalho de supervisão, compreendemos a importância desse profissional para a educação no Estado do Amazonas e, embora o trabalho dos supervisores esteja direcionado ao gestor e ao pedagogo, percebemos, mais uma vez, que os professores desejam a presença deles para dar suporte e orientação na elaboração de seus planos. Além disso, nas escolas em que não existe pedagogo, somente o apoio pedagógico, é solicitada a presença do supervisor na HTP dos professores. Nesses momentos, pode haver uma sensibilização sobre a mudança da prática de ensino, em prol de um aprendizado mais significativo aos alunos.

A criação do cargo de supervisão pedagógica é relatada por Prazeres (2016, p. 19), ao dizer:

Para monitorar e acompanhar o fazer pedagógico das escolas, foi criado no ano de 2005 o cargo de supervisor pedagógico, com a finalidade de assessorar os gestores, os pedagogos e os professores. Apesar de essa função ser estabelecida nas CDEs, não há por parte da SEDUC – AM um documento norteador que defina as atribuições do supervisor pedagógico das CDEs, o que motivou as

mesmas a desenvolverem um documento interno que descrevesse as atribuições do supervisor pedagógico, a partir das competências estabelecidas na Lei Delegada 3.642, de 26 de julho de 2011.

Embora o cargo de supervisor pedagógico não tenha um documento norteador, observamos, na prática, que a sua presença se faz necessária nas escolas, seja apoiando, acompanhando ou monitorando as atividades. O que falta na sua atuação é uma interação maior entre CDE e as escolas, bem como a efetividade de seu trabalho nas escolas. Rangel (2013) destaca o valor do trabalho em equipe, desenvolvido no grupo e pelo grupo, o que equivale à supervisão partilhada, que promove ações e decisões participativas. Assim, a presença constante do supervisor pedagógico nas escolas conduz a um envolvimento maior nas ações e no trabalho a ser realizado pela gestão.

É de competência do supervisor pedagógico acompanhar as atividades dos projetos educacionais, o que requer, deste profissional, um planejamento com um cronograma que precisa ser seguido. Para isso, há de se deixar em segundo plano as atividades e reuniões externas, porque tais atividades não permitem que o supervisor esteja, em todos os dias da semana, atendendo às escolas.

Com relação ao questionamento sobre o acompanhamento aos projetos educacionais de língua portuguesa, G3 proferiu:

Eu vou te confessar, o acompanhamento pedagógico, diante do projeto em si, não tinha tanto acompanhamento, porque quem fazia isso eram os professores e os coordenadores, eles só comunicavam que no tal dia uma turma ia fazer alguma atividade em função do projeto, mas o acompanhamento pedagógico da escola não tinha, os professores que coordenavam o projeto que informavam as ações (Gestor 3. Entrevista concedida em 28/07/17).

Percebemos, na resposta do entrevistado que o acompanhamento pedagógico, aos projetos de língua portuguesa, ficava a cargo dos coordenadores e dos próprios professores do componente curricular. Nesse sentido, não havia um acompanhamento das atividades desenvolvidas em cada etapa do projeto, nem por parte da escola e, muito menos, por parte da supervisão. Dessa forma, essa é uma falha que necessita ser corrigida pela equipe gestora e pela supervisão.

Assim, a promoção de maior interação entre os servidores da escola e do supervisor se faz necessária. É justamente o acompanhamento contínuo, às atividades de língua portuguesa, que pode garantir se os alunos estão lendo e

compreendendo o que leem, se há letramento ou não. Soares (2004) apresenta algumas facetas que contribuem para o processo da língua escrita e do letramento:

[...] a faceta da leitura fluente que exige o reconhecimento holístico de palavras e sentenças; a faceta da leitura compreensiva, que supõe ampliação de vocabulário e desenvolvimento de habilidades como interpretação, avaliação, inferência, entre outras; a faceta da identificação e do uso adequado das diferentes funções da escrita, dos diferentes portadores de texto, dos diferentes tipos e gêneros de texto (SOARES, 2004, p. 99).

As facetas apresentadas por Soares (2004) podem ser trabalhadas nas atividades dos projetos de língua portuguesa, porém, se não houver acompanhamento do pedagogo e do supervisor, como é possível perceber se o projeto está contribuindo para que os alunos dominem a língua escrita? Por isso, há a necessidade de acompanhar e registrar as atividades do projeto, até para avaliá-lo ao final da execução.

O entrevistado P1, divergindo sobre o que foi exposto por G3 sobre a falta de acompanhamento, assim relatou:

Aqui tem uma situação bem inerente aos professores da área, eles tomam conta do projeto, o que nós fazemos é uma contribuição, porque eu não tenho formação em letras, em língua portuguesa ou língua estrangeira. Eles pedem minha contribuição, então analisamos juntos, digo a solução para se resolver entraves, indico o caminho que pode ser percorrido ou vejo se tem outra maneira de contribuir com o projeto, mas sem imposições, afinal, o projeto é deles (Pedagogo 1. Entrevista concedida em 21/07/17).

Compreendemos que o diálogo entre a equipe gestora e os professores é a base para o êxito de qualquer trabalho. A elaboração de um projeto e a construção de um plano precisa ser debatida entre os profissionais, buscando-se sugestões e ideias, junto aos professores. Dessa forma, eles se sentem partícipes, ao estarem envolvidos no compromisso de colocar em prática aquele trabalho. Nesse contexto, percebem que essa não é uma ação construída do topo para a base, mas construída por eles, ou seja, da base.

A Domingues (2014) declara que o trabalho em equipe e os projetos de formação podem ser elementos que favoreçam o comprometimento de todos com o projeto da escola, sendo eles capazes de superar o individualismo e a falta de

compromisso. Diante do exposto, as escolas que sentem dificuldade em realizar e acompanhar as atividades pedagógicas precisam se articular para mudar tal cenário e obter um novo ritmo de trabalho pedagógico.

Ao avaliar o acompanhamento pedagógico dos supervisores às ações ou aos projetos escolares, G1 disse:

Há um acompanhamento dos supervisores aos projetos, para saber se eles estão sendo desenvolvidos, dão sugestões para que as atividades realmente aconteçam de forma positiva. Há o acompanhamento sim, mas como disse, deveria ser mais efetivo, pois não acompanham a prática das ações (Gestora 1. Entrevista concedida em 17/07/17).

O acompanhamento das ações dos projetos escolares precisa ser feito de acordo com o planejamento dos professores e, dessa forma, haverá uma interação entre a supervisão e os professores no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Entretanto, os projetos podem ser acompanhados e monitorados pelos membros da equipe gestora, uma vez que estão na escola diariamente. Entretanto, os supervisores têm várias escolas para acompanhar semanalmente e também necessitam de tempo para conhecimento sobre o fazer supervisão. Sobre a função supervisora, Rangel (2013) destaca que o exercício desta solicita uma atitude constante de estudo e de acompanhamento da pesquisa e da literatura no campo da gestão e supervisão educacional. Logo, o supervisor precisa, realmente, de formação sobre os documentos educacionais que surgem para legislar o ensino.

Contribuindo com a avaliação, G2 fez a seguinte colocação: “Infelizmente, os supervisores da CDE7 não têm interação com os projetos desenvolvidos pela escola, pois as visitas são de pouca interação com os professores” (Gestora 2. Entrevista concedida em 16/08/17).

Observamos que os supervisores são responsáveis por verificar a parte burocrática, como diários, planos, conselhos escolares, regimentos, dedicando pouco tempo para o diálogo com os atores principais do processo educacional, os professores.

Em resposta à avaliação, PR3 declarou:

A minha avaliação é boa, porque nós fazíamos as culminâncias na quadra, sempre tem pessoas que são convidadas, a coordenadoria vem, tem toda uma programação, eu faço uma avaliação boa, porque

eles estão cientes da existência do Sarau Sam, do Sarauzinho, que foi bem divulgado, mas se for feito maior divulgação, há possibilidade dos projetos se tornarem bem mais conhecidos pela comunidade. A Coordenadoria pode participar mais e ajudar a divulgar esse trabalho (Professora 3. Entrevista concedida em 25/07/17).

Quanto à avaliação do acompanhamento pedagógico, a entrevistada afirma ser boa, uma vez que existe uma preocupação, da coordenadoria adjunta do ensino médio, em ter sempre um supervisor na escola. Mesmo assim, há o pedido de que a CDE7 ajude na divulgação dos projetos, realizados pela escola anualmente. A divulgação é uma maneira de valorizar o trabalho de professores e alunos.

Diante de dois entrevistados, uma avaliação negativa e outra positiva, a conclusão que se tem é que o trabalho de supervisão pedagógica precisa ser divulgado, especialmente no que se refere à sua competência, como intermediário entre as instituições macro e micro, não como um fiscalizador, mas como um colaborador.

Quando perguntada sobre o que considera mais importante na realização do trabalho de acompanhamento pedagógico às escolas, PR3 destaca as visitas, pois toda semana há um supervisor na escola. “Em alguns casos são realizadas cobranças, mas não são todos que cobram, já que ao mesmo tempo entendem que as escolas têm muitas atividades a serem realizadas em um curto espaço de tempo” (Professora 3. Entrevista concedida em 25/07/17).

As visitas de supervisão foram destacadas pela entrevistada como um ponto positivo. Mas, percebe-se que os membros da escola têm aversão a cobranças, talvez pela forma como alguns supervisores as efetuam. A entrevistada se refere às atividades que a escola faz no dia a dia, sendo responsáveis por consumir muito tempo e pessoal para as suas realizações, o que resulta em pouco tempo para atender às demandas da Secretaria de Educação.

Sobre o trabalho de acompanhamento pedagógico, S2 respondeu:

Acredito que esse trabalho forma um elo importante entre a escola e a Coordenadoria Distrital, de modo que os diversos segmentos escolares se sintam apoiados em suas ações, através dessa proximidade. A relevância é justamente essa: ficar mais próximo das escolas (Supervisor 2. Entrevista concedida em 27/07/17).

Aproximar a escola da CDE7 é o que o supervisor considera mais importante no acompanhamento pedagógico e, por isso, ele precisa estar em constante contato

com a equipe gestora, a fim de ajudá-la a realizar um trabalho eficiente e eficaz perante a comunidade. Sobre a mesma questão, G1 proferiu:

É essencial o acompanhamento em todas as atividades pedagógicas e administrativas. Percebo que mesmo sabendo que cada servidor saiba o que deve fazer, a gestora precisa estar presente todos os dias na escola para assegurar que as atividades aconteçam mesmo, uma vez que temos somente uma pedagoga na escola. E eu gosto de estar sempre presente para agilizar os materiais que os alunos e professores precisam, para garantir que eles tenham um aprendizado significativo, mas procuro descentralizar as tarefas (Gestora 1. Entrevista concedida em 17/07/17).

Assim como o supervisor deve estar em todas as semanas na escola, acompanhando às ações pedagógicas, é muito importante que o gestor, além de sensibilizar os professores para o desenvolvimento de atividades diferenciadas, possa também acompanhar essas atividades, até para ter subsídios para avaliá-las. Agora, é preciso que os gestores saibam realmente descentralizar as tarefas, as responsabilidades. Caso contrário, a gestão ficará sobrecarregada e os servidores passam a ficar dependentes de uma ou duas pessoas, que detêm as informações e os materiais da escola.

Sobre o acompanhamento e o diálogo, tão necessário na supervisão, Prazeres (2016) afirma que a inter-relação do trabalho do gestor, em nível de escola, com o trabalho do supervisor, influirá diretamente sobre a organização pedagógica no âmbito escolar. Por isso, é impossível se fazer um bom trabalho sem que haja uma relação dialógica, uma interação entre a equipe gestora e o supervisor. Este tem um papel fundamental, conquistar a confiança e a credibilidade, para que seu trabalho ganhe eficiência na escola.

Ao ser questionada sobre os desafios do acompanhamento pedagógico, PR2 relatou:

Nós temos dificuldades, fazemos o possível para não sobrecarregar uns aos outros. Por exemplo, temos as olimpíadas para serem realizadas, e quando chegam as ações da própria escola, não temos recursos para concretizar e quem poderá nos ajudar é a CDE7. As pessoas que podem nos ajudar são os supervisores. Precisamos que a supervisão olhe os planos e nos dê sugestões. Que assistam as aulas do professor para sugerir ideias de como melhorá-las. Às vezes, no papel, o plano está maravilhoso, mas na prática, não está bem e os supervisores são aqueles profissionais que podem sugerir

outras práticas para trabalhar com os alunos (Professora 2. Entrevista concedida em 20/07/17).

O relato nos mostra o trabalho que a professora tem para desenvolver na escola e a falta de recurso para realizá-lo adequadamente. Nesse contexto de muitas atividades, o apoio dos supervisores da CDE7 acontece e é importante, mas pelo que a própria entrevistada relata, esse apoio e acompanhamento ainda é pouco. Prazeres (2016) sugere:

[...] torna-se imperioso que a SEDUC/AM e as CDEs reconheçam as fragilidades dessa função, apontadas pelos respondentes da pesquisa, e forneçam apoio e incentivo para que ocorram momentos de discussão e de debates acerca do processo de mediação realizado pelo supervisor pedagógico, para que este possa desempenhar suas funções satisfatoriamente (PRAZERES, 2016, p. 106).

É imprescindível que o supervisor responda às expectativas de sua função, mas é necessário que a SEDUC oficialize o trabalho de supervisão, para que este possa desempenhar, com mais segurança, o acompanhamento, o apoio e monitoramento. Também, é importante que a supervisão reveja a forma de trabalho que está realizando nas escolas, a fim de melhorar o atendimento. Contribuindo também com a questão, S1 declarou:

No meu caso, desse acompanhamento das práticas pedagógicas, é exatamente isso, ter o olhar diferenciado do professor, porque como nosso contato é diretamente com o pedagogo, com o apoio pedagógico e com o gestor, a gente quase não está próximo do professor, então o que a gente conhece, o que a gente tem de informação é da própria escola. A gente não tem como acompanhar realmente essa prática do professor que está próximo, na sala de aula, até por conta mesmo do nosso tempo. Então, eu vejo isso como um grande desafio, na verdade, a gente não consegue conhecer a escola realmente como um todo no funcionamento (Supervisor 1. Entrevista concedida em 26/07/17).

O desafio colocado pela supervisora vem ao encontro do que os professores expuseram, em relação à distância do supervisor. Nesse contexto, eles desejam essa aproximação, em especial o auxílio no HTP e no planejamento. Diante da colocação do entrevistado, mesmo com muitas atividades a realizar nas escolas com a equipe gestora, a supervisão precisa encontrar uma forma de atender aos

professores, ouvir as suas necessidades e sugerir uma prática que possa sanar as suas dificuldades de ensino, de avaliação, uma vez que a estrutura de trabalho atual não contempla esses profissionais. Enfim, a coordenação adjunta precisa pensar em uma reestruturação das ações e criar estratégias para que os professores e supervisores dialoguem, interajam e troquem experiências.

Prazeres (2016), ao se referir sobre a supervisão, afirma que o trabalho desenvolvido pelo supervisor pedagógico pode contribuir de forma efetiva para a melhoria do processo pedagógico das escolas. O comentário da autora vem fortalecer o que foi exposto pelos entrevistados, que esperam do supervisor um trabalho voltado para o pedagógico, em prol de um ensino aprendizagem que contribua para o crescimento intelectual dos alunos.

2.4 CONCLUSÕES A PARTIR DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados da pesquisa foram analisados com base no caso de gestão, a partir da descrição das instituições em que acontecem as práticas pedagógicas de língua portuguesa, bem como do acompanhamento pedagógico realizado pela supervisão da CDE7.

Compreendemos que o objetivo principal deste trabalho é analisar os principais desafios enfrentados pela Coordenadoria Adjunta Pedagógica no acompanhamento de práticas pedagógicas no ensino de língua portuguesa, concluímos que os resultados constituem a base do plano de intervenção proposto no capítulo 3.

A realização da entrevista semiestruturada, como instrumento metodológico, possibilitou a coleta de dados relevantes sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nas três escolas de ensino médio e também sobre o acompanhamento do supervisor pedagógico às práticas. Os dados revelam o contexto das práticas e do acompanhamento realizado pelo supervisor pedagógico.

Percebemos que as práticas pedagógicas, como as ações, denominados como projetos de língua portuguesa, são trabalhadas nas três escolas pesquisadas, mas não são devidamente acompanhados pelos pedagogos ou apoios pedagógicos, conforme verificado no capítulo 1.

A pesquisa mostrou que os projetos educacionais, desenvolvidos nas escolas, influenciam positivamente no aprendizado dos alunos, pois as atividades práticas despertam o interesse e a participação, conforme relatado nas entrevistas.

Constatamos que as escolas não destinam recursos para o desenvolvimento dos projetos elaborados pelos professores da escola, sendo necessário pedir a colaboração dos pais para a compra dos materiais para o desenvolvimento das atividades.

Embora os pais colaborem para o desenvolvimento do projeto, poucos participam das atividades escolares e ainda existe um distanciamento da família, que não se vê como parte da comunidade escolar, já que os familiares aparecem em maior número somente nas reuniões de pais e mestres.

Observamos, com a pesquisa, que os atores escolares solicitam a presença dos supervisores da CDE7 para lhes ajudar em suas atividades pedagógicas, embora o acompanhamento deste profissional esteja mais direcionado à equipe gestora, sendo que o apoio efetivo ao professor é de competência do pedagogo ou do apoio pedagógico. O supervisor pode acompanhar e apoiar as atividades do professor em dias de planejamento e, até mesmo, em outras atividades se houver necessidade ou na falta de um pedagogo.

Verificamos que as equipes gestoras sentem a necessidade da presença do supervisor nas escolas para lhes orientar e acompanhar as atividades. Também percebemos, pela entrevista feita com um dos atores, que existe certa inquietação sobre a presença do supervisor na escola, que atende apenas a equipe gestora. Segundo a entrevistada, o acompanhamento mais parece uma cobrança e ele deveria ser voltado ao professor.

Percebemos que os supervisores deixam de acompanhar as escolas, porque são convocados para participar de eventos externos ou de reuniões e, justamente por isso, as equipes gestoras cobram a presença do supervisor, que deveria estar presente pelo menos uma vez na semana nas escolas sob a sua supervisão.

Enfim, diante de tais conclusões, torna-se crucial a busca de estratégias que possam corroborar na elaboração de um Plano de Ação Educacional (PAE), visando à melhoria do processo de acompanhamento pedagógico, executado pela coordenação adjunta pedagógica, junto às escolas de ensino médio da CDE7 que apresentam boas práticas pedagógicas no componente curricular de língua portuguesa.

O plano de ação educacional, para a melhoria do acompanhamento pedagógico, será apresentado a seguir, no capítulo 3.

3 ACOMPANHAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PROPOSTA DE MELHORIAS

A presente pesquisa objetivou analisar os principais desafios enfrentados pela Coordenadoria Adjunta Pedagógica no acompanhamento de práticas pedagógicas no ensino de língua portuguesa. Para isso, realizou-se uma pesquisa com gestores, apoio pedagógicos, pedagogo e supervisores pedagógicos que fazem parte da Coordenadoria Distrital de Educação 7, com o intuito de coletar dados relevantes para a elaboração de ações, de forma a compor um Plano de Ação Educacional (PAE). O plano objetiva propor alternativas para a superação dos desafios enfrentados pela coordenação adjunta, no acompanhamento de práticas pedagógicas no ensino de língua portuguesa.

Mas, para se chegar ao PAE, um longo caminho foi percorrido. No primeiro capítulo, descreveu-se a atuação da SEDUC/AM, bem como da CDE7 e das Coordenadorias Adjuntas Pedagógicas. Também, foi apresentado o trabalho de acompanhamento do supervisor, as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas de ensino médio e o acompanhamento feito pela supervisão às práticas de língua portuguesa.

No segundo capítulo, foram apresentados e analisados os principais desafios enfrentados pela coordenadoria adjunta do ensino médio, no processo de acompanhamento das práticas pedagógicas de língua portuguesa, presentes nas escolas. A pesquisa de campo, feita através do instrumento entrevista semiestruturada, realizada com atores escolares e da CDE7, foi analisada à luz de autores que estudaram a educação brasileira, como Soares (2004), Libâneo (2010), Freire (2016), Prazeres (2016), Paradela (2016). Esses pesquisadores contribuíram com a análise das leis que regem o ensino no país, a LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1996; 2000). O resultado da pesquisa mostrou que as práticas pedagógicas, exemplificadas pelos projetos escolares, contribuem para a melhoria do ensino. Mostrou, ainda, que os supervisores não acompanham as escolas em suas atividades pedagógicas como deveriam e gostariam, pois passam mais de uma semana sem comparecer às escolas que estão sob sua supervisão. Além disso, foi possível perceber que os projetos são realizados sem recurso próprio para a compra de materiais e para a apresentação final, sendo os pais os patrocinadores dos filhos. Percebeu-se, ainda, a ausência dos pais nos eventos

realizados pela escola. A reflexão sobre esses principais desafios possibilitou elaborar proposições para superá-los.

A seguir, haverá a apresentação e a justificativa do plano de ação educacional.

3.1 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – (PAE)

O objetivo desta seção é apresentar o Plano de Ação Educacional, que visa a melhoria do processo de acompanhamento da supervisão às práticas pedagógicas no ensino de língua portuguesa. Das quatro ações previstas, três são possíveis de serem realizadas pela entidade mediadora CDE7, sendo que somente uma ação depende diretamente da SEDUC/AM, pois envolve a contratação de um supervisor para o ensino médio, o que demandará o pagamento de uma gratificação a um professor efetivo para acompanhar, monitorar, apoiar as escolas em suas atividades pedagógicas e administrativas.

Como o plano de ação é de fácil execução, é possível que a CDE7 e a SEDUC/AM o executem, principalmente porque as ações permitirão uma dinâmica no trabalho pedagógico por parte do supervisor, bem como fortalecerão as práticas de ensino aprendizagem desenvolvidas pelas escolas e a afirmação das parcerias, com a participação das famílias nos encontros e eventos escolares.

Para melhor entendimento sobre as ações propostas, optou-se pela utilização da ferramenta 5W2H, que proporciona uma boa visualização e detalhamento das atividades, tanto para quem executa, quanto para quem as acompanha.

A seguir, é apresentada a estrutura organizacional do plano de ação.

3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

O Plano de Ação Educacional proposto será executado durante o ano 2018 e, ao final, precisamente no mês de dezembro, as ações passarão por uma avaliação pelas entidades SEDUC/AM, CDE7/AM e escolas, de forma que seja possível fazer uma revisão e replanejamento para o próximo ano letivo.

As ações propostas são de responsabilidade da secretaria pedagógica da SEDUC, coordenação geral e coordenação adjunta da CDE7, bem como gestores

das escolas, isto porque os profissionais atuam diretamente no apoio e no acompanhamento às práticas pedagógicas das escolas.

As ações estão direcionadas aos supervisores, responsáveis por acompanhar às práticas pedagógicas realizadas pelas escolas; aos pedagogos; apoios pedagógicos; professores responsáveis, junto ao gestor, pela realização de eventos e atividades interdisciplinares, assim como aos membros da APMC, que atuam diretamente na elaboração e execução do plano de aplicação dos recursos federais e estaduais, que chegam às contas das escolas, para serem gastos em prol da educação.

O Quadro 2 abaixo apresenta os cinco problemas identificados na pesquisa de campo, levando-se em consideração as práticas pedagógicas e o acompanhamento pedagógico realizado pelos supervisores. Também elenca as ações propostas para amenizar ou sanar tais problemas.

Quadro 2 – Principais achados da pesquisa de campo

Problemas identificados	Ações propostas
Atendimento às escolas em menor frequência, devido às demandas externas.	Elaboração de um cronograma de participação em eventos por setores. Dessa forma, a CDE7 priorizará o acompanhamento do supervisor às atividades práticas dos projetos escolares.
Acúmulo de trabalho do supervisor prejudica o acompanhamento às escolas.	Contratação de mais um supervisor para o atendimento às escolas.
Falta de recurso para investimento nas práticas pedagógicas, elaboradas e desenvolvidas pelos professores.	Reunião com os membros da APMC para destinar recursos para investir nas práticas pedagógicas escolares.
Falta de participação da família às atividades escolares.	Realização do Dia D da família na escola, como forma de incentivar a participação dos pais nas atividades escolares. Promoção de atividades de cunho social para as famílias, envolvendo escola e outras entidades, para a participação em palestras sobre educação, educação no trânsito, alimentação saudável, tiragem de documentos, saúde bucal, embeleze, higiene pessoal e mental.
Professores sem o devido acompanhamento e apoio dos supervisores na elaboração das atividades pedagógicas.	Construção de um cronograma mensal de participação dos supervisores nos HTPs dos professores.

Fonte: Elaboração própria.

O resultado da pesquisa de campo contribui para a construção do plano de intervenção que seja realizável pelos atores responsáveis.

A infrequência do supervisor pedagógico, no acompanhamento às escolas, é um problema grave que apareceu em todas as entrevistas, porque a equipe gestora precisa de atendimento e de orientação, tanto pedagógica, quanto administrativa. Nesse sentido, quando o supervisor deixa de comparecer à escola, o trabalho atrasa. Portanto, é necessária uma ação que seja possível realizar para amenizar ou solucionar tal problema.

O acúmulo de trabalho, por parte do supervisor, prejudica o atendimento às escolas. O supervisor tem uma enorme carga de trabalho a realizar e, muitas vezes, esse acúmulo prejudica o atendimento às equipes gestoras. Assim, torna-se crucial a contratação de mais supervisores para atender, de forma eficiente e eficaz, às escolas.

A falta de recurso, para investimento nas práticas pedagógicas, foi um problema recorrente nas três escolas pesquisadas. Os professores desenvolvem as práticas pedagógicas com os poucos materiais que as escolas lhes disponibilizam e os alunos pedem patrocínio dos pais para conseguirem realizar as apresentações finais dos projetos. Desse modo, cabe à escola mobilizar os membros da APMC, no intuito de adquirir recursos para as atividades práticas dos projetos.

Além disso, falta participação dos pais nas atividades escolares desenvolvidas pelos filhos. Este é um problema recorrente em escolas de ensino fundamental de 6º ao 9º ano e de ensino médio, já que os pais se dedicam e se responsabilizam pela educação dos filhos menores, deixando os maiores sem esse cuidado. Diante desse fato, a escola precisa proporcionar ações que possam atrair aos pais.

Por fim, os atores escolares sentem necessidade de acompanhamento do supervisor pedagógico. Esse fato foi exposto pelos professores participantes da pesquisa, que solicitam a presença do supervisor, de forma que ele possa orientá-los na elaboração das atividades escolares. Logo, a Coordenação Adjunta Pedagógica deve promover uma ação que favoreça o acompanhamento do supervisor aos professores.

A seguir, é apresentada a primeira ação do PAE.

3.2.1 Elaboração de cronograma para a participação dos supervisores em eventos externos.

O atendimento às escolas, em menor frequência por parte do supervisor, acontece, devido à convocação para a participação em reuniões e eventos externos. Esse é um problema que desvia o supervisor do acompanhamento às escolas e, por isso, há a necessidade de se elaborar um cronograma de participação dos supervisores nessas atividades.

A seguir, é apresentado o Quadro 3, com as etapas e detalhamentos da primeira ação.

Quadro 3 – Ação 1: Elaboração de um cronograma para participação dos supervisores em eventos.

AÇÃO 1	
ETAPAS	DETALHAMENTOS
O que?	Elaboração de um cronograma de participação dos supervisores em eventos externos.
Quando?	Para o ano 2018.
Onde?	Na sala da coordenação do ensino médio.
Por quê?	Porque os supervisores ficam prejudicados no trabalho cp, as escolas, quando são convocados para participar de eventos, encontros e reuniões que não estavam previstos no planejamento e no cronograma de atendimento. Por isso, há a ideia de se elaborar um cronograma de participação nos eventos externos.
Quem?	Coordenadores e supervisores.
Como?	Convocar a coordenação e a equipe de supervisores com o intuito de se elaborar um cronograma, envolvendo tanto os supervisores pedagógicos, quanto os administrativos.
Quanto?	Sem custos.

Fonte: Elaboração própria.

O supervisor pedagógico segue a um plano estratégico pedagógico, elaborado pela coordenação adjunta pedagógica, com a participação dos supervisores. O plano contém as ações a serem desenvolvidas bimestralmente e, quando os supervisores não conseguem realizar todas as ações, estas são reprogramadas para a execução no mês seguinte. Além do plano, a coordenação segue um a cronograma de visita semanal às escolas, que muda constantemente, porque outras ações que não estão programadas, como eventos, reuniões, surgem e os supervisores são convocados a participar. Desse modo, o supervisor deixa de atender à escola naquela semana, atrasando um trabalho que havia começado.

A proposta de ação é a construção de um cronograma de participação aos eventos externos. A ideia é de que a participação seja por setor, por exemplo, em um determinado evento, participam os supervisores dos anos iniciais e os administrativos; em outro evento, os supervisores dos anos finais e os de manipulação de alimentos; em um terceiro evento, é a vez dos supervisores do ensino médio e das coordenadoras de programas, olimpíadas, concursos, educação física e biblioteca escolar.

A CDE7 continua participando das atividades externas, mas também cumpre com a sua obrigação de acompanhar, apoiar e monitorar as escolas sob sua jurisdição. O cronograma pode ser avaliado ao final do ano 2018 para a revisão e reelaboração, sendo implementado no ano 2019.

Dessa forma, haverá uma rotatividade de participantes nos eventos e, consequentemente, os supervisores não ficarão muito tempo sem atender às escolas. É apresentada, a seguir, a segunda ação do PAE.

3.2.2 Contratação de um supervisor para a CDE7.

Com o intuito de se realizar um trabalho que atenda às necessidades das escolas, especialmente dos professores que desejam um acompanhamento mais efetivo nos dias de HTP, é proposta a contratação de um supervisor para a CDE7. O Quadro 4 especifica e detalha a ação.

Quadro 4 – Ação 2: Contratação de mais um supervisor para a Coordenação Adjunta do Ensino Médio.

AÇÃO 2	
ETAPAS	DETALHAMENTOS
O quê?	Contratação de mais um supervisor para a Coordenação Adjunta do Ensino Médio.
Quando?	2018.
Onde?	Na CDE7.
Por quê?	Para suprir a necessidade de supervisores na CDE7, no intuito de atender a contento as escolas.
Quem?	SEDUC – AM.
Como?	Através de seleção de currículo e entrevista.
Quanto?	Valor total anual aproximado de R\$ 25.943,33 (salário, décimo e férias).

Fonte: Elaboração própria.

A contratação de mais um supervisor se faz necessária para um melhor acompanhamento às escolas, pois a partir da contratação, a coordenadora fará a redivisão do trabalho, colocando menos escolas para o atendimento semanal. Dessa forma, será possível um atendimento e acompanhamento satisfatório às práticas escolares. Mas, a contratação não pode ser por indicação e sim por análise de currículo, verificando-se quanto tempo o professor tem de magistério e a sua formação, visto que o supervisor precisa ter experiência para trabalhar no acompanhamento às escolas e pelo menos uma especialização em coordenação pedagógica. Também, é essencial que o pretendente passe por uma entrevista, assim, o responsável pela contratação perceberá se o professor possui o perfil adequado para o trabalho de supervisão.

Outro ponto a ser verificado é quanto à disponibilidade de horário, porque o supervisor deve estar disponível para trabalhar no dia de sábado ou nos três horários, caso seja necessário. O pretendente precisa ficar ciente que, ao sair da sala de aula para a supervisão da CDE7, haverá o acréscimo de mais cinco anos de trabalho, ou seja, de vinte e cinco anos, passará a trinta anos de serviço e, somente depois, poderá se aposentar.

Quanto ao salário, o supervisor deve ficar ciente de que receberá o salário normal de professor e mais mil e oitocentos reais por mês para realizar a supervisão nas escolas. Porém, essa gratificação não é automática, já que demora de dois a seis meses para ser paga, não sendo retroativa. O custo para a SEDUC/AM, com a contratação de um supervisor, será de aproximadamente R\$ 25.943,33 (vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e três reais, trinta e três centavos), incluindo-se nesse valor a gata, o décimo terceiro e as férias.

Enfim, com a contratação de mais um supervisor pela SEDUC/AM, haverá a redivisão das escolas e cada supervisor poderá ficar com quatro escolas. Desse modo, poderá atendê-las melhor e ainda participar da reunião semanal na CDE7 ou de encontros.

A seguir, há a apresentação da terceira ação.

3.2.3 Inclusão de práticas pedagógicas no Plano de Aplicação da APMC de cada escola.

A inclusão de recursos, no Plano de Aplicação das APMCs, e discriminados em ata, destinados às práticas pedagógicas elaboradas e realizadas pelos professores das escolas, suprirá a falta de materiais para desenvolver os projetos. A seguir, no Quadro 5, são apresentadas as etapas e o detalhamentos da ação.

Quadro 5 – Ação 3: Inclusão de duas práticas pedagógicas no Plano de Aplicação de Recursos Administrados pela APMC

AÇÃO 3	
ETAPAS	DETALHAMENTOS
O quê?	Inclusão das práticas pedagógicas no Plano de Aplicação de recursos administrados pela APMC.
Quando?	2018.
Onde?	Nas escolas.
Por quê?	Para investir na compra de materiais necessários ao desenvolvimento de dois projetos escolares.
Quem?	APMC de cada escola.
Como?	Elaboração de orçamento de materiais pedagógicos, destinados a dois projetos escolares.
Quanto?	Uma média de R\$ 4.000,00 para dois projetos.

Fonte: Elaboração própria.

A Associação de pais, mestres e comunitários é um órgão colegiado responsável pela aplicação de recursos dos programas e projetos federais e estaduais, mediante a elaboração de um plano de aplicação de recursos.

Haverá, então, a apresentação de duas práticas pedagógicas, ou seja, dois projetos a serem desenvolvidos durante o ano letivo, destacando, aos membros da APMC, o quanto estas práticas contribuem para melhoria do aprendizado dos alunos. Após esse encontro, será solicitada a inclusão de materiais pedagógicos, a serem utilizados nos projetos.

Os professores coordenadores dos projetos podem destacar as partes principais dos projetos, os materiais que irão utilizar e o orçamento, demonstrando que têm conhecimento sobre as práticas que desenvolvem com os alunos. Dessa maneira, conseguirão o apoio da APMC e recursos para a compra de materiais, sem precisar da colaboração dos pais, pois muitos não têm como ajudar, uma vez que os recursos que ganham são somente para a manutenção da família. Vale ressaltar

que os professores não pedem recurso financeiro dos pais, são os pais que atendem aos pedidos dos filhos, que precisam de materiais para realizar uma apresentação final, com trajes típicos, ou para a confecção de banner, faixas e portfólios.

A aquisição de recursos, para aplicação em materiais destinados aos projetos, pode influenciar os professores a elaborarem projetos escolares, não só os de língua portuguesa, mas os de história, geografia, língua estrangeira moderna, matemática. Nessa perspectiva, a prática pedagógica será uma marca em cada escola, que deverá ser incluída no PPP.

O valor de quatro mil reais, para dois projetos, é suficiente para garantir que cada um receba um investimento de dois mil reais. É importante destacar que os materiais serão comprados e depois entregues, à equipe gestora e aos professores, pelo presidente e tesoureiro da APMC. Ao gestor, cabe orientar de que haja transparência no trabalho da associação.

É de suma importância que a APMC realize a prestação de contas de todos os gastos feitos pela escola, referentes a cada recurso recebido. Além de prestar contas, precisa tirar cópia para colocar em um mural de fácil acesso ao público.

A seguir, há a explanação da quarta e quinta ação.

3.2.4 Realização do Dia D da família na escola e Promoção de atividades de cunho social

Para integrar e estreitar os laços educacionais entre família e escola, duas ações serão desenvolvidas ao longo do ano letivo. A primeira é a realização do Dia D da família na escola, dividido dois momentos. A segunda é a promoção de atividades de cunho social para as famílias, numa parceria das escolas e outras entidades, como a Secretaria de Saúde, Departamento Nacional de Trânsito, Universidades ou Faculdades e Secretaria de Segurança Pública.

A realização do Dia D da família na escola é um evento que se realiza, com o intuito de aproximar os pais e responsáveis de alunos da equipe gestora, dos docentes e demais servidores da educação, bem como mostrar o ambiente escolar e o trabalho realizado. Em vista da mínima participação dos pais nos eventos escolares, a realização desse dia é uma forma de resolver esse problema. Abaixo, há a explicação da ação, no Quadro 6.

Quadro 6 – Ação 4: Realização do Dia D da família em cada escola.

AÇÃO 4	
ETAPAS	DETALHAMENTOS
O quê?	Realização do Dia D da família na escola.
Quando?	2018.
Onde?	Nas escolas.
Por quê?	Para integrar e estreitar os laços educacionais entre família e escola.
Quem?	Escola, CDE7 e APMC.
Como?	Através de um evento que se iniciará na quadra de cada escola e, depois, se estenderá às salas de aula para a apreciação de atividades realizadas pelos alunos. O dia será finalizado com um almoço servido aos pais.
Quanto?	Uma média de R\$ 1.500,00 por escola (incluindo-se o almoço).

Fonte: Elaboração própria.

O Dia D da família na escola está no calendário de eventos da SEDUC/AM, mas poucas escolas o realizam. É um evento que foi pensado para que a família possa conhecer melhor a escola em que os filhos estudam.

A realização desse evento deve merecer atenção especial da equipe gestora e dos professores. A programação precisa ser pensada nos mínimos detalhes, para que os pais fiquem com uma boa impressão da escola e sintam vontade de participar de outros eventos e reuniões promovidas por ela.

Cada dupla de professores ficará responsável por uma ação ou pelo encaminhamento dos pais aos locais de realização da atividade. Essa participação dos professores influirá na interação entre pais e professores.

A quadra é o lugar ideal para se acolher as famílias e promover um momento de descontração, havendo a participação dos professores de Educação Física. Depois, é interessante realizar uma visita pelos ambientes da escola, sendo expostos os trabalhos feitos pelos alunos. Nesse encontro, pode-se incluir uma palestra de sensibilização, no intuito de aproximar os pais da escola. Além disso, podem ser exibidos filmes ou realizados jogos de futebol, com objetivo de deixar a família à vontade dentro do espaço escolar.

Enfim, o Dia D pode ser realizado em duas ocasiões, no primeiro e no segundo semestre, dependendo do recurso que a escola tem para esse fim. A aquisição de material fica a cargo da APMC, que pode disponibilizar os materiais destinados ao pedagógico. A equipe gestora também pode solicitar, aos parceiros da escola, a doação de material para a realização do Dia D na escola.

A seguir, é apresentado um quadro que engloba mais uma ação para aproximar a família da escola.

Quadro 7 – Ação 5: Promoção de atividades de cunho social

AÇÃO 5	
ETAPAS	DETALHAMENTOS
O quê?	Promoção de atividades de cunho social para as famílias, envolvendo escola e outras entidades, para a participação em palestras sobre educação, educação no trânsito, alimentação saudável, tiragem de documentos, saúde bucal, embeleze, higiene pessoal e mental, prática de esporte.
Quando?	2018.
Onde?	Nas escolas.
Por quê?	Para integrar e estreitar os laços educacionais entre família e escola.
Quem?	Escola, CDE7 e APMC.
Como?	As famílias serão recepcionadas no refeitório da escola por uma equipe de alunos e encaminhadas às salas de aula para a participação nas atividades. Um lanche será oferecido aos pais no final das atividades.
Quanto?	Uma média de R\$ 250,00 por escola (compra de material para o lanche).

Fonte: Elaboração própria.

A promoção de atividades sociais para as famílias tem o intuito de fortalecer os laços educacionais entre famílias e escolas.

As escolas, com o apoio da CDE7, enviarão ofícios às entidades parceiras, como Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança Pública, Departamento Nacional de Trânsito, Universidades ou Faculdades, de forma que ela possam participar nas atividades, oferecendo serviços aos pais. Também enviarão convites às famílias para se fazerem presentes e obterem um maior conhecimento sobre educação, educação no trânsito, alimentação saudável, tiragem da segunda via da carteira de identidade, cuidados com a saúde bucal, higiene pessoal e mental, prática de esporte para uma vida saudável e também embeleze.

As atividades se iniciarão às 8 horas. Nesse dia, os alunos recepcionarão os pais no refeitório da escola e os encaminharão para as salas de aula. Os professores auxiliarão os palestrantes, os profissionais de saúde e os de educação física. Também orientarão os pais dentro das salas de aula, para que estes possam aproveitar ao máximo as palestras e demais atividades oferecidas.

A equipe gestora terá a oportunidade de explicar sobre o funcionamento da escola, os documentos que os pais podem solicitar na secretaria, o horário de funcionamento, além de especificar as modalidades de ensino e discorrer acerca da importância da educação formal para a conquista de uma vida digna.

A Secretaria de Saúde fará palestra sobre higiene pessoal e mental, doenças sexualmente transmissíveis, de forma prevenir as famílias quanto aos cuidados com a saúde. As universidades ou faculdades farão demonstrações de como fazer a

higiene bucal para a prevenção de doenças e cáries. A Secretaria de Segurança tirará a segunda via de documentos das pessoas que perderam a carteira de identidade. O Departamento Nacional de Trânsito se responsabilizará pela palestra sobre os cuidados que os pedestres devem ter no trânsito. As instituições que trabalham com embelezamento também serão convidadas para cuidarem dos cabelos, unhas e da pele das pessoas. Os professores de Educação Física ficarão responsáveis pela realização de exercícios laborais com os pais.

Ao final das atividades, os pais receberão um lanche oferecido pela escola.

A seguir, a sexta ação.

3.2.5 Construção de um cronograma mensal de participação dos supervisores na Hora de Trabalho Pedagógico dos professores

Para suprir a falta de acompanhamento dos supervisores aos professores em seus trabalhos pedagógicos, sugere-se a construção de um cronograma mensal que favoreça o encontro na Hora de Trabalho Pedagógico dos professores.

Quadro 8 – Ação 6: Construção de um cronograma mensal para a participação dos supervisores na Hora de Trabalho Pedagógico dos professores

AÇÃO 6	
ETAPAS	DETALHAMENTOS
O quê?	Construção de um cronograma mensal para a participação dos supervisores na Hora de Trabalho Pedagógico dos professores.
Quando?	2018.
Onde?	Nas escolas.
Por quê?	Para suprir a falta de acompanhamento dos supervisores aos professores.
Quem?	Coordenação pedagógica, supervisores e pedagogos.
Como?	Mediante verificação dos dias de HTPs por área de conhecimento para a construção do cronograma.
Quanto?	Sem custos.

Fonte: Elaboração própria.

O cronograma será construído na CDE7 com participação da coordenadora pedagógica do ensino médio, supervisores pedagógicos, pedagogos ou apoios pedagógicos das escolas. A finalidade é que todos os professores sejam acompanhados nas HTPs, momento destinado ao planejamento, correção de trabalhos e estudos. Desse modo, os supervisores poderão orientá-los na

elaboração de atividades e na pesquisa de textos para as aulas, bem como na promoção de estudo sobre um tema envolvendo a educação e, até mesmo, a legislação de ensino.

A equipe gestora ficará com uma cópia do cronograma, de forma que possam saber o dia da semana que os supervisores irão acompanhar os professores nas HTPs. Outra cópia será fixada no quadro de informes da sala dos professores, onde os professores poderão visualizar. Enfim, esta ação é essencial, pois efetivará o acompanhamento dos supervisores pedagógicos aos trabalhos dos professores.

A seguir, são apresentados o monitoramento e a avaliação do PAE.

3.3 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O PAE, descrito na seção anterior, será apresentado no mês de janeiro do ano 2018 à CDE7 e aos gestores das escolas foco da pesquisa, em uma reunião específica para esse fim, com o intuito de que seja posto em prática durante o ano letivo do referido ano.

As seis ações, contidas no plano, serão refletidas e acordadas entre os coordenadores da CDE7 e os gestores, para que sejam executadas pela coordenação adjunta do ensino médio e pelos gestores das escolas. Dentre as ações, uma depende do aceite da SEDUC/AM e será apresentada à Secretária Adjunta Pedagógica da Capital pelo coordenador geral da CDE7.

Após a apresentação e acordo das partes envolvidas, serão feitas três cópias do PAE, uma para ser fixada em local de fácil visualização do público na CDE7; a segunda ficará no mural da sala da coordenação adjunta pedagógica do ensino médio; e a terceira será arquivada junto ao plano estratégico pedagógico. Além disso, nas escolas, será fixada uma cópia nos murais de ampla visão pública; a outra ficará na sala do setor pedagógico; e a última será posta no mural da sala de gestão, objetivando o acompanhamento e o monitoramento de suas ações pelos supervisores e pelas equipes gestoras das escolas.

A avaliação do plano será feita antes do término do ano letivo, no mês de novembro, após a implementação das ações. O encontro, com todos os envolvidos nas ações do plano, será registrado em ata. A equipe de supervisores e a equipe gestora responderão a um questionário, com perguntas relacionadas ao

acompanhamento pedagógico e à execução das ações contidas no plano, que foram executadas nas escolas.

A seguir, será apresentado o modelo de avaliação do PAE.

Quadro 9 – Avaliação das ações do PAE executadas em 2018

QUESTÕES	SIM	ÀS VEZES	NÃO	OBSERVAÇÃO
O acompanhamento pedagógico ocorreu com mais frequência nas escolas?				
As práticas pedagógicas foram melhor acompanhadas pelo supervisor?				
A APMC comprou materiais para o desenvolvimento dos projetos escolares?				
A escola realizou o dia D da família na escola?				
Houve maior participação das famílias no dia D?				
A ação social promoveu a integração entre escola e família?				
O acompanhamento do supervisor pedagógico aos professores nas HTPs foi concretizado?				
Que ação do plano precisa de aperfeiçoamento?				
Para a realização das ações, houve um encontro prévio para que os envolvidos ficassem cientes do que fazer e como fazer para a atividade ser realizada de modo eficaz?				

Fonte: Elaboração própria.

As equipes de supervisores e de gestão, além de participarem da avaliação, também poderão dar sugestões de melhorias às ações do plano, a serem implementadas no ano 2019. O resultado da avaliação será analisado pela coordenação adjunta do ensino médio e contribuirá para a melhoria do trabalho pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pela Coordenadoria Adjunta Pedagógica no acompanhamento de práticas pedagógicas no ensino de língua portuguesa, em escolas de ensino médio da CDE7.

No primeiro capítulo, foi apresentado o trabalho de acompanhamento do supervisor pedagógico nas escolas, o desafio em acompanhar as práticas pedagógicas, exemplificadas pelos projetos escolares desenvolvidos nas escolas. Além disso, foram mostradas, ainda, as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas de ensino médio, especificamente no componente curricular de língua portuguesa, entendendo-se como práticas os projetos escolares que contribuem para a melhoria do aprendizado.

No segundo capítulo, foram analisados os desafios da CDE7 no acompanhamento das práticas pedagógicas, compreendendo-se a importância da presença do supervisor nas escolas. Além disso, foram descritos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, os instrumentos utilizados para a coleta e análise dos dados. Por último, foi feita a pesquisa de campo, com o intuito de entrevistar os atores envolvidos na pesquisa, tendo sido esse um trabalho árduo e minucioso, havendo também a pesquisa de obras publicadas que pudessem dar embasamento sobre o tema. A leitura de artigos e de dissertações foi crucial para a ampliação de minha visão sobre o acompanhamento pedagógico, as práticas pedagógicas e o letramento.

Os instrumentos metodológicos ajudaram a identificar que ações destacadas como práticas pedagógicas em língua portuguesa são trabalhadas nas escolas, mas não são devidamente acompanhadas pelos supervisores e pelos pedagogos ou apoios pedagógicos. Como supervisora pedagógica, fiz uma análise de minha atuação nas escolas. Nesse sentido, respondi à questão: Como posso atuar de forma mais efetiva e eficiente no acompanhamento às equipes gestoras e por que não aos professores?

As ações de práticas educacionais influenciam positivamente no aprendizado dos alunos e os professores de língua portuguesa são os que mais se sentem encorajados a realiza-las. Esse conhecimento mais aprofundado sobre as ações me despertou o desejo de estudá-las melhor. Além disso, é importante também

sensibilizar os professores, dos demais componentes curriculares, a elaborá-las por área de conhecimento, a fim de que se realizem pelo menos duas ações de práticas educacionais por escola.

No terceiro capítulo, foi possível construir um Plano de Ação Educacional (PAE), com seis ações para minimizar ou mesmo solucionar os problemas detectados na pesquisa. A primeira ação foi a elaboração de um cronograma de participação por setor, dos supervisores em eventos externos; a segunda ação foi a contratação de um supervisor para a coordenação adjunta do ensino médio; a terceira visou a inserção das práticas pedagógicas no plano de aplicação da APMC; a quarta ação propôs a realização do Dia D da família na escola; a quinta foi a promoção de atividades de cunho social para as famílias; a sexta propôs a elaboração de um cronograma mensal de acompanhamento aos professores nas HTPs. Como as ações do PAE são possíveis de se realizar no período de um ano, a ideia é apresentá-las ao coordenador distrital da CDE7, à coordenadoria adjunta do ensino médio, às equipes gestoras e à Secretária Pedagógica da Capital, a fim de serem adotadas em 2018.

A dificuldade para a implementação das ações do PAE está na mínima possibilidade da falta de apoio da própria SEDUC/ AM, porque a coordenação adjunta pedagógica da CDE7 tem apoiado bastante este trabalho, que visa à melhoria do acompanhamento da supervisão às escolas de ensino médio.

Diante do exposto, sugere-se que este estudo continue, que se promovam novas pesquisas na área pedagógica, de forma a corroborar para a melhoria do ensino nas escolas da CDE7. Além disso, são necessários investimentos em práticas pedagógicas de sensibilização e incentivo à leitura de textos diversificados para a análise e produção textual. Nesse sentido, será possível levar os alunos a se tornarem sujeitos críticos e autores dos próprios discursos, promovendo-se, na prática, um ensino de qualidade nas escolas de ensino médio.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Coordenadoria Distrital de Educação 7. Projeto Sarau Sam da Escola Estadual Samuel Benchimol. Manaus, AM, 2016a.

_____. Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM). **Resultados 2014-2015**. Manaus, AM, 2016b. Disponível em: <<http://resultados.caedufjf.net/resultados/publicacao/publico/escola.jsf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM). **Revista Pedagógica: Língua Portuguesa. Ensino Médio e EJA Ensino Médio. Resultados 2015**. Manaus, AM, 2016.

_____. Coordenadoria Distrital de Educação 7. Jornada Interdisciplinar Professor Ruy Alencar. Manaus, AM, 2016c.

_____. Coordenadoria Distrital de Educação 7. **Atendimentos de supervisão escolar nas escolas de ensino médio**. Manaus, AM, 2016d.

_____. Coordenadoria Distrital de Educação 7. **Ações da Coordenadoria Distrital de Educação para as Olimpíadas de Língua Portuguesa**. Manaus, AM, 2016e.

_____. **Lei nº 4.183, de 26 de junho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Amazonas e dá outras providências. Manaus, AM, 2015a.

_____. Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas (SIGEAM). **Censo Escolar- 2014/2015**. Manaus, AM, 2015b.

_____. Coordenadoria Distrital de Educação 07. **Manual da Qualidade**. Manaus, 2014.

_____. Coordenadoria Distrital de Educação 07. **Manual da Qualidade**. Manaus, 2013a.

_____. Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino. **Instrução Normativa nº004/2013**. Disciplina os procedimentos operacionais relativos à Hora de Trabalho Pedagógico dos docentes da Secretaria de Educação. Manaus, AM, 2013b.

_____. Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino. **Estrutura das Coordenadorias Distritais**. Manaus, AM, 2012.

_____. **Lei nº 3.642, de 26 de julho de 2011**. Altera de forma específica a Lei Delegada nº 78 de 18/05/2007. Manaus, AM, 2011.

_____. **Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas**. Resolução Nº 122/2010. CEE/AM. Aprovada em 30 de novembro de 2010.

_____. **Lei nº 78 de 18 de maio de 2007**. Altera a Lei nº 08 de 05 de julho de 2005. Manaus, AM, 2007.

_____. **Lei Delegada nº 8, de 05 de julho de 2005**. Instituiu as coordenadorias Distritais de Educação (CDEs) para a capital e as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) para o interior do Estado. Manaus, AM, 2005.

_____. **Decreto Lei nº 22.587, de 22 de abril de 2002**. Dispõe sobre a criação da Escola Estadual Professor Samuel Benchimol. Manaus, AM, 2002b.

_____. **Decreto Lei nº 22.552, de 05 de abril de 2002**. Dispõe sobre a criação da Escola Estadual Professor Ruy Alencar. Manaus, AM, 2002a.

_____. **Lei nº 2.600, de 04 de fevereiro de 2000**. Altera a nomenclatura da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto para Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. Manaus, AM, 2000.

_____. **Lei nº 1.596, de 05 de janeiro de 1946**. Criação da Diretoria Geral do Departamento de Educação e Cultura do Estado do Amazonas. Manaus, AM, 1946.

APARÍCIO, A. S. M. Práticas inovadoras de ensino de gramática: entre a tradição gramatical e a linguística. 2008. In CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), VIII; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS (CIAVE), III, Curitiba, 2008. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2008, p. 10.349-10.363. : Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/389_275.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.

_____. Modos individuais e coletivos de produzir a inovação no ensino de gramática em sala de aula. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 10, n. 4, p.883-907, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v10n4/a04v10n4.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA - ABNT. Norma Brasileira **ISO 9001**. São Paulo, 2008.

BOHN, H. I. Maneiras inovadoras de ensinar e aprender: a necessidade de des(re)construção de conceitos. In: LEFFA, W. J. (Org.). **O professor de línguas: construindo a profissão**. Pelotas: EDUCAT, 2001, p. 106-123.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Olimpíada de Língua Portuguesa: escrevendo o futuro**. Brasília, DF: Itaú Social, 2017. Disponível em: <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/concurso.>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF, 2013.

_____. Ministério da Educação – MEC. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias**. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 18 nov. 2016.

CENTRO EDUCACIONAL ARTHUR VIRGÍLIO FILHO. **Mostra literária**. Manaus, AM, 2016.

COELHO, Salete do Belém Ribas; LINHARES, Clarice. **Gestão Participativa no Ambiente Escolar**. Revista Eletrônica Lato Sensu – Ano 3, nº 1, março de 2008. ISSN 1980-6116. Disponível em: <<http://www.unicentro.br>>. Acesso em: 28 de jan. de 2018.

DAVID, M. V. **Transformações na educação superior no Brasil e seus impactos na estrutura, estratégia e governança: o caso de três universidades federais de**

Minas Gerais. 253f. 2009. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Programa de Pós-graduação em Administração, Lavras, 2009.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Pesquisa: princípio científico educativo**. 12. ed. São Paulo: Biblioteca da Educação, 2004 (Série 1, v.14).

DOMINGUES, I. **O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Revista Educar**. Curitiba, v. 20, n.24, p. 213-225, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/view/2216/1859>>. Acesso em: 09 de jun. 2017.

ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR RUY ALENCAR. Projeto Político Pedagógico. Manaus, AM, 2015.

FERREIRA, V.C. P. **A escola como uma organização: desafios para os gestores**. (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação, Juiz de Fora, 2016 (material didático).

FONSECA, A. dos S. O ensino de língua portuguesa e suas metodologias: o uso do blog em sala de aula. SEMINÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA E ENSINO, III, Santa Cruz, 2008. Anais...Santa Cruz: UESC,2008, p.01-09. Disponível em:< <http://www.uesc.br/eventos/selipeanais/anais/abigailfonseca.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de Português. In: GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **O texto na sala de aula**. Campinas: Editora Ática, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n. 3, p.20-29, maio/jun. 1995.

KLEIMAN, Â. B.; ASSIS, J. A. (Org.) **Significados e ressignificações do letramento**: desdobramentos, de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita. Campinas: Mercado das Letras, 2016. Disponível em: <<http://www.mercado-de-letras.com.br/resumos/pdf-15-08-16-19-55-49.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

KLEIMAN, Â. B. Letramento na contemporaneidade. **Bakhtiniana**, São Paulo, v.9, n.2, p.72-91, ago./dez. 2014.

_____. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão/SC, v. 8, n. 3, p. 487-517, set./dez.2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ld/v8n3/05.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. **Signo Santa Cruz do Sul**, v.32, n.53, p. 1-25, dez. 2007.

_____. **Preciso ensinar letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp/Ministério da Educação, 2005. (Linguagem em foco: séries iniciais). Disponível em: <<https://oportuguesdobrasil.files.wordpress.com/2015/02/kleiman-nc3a3o-basta-ensinar-a-ler-e-escrever.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Eliamara Nascimento de. **A atuação da coordenação pedagógica em três escolas da rede estadual de ensino do Amazonas**. 109f. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora, MG, 2016. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/04/Eliamara-final.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

LUCK, Heloísa. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto a Formação de seus Gestores**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=artigo+gest%C3%A3o+participativa+no+ambiente+escolar&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart&sa=X&ved=0ahUKEwjekZ7PsPnYAhVE0VMKHQ4WAPgQgQMIJTAA>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MELO, F. C.; COIMBRA, A. C. de O. Reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem da língua materna. **Evidência**, Araxá, v.5, n. 5, p. 55-70, 2009.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

PARADELA, C. de O. **Reflexões sobre a mudança**. (Mestrado Profissional em Educação) Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação, Juiz de Fora, 2016 (material didático).

PARO, Victor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

PRAZERES, J. A.G. **Implicações e desafios do assessoramento pedagógico das Coordenadorias Distritais de Educação da SEDUC – AM dispensados às escolas de ensino médio da capital**. 120f. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora, MG, 2016. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/04/Jesseane-final.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

RANGEL, Mary (Org.). **Supervisão e Gestão na Escola**: conceitos e práticas de mediação. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

SENA, Odenildo. **A engenharia do texto**: um caminho rumo à prática da boa redação. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2004.

SOARES, M. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação** [online]. Belo Horizonte, n.25, p. 05-17, jan./ abr., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2016.

_____. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 out. 2016.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, I. P. A. Inovação e Projeto Político Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cadernos do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES)**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 276-281, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a02v2361.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

VIEIRA, R. A. FERREIRA, R. M. N.² SCHMIDLIN, R. de F. M.³ FARIAS, A. C. A prática pedagógica de professores de língua portuguesa em uma perspectiva de transversalidade e desenvolvimento de competências comunicativas. **Revista F@pciência**, Apucarana, v.7, n. 3, p. 26-40, 2010. Disponível em: <http://www.fap.com.br/fapciencia/007/edicao_2010/003.pdf>. Acesso em: 04 nov.2016.

ZARGIDSKY, D.I de S.. **A participação do Conselho Escola – comunidade na gestão escolar colegiada**.106f. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/daniel_zargidsky.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES, PEDAGOGOS E APOIOS PEDAGÓGICOS

Roteiro de Entrevista semiestruturada a ser aplicado a gestores, pedagogos e apoios pedagógicos do Centro Educacional Arthur Virgílio Filho, Escola Estadual Professor Samuel Benchimol e Escola Estadual Professor Ruy Alencar

IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Questões para a entrevista:

Práticas Pedagógicas Exitosas – Projetos Escolares Educacionais

Questão 1. Há quanto tempo atua nesta função na escola?

Questão 2. Descreva como são realizados os projetos escolares educacionais considerados práticas pedagógicas exitosas nesta escola.

Questão 3. Na sua percepção, quais são os maiores desafios em relação a eles?

Questão 4. Quais os ganhos que os projetos escolares educacionais trazem à escola?

Questão 5. Como você percebe o envolvimento dos professores e dos supervisores com os projetos escolares educacionais?

Questão 6. Como acontece o envolvimento dos alunos e da comunidade no desenvolvimento dos projetos escolares educacionais?

Acompanhamento Pedagógico

Questão 1. Descreva como acontece o acompanhamento pedagógico realizado pelos supervisores na escola.

Questão 2. Ao seu ver há algum ponto no trabalho de supervisão que pode ser melhorado? De que forma isso poderia ser feito?

Questão 3. Como é feito o acompanhamento dos projetos escolares educacionais de língua portuguesa?

Questão 4. Como você avalia o acompanhamento pedagógico dos supervisores da CDE7 aos projetos escolares?

Questão 5. O que você considera mais importante na realização do seu trabalho de acompanhamento pedagógico da escola?

Questão 6. Com relação ao acompanhamento das práticas pedagógicas, quais os maiores desafios?

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SUPERVISORES DA COORDENADORIA ADJUNTA PEDAGÓGICA DO ENSINO MÉDIO DA CDE7

IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Questões para entrevista:

Práticas Pedagógicas Exitosas – Projetos Escolares Educacionais

Questão 1. Há quanto tempo você atua na função de supervisor pedagógico do ensino médio?

Questão 2. Descreva como são realizados os projetos escolares educacionais considerados práticas pedagógicas exitosas nesta escola.

Questão 3. Na sua percepção, quais são os maiores desafios em relação a eles?

Questão 4. Quais os ganhos que os projetos escolares educacionais trazem à escola?

Questão 5. Como você percebe o envolvimento dos professores e dos supervisores com os projetos escolares educacionais?

Questão 6. Como acontece o envolvimento dos alunos e da comunidade no desenvolvimento dos projetos escolares educacionais?

Acompanhamento Pedagógico

Questão 1. Quais os desafios do acompanhamento do supervisor pedagógico do ensino médio?

Questão 2: Ao seu ver há algum ponto no trabalho de supervisão que pode ser melhorado? De que forma isso poderia ser feito?

Questão 3. Como é feito o acompanhamento dos projetos escolares educacionais de língua portuguesa?

Questão 4. Como você avalia o acompanhamento pedagógico dos supervisores da CDE7 aos projetos escolares?

Questão 5. O que você considera mais importante na realização do seu trabalho de acompanhamento às escolas?

Questão 6. Com relação ao acompanhamento das práticas pedagógicas, quais os maiores desafios?

APÊNDICE C: ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA A SER REALIZADA COM PROFESSORES DAS ESCOLAS FOCO DA PESQUISA.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome:.....

Práticas Pedagógicas Exitosas – Projetos Escolares Educacionais

Questão 1. Há quanto tempo atua na função de professor de ensino médio na escola?

Questão 2. Descreva como são realizados os projetos escolares educacionais considerados práticas pedagógicas exitosas nesta escola.

Questão 3. Na sua percepção, quais são os maiores desafios em relação a eles?

Questão 4. Quais os ganhos que os projetos escolares educacionais trazem à escola?

Questão 5. Como você percebe o envolvimento dos professores e dos supervisores com os projetos escolares educacionais?

Questão 6. Como você percebe o envolvimento dos alunos e da comunidade no desenvolvimento dos projetos escolares educacionais?

Acompanhamento Pedagógico

Questão 1. Descreva como acontece o acompanhamento pedagógico realizado pelos supervisores na escola.

Questão 2. Ao seu ver há algum ponto no trabalho de supervisão que pode ser melhorado? De que forma isso poderia ser feito?

Questão 3. Como é feito o acompanhamento dos projetos escolares educacionais de língua portuguesa?

Questão 4. Ao seu ver como acontece o processo de acompanhamento pedagógico realizado pelos supervisores?

Questão 5. O que você destacaria no processo de acompanhamento que os supervisores fazem na escola?

Questão 6. Como você avalia o acompanhamento pedagógico dos supervisores da CDE7 aos projetos escolares?

ANEXO A: RESOLUÇÃO Nº 122/2010 – CEE/AM**APROVADO EM 30. 11. 2010****RESOLUÇÃO Nº. 122/2010 - CEE/AM
APROVADA EM 30.11.2010**

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o teor do Processo Nº. 11b7/2008 - CEE/AM, o Parecer Nº. 108/2010 - CEE/AM da lavra de Conselheira **ANA RITA FADEL ARRUDA** e;

CONSIDERANDO a Decisão Plenária aprovada em Sessão Ordinária do dia 30.11.2010,
RESOLVE:

ART. 1º - APROVAR O REGIMENTO GERAL DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO AMAZONAS, A PARTIR DE 2011, A SER OPERACIONALIZADA COM O ACOMPANHAMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC/AM;

ART. 2º - REVOGAM-SE AS RESOLUÇÕES Nº 52/1997, 99/2003, 34/2004 E 153/2004 - CEE/AM;

ART. 3º - ESTA RESOLUÇÃO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS.

SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, em Manaus, 30 de novembro de 2010.

C E E

Secretaria de Estado de Educação
e Qualidade de Ensino
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO B: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2013 – SEDUC

DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DE HTP

DIÁRIO OFICIAL

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

quarta-feira, 24 de abril de 2013 19

MENDONÇA, matrícula nº 111.641-0 E, Professor Integrado, com lotação na Escola Estadual Raimundo Sá, para, em substituição a LIZOMAR GUEDES CRUZ, que se encontra de licença médica, ministrar 20 horas/aula de Educação Física na Escola Estadual Maria Emília Martins Mestrinho de Medeiros Raposo (Anexo) Autazes, no turno vespertino.

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Secretário de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

005508

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2013 – SEDUC

Disciplina os procedimentos operacionais relativos à Hora de Trabalho Pedagógico dos docentes desta Secretaria de Estado de Educação, referentes ao ano letivo de 2013.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas e instrumentos de gestão, que visem ao melhor desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento da Hora de Trabalho Pedagógico (HTP) dos docentes da Rede Estadual de Ensino do Amazonas.

CONSIDERANDO que a Hora de Trabalho Pedagógico se caracteriza fundamentalmente como espaço de formação continuada de professores, propulsores de momentos de caráter estritamente pedagógico, destinada a estudo, planejamento e avaliação, espaço privilegiado de discussão e reflexão.

ESTABELECE:

Artigo 1º - As Horas de Trabalho Pedagógico deverão ser utilizadas pelos professores para atividades pedagógicas complementares ao exercício de sua função em sala de aula tais como:

- Planejamento de aulas e atividades a serem realizadas com os alunos;
- Elaboração de materiais didáticos e de instrumentos de avaliação;
- Correção de atividades avaliativas, lançamento de notas/conceitos e realização de análises quanto ao aprendizado de suas turmas;
- Estudos individuais e coletivos voltados ao aperfeiçoamento profissional visando ao melhor desempenho da função docente e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
- Reuniões e discussões com a Equipe Pedagógica da Unidade Escolar e/ou da Coordenadoria acerca de orientações pedagógicas tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais e Propostas Curriculares de cada etapa de ensino;
- Utilização para estudos e elaboração do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar sob orientação e supervisão da Equipe Gestora;
- Outras atividades que estejam previstas no Projeto Político Pedagógico da escola.

Artigo 2º - As Horas de Trabalho Pedagógico fazem parte da carga horária anual do professor e serão cumpridas nas dependências da Escola. Salvo quando convocados pela Secretaria de Estado de Educação.

Artigo 3º - Cada Unidade Escolar deverá definir nos horários dos professores o tempo específico previsto para o cumprimento das Horas de Trabalho Pedagógico.

I. Para as Escolas de Tempo Integral a HTP deverá ser desenvolvida de acordo com o Artigo 8º, "Organização do Espaço Escolar", aprovada pela Resolução 17/2011 do Conselho Estadual de Educação do Amazonas.

Artigo 4º - Caberá a Coordenação Pedagógica da Escola realizar o acompanhamento e o planejamento do uso da Hora de Trabalho Pedagógico pelos professores, incluindo:

- Acompanhar as atividades realizadas pelos professores e orientá-los quanto à melhor forma de aproveitar o tempo dedicado ao trabalho pedagógico;
- Estabelecer em reunião o cronograma de atividades pedagógicas com as equipes docentes, preferencialmente por área de conhecimento sem prejudicar a carga horária prevista em sala de aula;
- Organizar atividades de formação continuada para os professores com foco nas metas e prioridades pedagógicas da escola;
- Providenciar instrumentos de registro e avaliação para acompanhamento das atividades realizadas na Hora de Trabalho Pedagógico.

§1º. Caso a Escola não possua um pedagogo ou apoio pedagógico em um turno específico, as atribuições descritas neste artigo passarão a ser de responsabilidade do Gestor Escolar, que poderá indicar professores para apoiá-lo, sempre observando um sistema de rodízio.

§2º. Nas escolas em que houver equipes de Coordenação

de Área de Conhecimento, estas deverão planejar em conjunto com a Coordenação Pedagógica da escola as atividades descritas neste artigo.

§3º. Em qualquer caso, a Equipe Gestora deverá estar ciente das atividades pedagógicas desenvolvidas na Hora de Trabalho Pedagógico.

Artigo 5º - Os Supervisores Pedagógicos das Coordenadorias deverão acompanhar junto a Coordenação Pedagógica e ao Gestor Escolar o efetivo cumprimento das normas relacionadas à Hora de Trabalho Pedagógico, podendo para este fim solicitar visita aos instrumentos de registro, ao cronograma de atividades pedagógicas da escola e ao horário dos professores.

Artigo 6º - A Hora de Trabalho Pedagógico nos Anos Iniciais será contemplada no horário de Educação Física.

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Secretário de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

005507

Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO

Resenha GS nº 133 : 18 de abril de 2013

PORTARIA GS 488/2013

I. DISPENSAR da função de Secretário(a) do(a) Escola Estadual Prof. Chagas Mattos - Envira, MIRIAN CRISTELLE MONTEFUSCO PINHEIRO, matrícula(s) nº 190965-7-A, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO C3 ED-NME-III, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

II. DETERMINAR que MIKAEL WANDERLEY DE FRANÇA, matrícula nº 223.550-1-A, Assistente Administrativo C3 ED-NME-III, passe a exercer a função de Secretário da Escola Estadual Prof. Chagas Mattos - Envira.

III. ATRIBUIR a Função Gratificada, tipologia II, FGS-6, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

PORTARIA GS 489/2013

DISPENSAR da função de Secretário(a) do(a) Escola Estadual Prof. Marly de Carvalho Lobato Nery-Humaitá, JOSELLIA ALMEIDA LIRA, matrícula(s) nº 164714-8-A, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2013.

PORTARIA GS 490/2013

DISPENSAR da função de Secretário(a) do(a) Escola Estadual Nossa Senhora da Assunção - São P. Olivença, MARLY APARICIO VARGAS, matrícula(s) nº 161332-3-A, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Secretário de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

005505

Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO

Resenha GS nº 119 : 11 de abril de 2013

PORTARIA GS 428/2013

I. DISPENSAR da função de Diretor(a) do(a) Escola Estadual Paula Ângela Frassinetti - Manaus, MARIA CLICE MARQUES, matrícula(s) nº 017690-7-B, PEDAGOGO C3 ED-ESP-III, a partir de 01 de maio de 2013.

II. DETERMINAR que ZENEIDE DE ARAUJO RIBEIRO, matrícula(s) nº 013971-4-C, PROFESSOR C4 ED-LPL-IV, passe a exercer a função de Diretor(a) do(a) Escola Estadual Paula Ângela Frassinetti - Manaus.

III. ATRIBUIR a Função Gratificada, tipologia III, FGD-3, a partir de 01 de maio de 2013.

PORTARIA GS 429/2013
I. DETERMINAR que MARIA CLICE MARQUES, matrícula(s) nº 017690-7-B, PEDAGOGO C3 ED-ESP-III, passe a exercer a função de Diretor(a) do(a) Escola Estadual Nossa Senhora da Divina Providência/Manaus.

II. ATRIBUIR a Função Gratificada, tipologia III, FGD-3, a partir de 01 de maio de 2013.

PORTARIA GS 430/2013

I. DISPENSAR da função de Diretor(a) do(a) Escola Estadual Professora Odineia de Paula Ribeiro - Manaus, LUCIA MARIA CHACON DE ALMEIDA, matrícula(s) nº 181931-3-A, PROFESSOR C4 ED-LPL-IV, a partir de 01 de maio de 2013.

II. DETERMINAR que CICERO ROLAND PREZOTTI, Professor C4 ED-LPL-IV e Professor 40 horas C4 ED-LPL-IV, matrícula nº 162720-1 C/D, passe a exercer a função de Diretor da Escola Estadual Professora Odineia de Paula Ribeiro - Manaus.

III. ATRIBUIR a Função Gratificada, tipologia II, FGD-2, a partir de 01 de maio de 2013.

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Secretário de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

005506

Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO

Resenha GSE nº 105 : 15 de abril de 2013

PORTARIA GSE 800/2013

REMOVER a pedido, retroagindo seus efeitos a 04 de fevereiro de 2013, LIDIA DAIANA BUZAGLO PIMENTA, matrícula(s) nº 149173-3-A, PROFESSOR C4 ED-LPL-IV, com lotação na Escola Estadual Guilherme Buzaglio - Novo Aripuanã para a Escola Estadual Nossa Senhora das Graças - Manicoré, nos termos do Art. 56, da Lei nº 1778 de 08 de janeiro de 1987.

PORTARIA GSE 801/2013

DESIGNAR retroagindo seus efeitos de 14 de fevereiro a 15 de agosto de 2013, IRENE DO NASCIMENTO SILVA, matrícula(s) nº 149173-3-A, PROFESSOR C4 ED-LPL-IV, com lotação na Escola Estadual José Carlos M. de Medeiros Raposo - Guaiará, para, em substituição, a GERALDO CORREIA LIMA NETO, que se encontra a disposição do CETAM, ministrar 17 horas/aula de Geografia e Ensino Religioso, no turno vespertino, na referida escola.

PORTARIA GSE 802/2013

DESIGNAR retroagindo seus efeitos de 04 de fevereiro a 05 de agosto de 2013, OLENILDA SILVA DO NASCIMENTO, matrícula nº 145.888-4-D, Professor Integrado, com lotação na Escola Estadual Caminha de Castro - Caspiranga, para, em substituição, a Deusdete Andrade de Oliveira, que se encontra exercendo a função de diretor de escola, ministrar 20 horas/aula de Inglês, no turno vespertino, na referida escola.

PORTARIA GSE 803/2013

DESIGNAR retroagindo seus efeitos de 22 de fevereiro a 22 de agosto de 2013, MARIA SOLANGE RODRIGUES TROVISCO, matrícula(s) nº 125070-1-C, PROFESSOR C4 ED-LPL-IV, com lotação na ESCOLA ESTADUAL SAO LUIZ DE GONZAGA, para, em substituição, a ELDA DA SILVA ARAUJO LAGE, que se encontra de licença para tratamento de interesses particulares, ministrar 20 horas/aula em uma turma de 3º ano do 1º Ciclo, no turno matutino, no(a) Escola Estadual Imã Adonai Politi - Manaus.

PORTARIA GSE 804/2013

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para exercerem o cargo de professor nas Escolas a seguir nominadas, no Município de Humaitá:

- ESCOLA ESTADUAL ALVARO MAIA

EPAMINONDAS DE OLIVEIRA BARBA, matrícula(s) no. 167192-8-A, PROFESSOR Integrado pela Lei Nº 2.624/2000, com lotação no(a) referida escola, para, em substituição, a MARIA SALETE LIMA CELESTINO, que se encontra exercendo a função de diretor de escola, ministrar 16 horas/aula de Química e Biologia, retroagindo seus efeitos de 04 de fevereiro a 05 de agosto de 2013, no turno vespertino.

MARIA INES DE JESUS CAMPOS MORAIS, matrícula(s) no. 149336-1-A, PROFESSOR C3 ED-ESP-III, com lotação no(a) ESCOLA ESTADUAL DUQUE DE CAXIAS, para, em substituição, a MARIA DO ROSÁRIO FERREIRA DA SILVA, que se encontra exercendo a função de diretor de escola, ministrar 15 horas/aula de História, retroagindo seus efeitos de 04 de fevereiro a 05 de agosto de 2013, no turno noturno.

RIITA DE FATIMA CASTRO SALES, matrícula(s) no. 148191-6-B, PROFESSOR Integrado pela Lei Nº 2.624/2000, com lotação no(a) referida escola, para, em substituição, a MARIA SALETE LIMA CELESTINO, que se encontra exercendo a função de diretor de escola, ministrar 14 horas/aula de História, retroagindo seus efeitos de 04 de fevereiro a 05 de agosto de 2013, no turno matutino.

- ESCOLA ESTADUAL GILBERTO MESTRINHO

CLEOMILDA DE ALMEIDA SALES, matrícula(s) no. 124267-9-B, PROFESSOR C4 ED-LPL-IV, com lotação no(a) referida escola, para, em substituição, a ROSINETE ALVES POSTIGO NBVES, que se encontra exercendo a função de diretor de escola, ministrar 15 horas/aula de Geografia, retroagindo seus efeitos de 04 de fevereiro a 05 de agosto de 2013, no turno vespertino.

- ESCOLA ESTADUAL GOVERNADOR FLINIO RAMOS COELHO

CETILDO OLIVEIRA CARVALHO, matrícula(s) no. 160632-8-A, PROFESSOR C3 ED-ESP-III, com lotação no(a) ESCOLA ESTADUAL OSWALDO CRUZ, para, em substituição, a RAIMUNDO SALLES DA SILVA, que se encontra exercendo a função de diretor de escola, ministrar 16 horas/aula de Filosofia e Sociologia, retroagindo seus efeitos de 04 de fevereiro a 05 de agosto de 2013, no turno noturno.

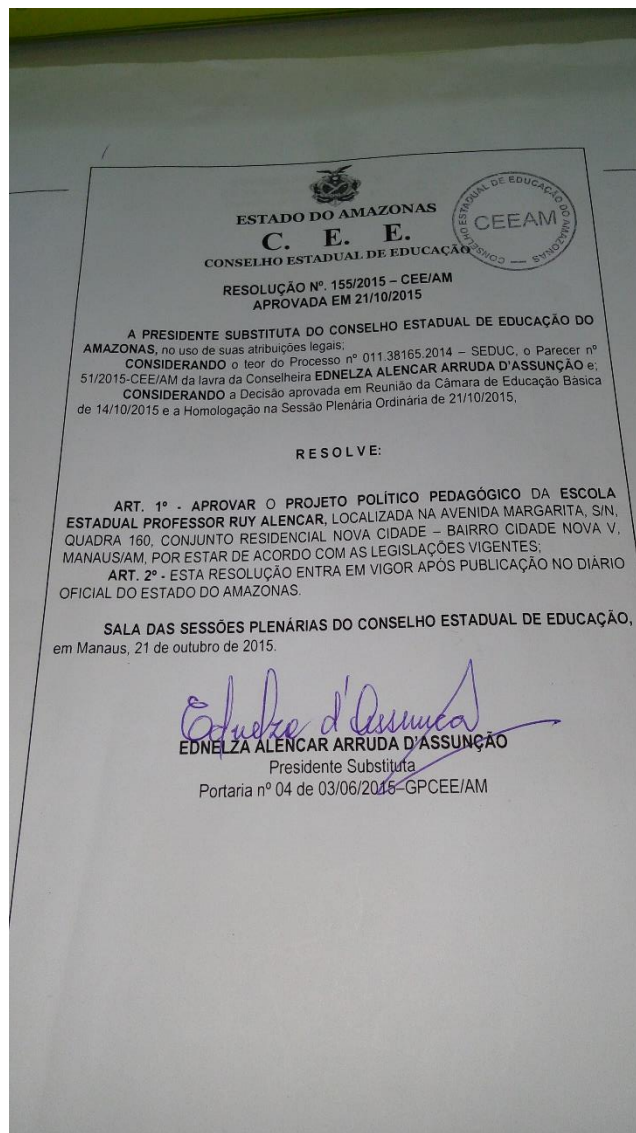
- ESCOLA ESTADUAL PATRONATO MARIA AUXILIADORA

MARINETE PINHEIRO DE MORAES MELO, matrícula(s) no. 132592-2-B, PROFESSOR C4 ED-LPL-IV, com lotação no(a) referida escola, para, em substituição, a LAURA DE LEAO NOGUEIRA, que se encontra exercendo a função de diretor de escola, ministrar 17 horas/aula de História, retroagindo seus efeitos de 04 de fevereiro a 05 de agosto de 2013, no turno matutino.

NELMA ALVES FREIRE, matrícula(s) no. 167197-9-A, PROFESSOR Integrado pela Lei Nº 2.624/2000, com lotação no(a) ESCOLA ESTADUAL OSWALDO CRUZ, para, em substituição, a MARTINHA ELENA LANANA, que se encontra exercendo a função de Coordenadora Regional, ministrar 17 horas/aula de Geografia, retroagindo seus efeitos de 04 de fevereiro a 05 de agosto de 2013, no turno matutino.

- ESCOLA ESTADUAL PROF MARLY DE CARVALHO LOBATO NERY

SAMARA FERNANDA NINA CHIXARO, matrícula(s) no.

ANEXO C – RESOLUÇÃO Nº 155/2015 - CEE/AM**APROVA O PPP DA ESCOLA ESTADUAL PROF. RUY ALENCAR EM 21/10/2015**

ANEXO D: CONTROLE DE RECEBIMENTO DE TEXTOS DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA – ANO 2016

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7

Recebimento dos textos da OBLP 2016

Nº	ESCOLAS	DATA	ASSINATURA
1	CE ARTHUR VIRGILIO <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
2	CETI JOAO BRAGA <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
3	CETI GARCITYLZO SILVA <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
4	CETI ZILDA ARNS <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
5	EE AYRTON SENNA <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
6	EE ANA LUCIA <i>OK</i>	18.08.2016	<i>Ivanete Almeida</i>
7	EE ANA NEIRE <i>gestora informou que não tem texto para enviar (prof. visitante)</i>		
8	EE ANTÔNIO PASCOAL <i>OK</i>	22.08.2016	<i>Almeida</i>
9	EE ARLINDO VIEIRA <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
10	EE ERNESTO PINHO <i>OK</i>	18.08.2016	<i>Ivanete Almeida</i>
11	EE HAYDEE CABRAL <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
12	EE DULCINEIA VARELA <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
13	EE DORVAL VARELA <i>OK</i>	18.08.2016	<i>Almeida</i>
14	EE OCTAVIO MOURAO <i>OK</i>	22.08.2016	<i>Almeida</i>
15	EE ROBERTO VIEIRA <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
16	EE RUY ALENCAR <i>OK</i>	22.08.2016	<i>Almeida</i>
17	EE SAMUEL BENCHIMOL <i>OK</i>	22.08.2016	<i>Almeida</i>
18	EE SEBASTIAO AUGUSTO <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
19	EEI RAFAEL HENRIQUE <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
20	EE SEBASTIAO NOROES <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
21	EE JEFFERSON PERES <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
22	EE TEREZA TUPINAMBA <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
23	EE WALDOCK FRICKE <i>Obs: a</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
24	EE ZILDA ARNS <i>OK</i>	18.08.2016	<i>Ivanete Almeida</i>
25	EE ELIANA BRAGA <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>
26	EE ELIANA FREITAS <i>OK</i>	22.08.2016	<i>Almeida</i>
27	EE EVANDRO CARRERA <i>OK</i>	22.08.2016	<i>Almeida</i>
28	EE KARLA PATRÍCIA <i>OK</i>	19.08.2016	<i>Almeida</i>

18.08/16

Rua Ámazon, nº 30, Quadra C3, Núcleo 2,
Cotacurua, Rio Piraí - CEP: 69.085-580
e-mail: coordenador7@educ.am.gov.br

Secretaria de Estado de
Educação e Qualidade do Ensino

ANEXO E: ESCOLAS E PROFESSORES INSCRITOS NA OLIMPIÁDA DE LÍNGUA PORTUGUESA

 GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7 Lei 3.642 de 26/07/2011				
ESCOLA ESTADUAL PROF. ELIANA DE FREITAS MORAIS	11	Marizeila Silva Costa Queiroz	Memórias literárias	
		Midiã Ferreira Barbosa Borges	Poema Memórias literárias	
		Keila Moreira Leitão	Crônica Artigo de opinião	
		Jandreson Oliveira De Castro	Crônica	
		Suellen De Paiva Laborda	Memórias literárias	
		Rafael De Oliveira Chalegre Neto	Memórias literárias Crônica	
		ZeliaRibeirosoares	Poema	
		Elianaí Silva De Castro	Poema Artigo de opinião	
		Mariana De Souza Santana	Poema	
		Antônia Maria Andrade Barbosa	Poema	
		Edvania Frutuoso Da Silva	Crônica	
ESCOLA ESTADUAL SEBASTIAO NOROES	3	Aylem Alecrim Amaral	Memórias literárias	
		Francilene Da Silva Pereira	Poema	
		Pedro José Da Cruz Grana	Poema Memórias literárias	
ESCOLA ESTADUAL SENADOR EVANDRO DAS NEVES CARREIRA	8	Maria Yonar Marinho Dos Santos	Memórias literárias	3,00
		Elieil Vieira Dias	Crônica	9,00
		Aldemira De Souza Saunier	Poema	5,00
		Eduardo Menezes Dos Reis	Poema	5,00
		Renilson Barbosa Dos Santos	Memórias literárias	5,00
		Pedro Araujo De Paiva	Crônica	9,00
		Paulo Roberto Ribeiro De Souza	Crônica	9,00
		Kézia De Freitas Pinheiro	Artigo de opinião	5,00
ESCOLA ESTADUAL SENADOR JEFFERSON CARPINTEIRO PERES	1	Kathleen Tavares De Oliveira	Poema	

Avenida Grande Circular II, nº 30
Loteamento Rio Piorini – CEP: 69.085-580
E-mail: coordenadoria7@seduc.am.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DE
EDUCAÇÃO E
QUALIDADE DE ENSINO

ANEXO F: ESCOLAS DA CDE7 QUE PASSARAM PARA A 2ª FASE NA OLP 2016

RESULTADO DA OBLP 2016

Número da ATA: 86.805 Data: 08 de setembro de 2016
 Secretaria de Manaus/AM Telefone: (92) 3632-2367
 Responsável: Madalena Mesquita Moleiro CPF: 580.312.512-15
 E-mail: madamoleiro@outlook.com Telefone: (92) 3234-5190

Ata da Comissão Julgadora Municipal - Enviada em 02/09/2016
 A Comissão Julgadora de Manaus/AM
 Av Mário Ypiranga, 2549
 Adrianópolis - Manaus/AM
 CEP: 69057-002
 Telefone (92) 3632-2367
 Organizada por Madalena Mesquita Moleiro - CPF: 580.312.512-15 - e-mail
 madamoleiro@outlook.com, composta por: Lucila Bonina Teixeira Simões -
 CPF:
 407.337.502-49, LYGIA DE LIMA SOUZA - CPF: 523.134.682-91, Michelle
 Lima da Silva -
 CPF: 606.353.122-04, Neuza Maria Telles Viana - CPF: 475.846.292-53,
 Madalena
 Mesquita Moleiro - CPF: 580.312.512-15, Marta da Silva Braga - CPF:
 406.254.602-78 e
 PAULO ROBERTO DE SOUZA FREITAS - CPF: 043.227.702-15,
 selecionou o(s) texto(s)
 abaixo relacionado(s) para participar(em) da etapa estadual da 4ª edição da
 Olimpíada de
 Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro.

POEMA

Número do texto: 348.869
 Título: Nosso imenso Amazonas
 Escola: ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR WALDOCKE FRICKE DE
 LYRA
 INEP: 13075390
 Diretor(a): ALYSSON DE ALMEIDA LIMA
 Professor(a): Fernanda de Sousa Silva
 Aluno(a): Ana Cláudia Souza de Oliveira

CRÔNICA

Número do texto: 382.158
 Título: Longa caminhada
 Escola: ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR RUY ALENCAR
 INEP: 13084402
 Diretor(a): JEANE MELGUEIROS HIDALGO
 Professor(a): VALERIA DO NASCIMENTO DE ALMEIDA

ARTIGO DE OPINIÃO

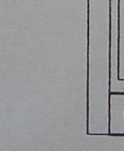
Número do texto: 383.685
 Título: Centro Histórico
 Escola: Escola Estadual Profª. Eliana de Freitas Moraes
 INEP: 13103415
 Diretor(a): FÁBIO PACHECO DA SILVA
 Professor(a): ELIANAI SILVA DE CASTRO
 Aluno(a): Beatriz de Souza Martinsuno(a): Indiara Pinheiro Delgado

ANEXO G: PLANO ESTRATÉGICO PEDAGÓGICO DO ENSINO MÉDIO – ANO 2016

FORMULÁRIO Nº 03 - PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICA BIMESTRAL - REVISÃO 00 - 10/08/2015										
COORDENADORIA ADJUNTA: PEDAGÓGICA DO ENSINO MÉDIO										
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Apoiar e monitorar as escolas estaduais da CDEI no alcance dos requisitos educacionais exigidos pela SEDUC AM.										
META DE DESEMPENHO: Apoiar 100% das escolas da CDEI a igualar ou superar o padrão estadual e nacional de qualidade no ensino (IDEAM E IDEB).										
Nº	AÇÃO	INDICADOR FÍSICO		PERÍODO DE REALIZAÇÃO		RESULTADO ESPERADO	RESPONSÁVEL	PARCERIA	RESULTADO ALCANÇADO	EVIDÊNCIA
		UNID.	QUANT.	INÍCIO	TERMINO					
1	Realizar Processo de Transição da Modalidade EJA 66 e 67 para 89 e 90 conforme Resolução nº 241/2015.	Escolas	8	01.03.16	23.03.16	Eliminar pendências de alunos na modalidade anterior para a inserção no novo formato.	Coordenadoria Adjunta Pedagógica e Gestores.		Em execução	Registro de Atendimento
2	Apoiar e Monitorar o processo de reavaliação dos alunos do Ensino Regular e EJA, reprovados em 2015.	Escolas	17	01.03.16	23.03.16	Sanar pendências de alunos reprovados, submetendo-os as	Coordenadoria Adjunta Pedagógica.		Em execução	Registro de Atendimento.
3	Elaborar a Matriz de Ações Planejadas e Plano de Ação Estratégico Pedagógico do bimestre.	Sala da Coord. Adj. Ped. EM	Assessor	23.02.16	02.03.16	Organizar o atendimento pedagógico nas 19	Coordenadoria Adjunta Pedagógica.		Executado	Matriz e Plano Bimestral impresso.
4	Encontro para socialização do Currículo Flexível para o Ensino Médio com os professores das escolas piloto.	Auditório da CDEI.	5 Escolas	07.03.16	08.03.16	Conversa com os professores a fim de obter contribuições para a construção da	GEM/SEDUC e Coordenação Adjunta Pedagógica.		Executado	Lista de Frequência e Registro de Atendimento.
5	Análise dos Planos de Gestão Escolar.	Sala da Coord. Adj. Ped. EM	28	01.03.16	23.03.16	Acompanhamento das Ações Pedagógicas Planejadas pelas	Coordenadoria Adjunta Pedagógica.		Em execução	Plano de Gestão
6	Reunião Ordinária com Gestores	Auditório da CDEI.	28	30.03.16	30.03.16	Repassar de informações e demandas da	Coordenadoria Adjunta Pedagógica.			Ata de Reunião.
7	Realizar a reunião Pedagógica com Gestores, Pedagogos e Apoiadores Pedagógicos.	Auditório da CDEI.	28 Escolas	06.04.16	06.04.16	Orientar as escolas na execução da Jornada Pedagógica.	Coordenadoria Adjunta Pedagógica.			Ata de Reunião
8	Elaboração do Cronograma de Visita semanal para assessoria escolar.	Sala da Coord. Adj. Ped. EM	20 Escolas	01.03.16	23.04.16	Definir atendimento às escolas.	Coordenadoria Adjunta Pedagógica.			Cronograma de visita e Registro de Atendimento
9	Estudo sobre manual do sistema SIGEAM	Laboratório CETI. João	5	03.03.16	03.03.16	Melhoria no acompanhamento da assessoria pedagógica	Coordenadoria Adjunta Pedagógica.		Executado	Registro Fotográfico.
10	Apoiar e Monitorar na execução e atualização dos Conselhos Escolares.	Escolas	28 Escolas	01.03.16	23.04.16	Que as escolas executem o plano de	Coordenadoria Adjunta Pedagógica.		Em execução	Registro de Atendimento
11	Realizar estudos para melhoria da Assessoria Pedagógica.	Sala da Coord. Adj. Ped. EM	5 Assessores	01.03.16	23.04.16	Aperfeiçoar os conhecimentos a cerca das atividades pedagógicas para melhoria no	Coordenadoria Adjunta Pedagógica.		Em execução	Ata de reunião, Registro de Atendimento e Frequência.
12	Reunir e Compilar os relatórios de Acompanhamento e Avaliação das Ações Planejadas.	Sala da Coord. Adj. Ped. EM	5 Assessor	23.03 e 23.04.16	23.03 e 23.04.16	Analisar as ações e resultado das ações planejadas e	Coordenadoria Adjunta Pedagógica.			Ata de reunião e Registro de Atendimento.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7
Lei 3.642 de 26/07/2011



FORMULÁRIO Nº 05 - REGISTRO DE ATENDIMENTO - REVISÃO 00 - 10/08/2015

Planejamento

Responsabilidade pelo Atendimento: ☐ Coord. Adjunta Administrativa ☒ Coord. Adjunta Pedagógica do Ensino Médio

Tipo de Assessoria: ☐ Interna ☒ Externa

Local: Escola Cst. Rui Alencar

Objetivo Específico: Acompanhar a atividade pedagógica interdisciplinar relacionada ao projeto.

Assessor: Paulo Chedon

Data: 28/09/15

Período: 1h às 2h.

execução do atendimento

Plano de Ação / Tarefa (ENCAMINHAMENTO)

	Responsável		Prazo
	Nome	Visto	

Marina P. Santos Luzete

COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7

Paulo Chedon

Ass. Rui Alencar

REPRESENTANTE DA ESCOLA

28/09/15

DATA

verificação do atendimento

Eligibilidade: ☒ Satisfatório ☐ Não Satisfatório

Parecer: A ação estabelecida em pauta foi realizada de acordo com o cronograma anexo.

Marina P. Santos Luzete

COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7

Paulo Chedon

Ass. Rui Alencar

REPRESENTANTE DA ESCOLA

28/09/15

DATA

Marina P. Santos Luzete

COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7

Paulo Chedon

Ass. Rui Alencar

REPRESENTANTE DA ESCOLA

28/09/15

DATA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7
Lei 3.642 de 26/07/2011

FORMULÁRIO Nº 05 - REGISTRO DE ATENDIMENTO - REVISÃO 00 - 10/08/2016

Responsabilidade pelo Atendimento:		☐ Coord. Adjunta Administrativa		☒ Coord. Adjunta Pedagógica do Ensino Médio		Assessor: <u>Honória Bizarro</u>	
Tipo de Assessoria:		☐ Interna		☒ Externa		Nome: <u>Rosemaria Manilha</u>	
Local:		<u>Centro Educ. Arthur Vinícius</u>		Escola		Data: <u>23/11/16</u>	
Objetivo Específico:		<u>Monitorar as atividades pedagógicas relacionadas abaixo.</u>					

Pauta / Registro do Atendimento Realizado:	
- Diário digital. - Av. 3 e recuperações paralela. - Ingressão parcial.	

Plano de Ação / Tarefas (ENCAMINHAMENTO)		Responsável		Prazo	
		Nome		Visão	

<u>Honória B. Santos</u> COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7		<u>Rosemaria Manilha</u> REPRESENTANTE DA ESCOLA		<u>23/11/16</u> DATA	
---	--	---	--	-------------------------	--

Efetividade: ☐ Satisfatório ☐ Não Satisfatório		Abrir processo de melhoria para tratar Não Conformidade(s) ? ☐ Abrir ☐ Não Abrir	
Parecer:			

<u>Barbilla Argentina</u> COORDENADOR DO ARQUIVO		<u>Barbilla</u> ASSESSOR		<u>28.11.16</u> DATA	
---	--	-----------------------------	--	-------------------------	--

Avenida Getúlio Vargas, nº 30
 Laranjeiras do Sul - CEP: 85.085-580
 e-mail: coordensadora7@educam.am.gov.br
 Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

ANEXO J: MOSTRA LITERÁRIA CENTRO EDUCACIONAL ARTHUR VIRGÍLIO FILHO

Gestora: Ana Lucia

Professora: Laura Santos

Pedagoga: Rosimar Manetti

Turno: Noturno

Tempo para apresentação: 45 min.

Escolas Literárias divididas por série/turma:

Público alvo: Alunos de língua Portuguesa da 2ª série 02/03 e 3ª série 01/02 do turno noturno do Centro Educacional Arthur Virgílio Filho.

1. – OBJETIVO:

1. Incentivar a prática de leitura com o intuito de formar leitores críticos e reflexivos;
2. Estimular a criatividade como forma de exercícios imaginativo, proporcionado pelo objeto artístico, contribuindo para o rendimento intelectual do leitor;
3. Aperfeiçoar e ampliar a capacidade linguística do educando, aspecto este decisivo, para o seu bom desempenho em todas as áreas do conhecimento;
4. Tomar conhecimento de dados sobre a vida e obras do autor escolhido;
5. Reconhecer a língua e suas variantes como forma de expressão e identidade dos grupos sociais e da época em foco;
6. Conhecer o pano de fundo social e político do Brasil através das obras estudadas e sua consequência na expressão literária;
7. Respeitar a autonomia do trabalho no processo de leitura e produção, entendendo dúvidas, erros e acertos como etapas de um processo de manutenção e sedimentação do trabalho.

2. JUSTIFICATIVA:

Devido às dificuldades tanto nas competências leitoras e escritas, no que se refere à interpretação de textos diversos, assim como, na produção de textos de qualidade, detectadas nas avaliações internas e externas;

O aluno deverá ser capaz de reconhecer o estilo do poeta/narrador, linguagem, estrutura narrativa/descriptiva/dissertativa e contexto sócio econômico e cultural.

3. METODOLOGIA:

Leitura de livros literários;

Pesquisar em livros literários ou internet sobre o movimento literário do período histórico, social e cultura a ser analisado do livro que estão lendo;

Ensaaios para rever postura, dicção e expressão oral;

Seleção de músicas e danças a serem utilizadas;

Apresentação final com caracterização dos alunos conforme a época e as personagens apresentadas

4. RECURSOS

Recursos humanos: disponibilizados para a realização do plano de ação a participação ativa dos alunos, da colaboração da direção e de toda a equipe pedagógica. Recursos materiais: textos diversos, livros, revistas, jornais, periódicos, cartolina, papel sulfite, pincel atômico, TNT, tintas e etc.

5. CRONOGRAMA:

O Projeto de Leitura acontecerá de agosto a setembro de 2016.

Tempo para apresentação: 45 min. para cada turma

Escolas Literárias divididas por série/turma:

Data	Série/Turma	Escola Literária/Obras a serem apresentadas
12/09/2016	3º 02	Romantismo/ Iracema- José de Alencar
13/09/2016	2º 02	Realismo/ Quincas Borba- Machado de Assis
14/09/2016	2º 03	Naturalismo/ O Cortiço- Aluísio de Azevedo
15/09/2016	3º 01	Modernismo/ Vidas Secas- Graciliano Ramos

AVALIAÇÃO:

QUANT. ESPECIFICAÇÃO

1,0	Metodologia (Formato de apresentação) / Pesquisa
1,0	Segurança no assunto.
1,0	Linguagem adequada
1,0	Postura Acadêmica
1,0	Demonstração da capacidade de síntese
1,0	Alusão aos aspectos importantes do tema/ Contexto histórico
2,0	Frequências durante as apresentações (4 noites)
2,0	Participação/ Organização/ Interesse

Critérios obrigatórios para as apresentações:

RECURSOS VISUAIS:

LÚDICO:

Banners
histórico

Apresentação das Escolas Literárias/ Contexto

Folders

Vidas e obras do autor homenageado

Ornamentação
Camisas padronizadas

Resumo da obra
Peça teatral
Dança
Música

OBS: Os dois últimos pontos a serem avaliados são individuais. A turma que descumprir com algum critério obrigatório para a apresentação, sofrerá perda de 1,0 por item.

ANEXO K: MOSTRA LITERÁRIA SARAU SAM DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SAMUEL BENCHIMOL

O Sarau de Arte e Literatura Samuel Benchimol é um projeto que contempla a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias para ser desenvolvido no Ensino Médio abrangendo 20 salas de aula nos turnos vespertino e noturno sendo 12 turmas de 2º ano, 06 turmas de 3º ano e 02 turmas de EJA- Educação de Jovens e Adultos.

É um projeto de grande relevância para a comunidade escolar, pois envolverá pessoas no compartilhamento de habilidades, talentos e competências para o desenvolvimento do gosto dos estudantes para a leitura. O projeto será desenvolvido pelos professores das disciplinas de Língua Portuguesa das respectivas turmas em sala de aula e biblioteca da escola com pesquisa biográfica dos autores e leitura das obras selecionadas. Durante o período professores de outras disciplinas como: Artes, Filosofia, Sociologia e História contribuirão com estudos específicos das produções artísticas do período, dos fatos sociais, do pensamento, do estilo da época do passado e contextualização do tempo presente.

JUSTIFICATIVA

Ler é uma das maneiras mais eficientes de se aprender algo. A leitura além de enriquecer o vocabulário, também amplia os conhecimentos, aumenta o raciocínio lógico e aprimora a habilidade de compreender, interpretar e analisar fatos e acontecimentos do mundo nas diversas reflexões da realidade presente, passada e futura.

Considerando a preocupação de órgãos, entidades e pessoas em criar espaços de leitura destinados à formação de leitores, faz-se necessário que se esquematize ações que estimule crianças e jovens à busca e utilização desses espaços. A escola como ambiente favorecedor de relações geradoras de conhecimento deve motivar a prática e o hábito de ler como forma de proporcionar aos alunos condições de desenvolver as quatro premissas apontadas pelo UNESCO: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser.

O trabalho com a leitura tem como finalidade a formação de leitores e, conseqüentemente, a formação de produtores de texto, tanto orais quanto escritos. A criação e execução do Projeto SARALSAM- Sarau de Arte e Literatura poderá contribuir significativamente como motivação para formação do hábito de leitura dos alunos através de da esquematização e seleção de autores e obras da literatura clássica, uma vez que os discentes tem acesso à tipologia textual mais atualizada. Deste modo, será colocada ao alcance dos alunos, a leitura exigida para os exames de avaliação de longa escala como os vestibulares, Enem e Prova Brasil.

OBJETIVO GERAL

Aumentar e aprofundar conhecimentos através da leitura de autores clássicos da literatura brasileira do século XIX e XX para expandir a capacidade as possibilidades de uso da linguagem oral e escrita.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Organizar e registrar dados biográficos, bibliográficos e pictográficos de autores do Romantismo ao Modernismo Brasileiro;
- ✓ Perceber a posição histórico-social do autor em estudo e trabalhar a intertextualidade, interdisciplinaridade e a transversalidade através da realização de grupos de leitura;
- ✓ Treinar a entonação, dicção, impostação vocal e expressão corporal para a dramatização de trechos de obras literárias e declamação de poesias, oportunizando aos alunos condições de ler, interpretar e se apresentar em público.

METAS

O projeto SARALSAM tem como meta inserir os alunos do ensino médio no mundo da leitura dos clássicos da literatura brasileira para que possam conhecer, compreender, analisar e discutir os temas abordados nos textos e obterem condições de desenvolver o gosto pela leitura e futuramente se tornarem leitores eficientes com competência para produzirem seus próprios textos.

METODOLOGIA E ESTRATÉGIA

Será realizada a apresentação do projeto para os professores e alunos dos segundos e terceiros anos do Ensino Médio do turno vespertino e noturno da Escola Estadual Professor Benchimol e uma seletiva de alunos que desejem efetivamente participar do projeto considerando que as atividades serão desenvolvidas em sala de aula e outras no contraturno e aos sábados.

Cada professor com as suas respectivas turmas farão a pesquisa, a leitura e o estudo das obras selecionadas de acordo com a relação em anexos.

Haverá a participação dos professores das disciplinas de Artes, para o estudo das produções artísticas do período e dos professores de Filosofia para a realização de debates e mesas redondas na discussão dos temas, além dos docentes das disciplinas de História e Sociologia.

Será criado um blog para a divulgação das etapas do projeto, resumos das obras, trocas de ideias, fotos do macking off da elaboração do material.

Durante o período do desenvolvimento do projeto, os alunos farão a coleta, seleção e impressão de material como: fotos, exemplares de livros, reportagens sobre autor e contextualização da temática da obra em estudo, letras de músicas, vídeos, entrevistas, produção de textos dissertativos acerca da temática da obra, paráfrases de poesias, textos descritivos de personagens e narrativas baseadas nos enredos dos romances lidos.

Será feita adaptação de trechos de obras para dramatização e apresentação em público com montagem de cenário, uso de figurino e adereços característicos da época. Os alunos receberão orientações sobre entonação, dicção, impostação vocal e memorização para declamação de poesias com a utilização de cenário e figurino, bem como para a coreografia de música relacionada ao tema.

Os trabalhos serão expostos e apresentados nos espaços da escola: corredores, salas de aula e quadra de esporte com duração de dois dias para visitação e apreciação pública além do julgamento dos três melhores trabalhos realizados, considerando o domínio de conteúdo, organização, criatividade e participação efetiva do grupo.

RESULTADOS E IMPACTOS

Espera-se com este projeto a melhoria na expressão oral e escrita nos alunos, considerando que se observa atualmente um déficit muito alto de dificuldades nesses aspectos da aprendizagem. Os impactos mais esperados também se referem no reforço do pensamento de colaboração e ajuda mútua, na aceitação das diferenças e no incentivo às boas ações ao próximo. É preciso conscientizar a todos que embora a escola detenha as ferramentas capazes de favorecer a transmissão de conhecimentos é pelo esforço comum e responsabilidade de todos os envolvidos que se consegue alcançar objetivos e obter sucesso.

MATERIAL UTILIZADO NO PROJETO

- ✓ 200 exemplares de livros paradidáticos;
- ✓ 02 resmas de papel ofício;
- ✓ Papelão;
- ✓ Telas de tecido;
- ✓ Tinta acrílica para tecido;
- ✓ Tinta guache de cores variadas;
- ✓ Papel crepon;
- ✓ 10 folhas de isopor 30mm;
- ✓ Papel madeira, papel 40 quilos;
- ✓ Cartolina de diversas cores;
- ✓ Papel cartão de diversas cores;
- ✓ Papel laminado colorido;
- ✓ Papel nacarado prateado;
- ✓ 05 rolos de TNT de diversas cores;
- ✓ 01 pacote de cola de silicone quente grossa e fria, cola de isopor, cola branca;
- ✓ Pistola de cola quente;
- ✓ Cola de silicone fria;
- ✓ Pinceis;
- ✓ Tacha, grampos, régua.
- ✓ 10 pacotes de balões nas cores: azul, vermelho e branco.

EQUIPAMENTOS

- ✓ 06 microfones auriculares (a escola não dispõe)
- ✓ 05 microfones sem fio;
- ✓ Equipamentos de som e vídeo;

- ✓ Equipamento de iluminação (a escola não dispõe);

SERVIÇO

- ✓ Serviços de som e iluminação;
- ✓ Serviços gráficos: folders e banners (a escola não dispõe);
- ✓ Figurinos e maquiagem (a escola não dispõe)

INFRA-ESTRUTURA

- ✓ Montagem de palco com estrutura e pano de fundo para troca de cenário. (a escola não dispõe);

CRONOGRAMA

DATA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	LOCAL
07/05	Apresentação do projeto à equipe pedagógica, aos professores e representantes de sala.	Professora Ana Teles.	Ambiente de Mídias.
07/05	Escolha do assunto e detalhamento das atividades.	Professores das disciplinas de Língua Portuguesa.	Salas dos professores.
10/05	Seleção de alunos para participação do projeto.	Professores das disciplinas de Língua Portuguesa.	Salas de aula.
13/05 a 31/07	Pesquisas, leituras e produção de textos relacionados aos autores e obras escolhidos por cada turma.	Professores e alunos.	Salas de aula e biblioteca da escola.
01/07 a 31/07	Orientações sobre dicção, entonação e impostação vocal, memorização e declamação para alunos participantes do projeto.	Professora Ana Teles.	Pátio da Escola.
02/08 a 17/10	Ensaio das apresentações de palco.	Professoras Ana Teles, Jussara Michiles e Maria Cleide ribeiro.	Pátio da Escola.
16 e 17/10	Montagem da Exposição dos trabalhos.	Professores, alunos, equipe gestora, equipe pedagógica e administrativa.	Salas de aula, corredores e quadra de esporte.

REFERÊNCIAS

CEREJA, William Roberto; COCHAR MAGALHAES, Thereza. Português

Linguagens- vol. 2 e 3. São Paulo. Ed. Saraiva, 2003.

COCHAR MAGALHAES, Thereza. Linguagem e Língua: Ensino Médio- vol. 2 e 3. São Paulo. Ed. Saraiva, 2003.

FARACO, Carlos; MOURA Francisco Marto. Estudos de Língua e Literatura- vol. 2 e 3. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.

MANAUS. Seduc, Proposta curricular de Língua Portuguesa para o Ensino Médio. 2012.

ANEXO L: PROJETO JORNADA INTERDISCIPLINAR PROFESSOR RUY ALENCAR

APRESENTAÇÃO

Este projeto tem por finalidade a realização de Jogos e de pesquisas, uma ação interdisciplinar, que visa à integração sócio-cultural e esportiva dos alunos da Escola Estadual Professor Ruy Alencar, bem como, incentivar a prática desportiva entre os jovens nas mais diferentes modalidades de esportes e a busca do saber e do conhecimento através da pesquisa, propondo-os uma melhor qualidade de vida. Servindo também como aproveitamento para atribuição de notas ao 4º bimestre na Disciplina Educação Física será atribuída nota 10.0 como nas demais disciplinas nota.

Atualmente o JIPRA vem sendo realizado em cinco modalidades desportivas que são: voleibol, futsal, handebol, basquetebol e queimada. Sua estrutura é composta de um Tema gerador abordado por todas as disciplinas, onde se apresentarão equipes de defesa de cada turma, exposição oral e visual do referido Tema, sabatina com perguntas e respostas, equipes de jogos de cada modalidade de cada turma para as competições, torcidas organizadas com adereços. Com a realização desta ação interdisciplinar pretende-se divulgar de maneira prazerosa a prática da atividade física e a busca do conhecimento entre os alunos desta instituição.

Este projeto visa atender a todos os alunos matriculados na Escola Estadual Professor Ruy Alencar, englobando os três turnos, estando na responsabilidade da direção e todo corpo docente da escola e funcionários.

Para o aluno participar das atividades desportivas ele deverá ter até a data do JIPRA 18,0 pontos, 75% de frequência e nenhuma ocorrência.

A recuperação do JIPRA será com questões objetivas e subjetivas em todas as disciplinas.

A coordenação do projeto ficará a cargo de uma comissão disciplinar composta pelo Gestor que é presidente nato, pedagogo ou apoio pedagógico do turno e representantes dos professores e representante do grêmio estudantil.

Cada professor coordenador de turma deverá acompanhar e ajudar no que for necessário à sua turma.

OBJETIVO GERAL

A Jornada Interdisciplinar Professor Ruy Alencar, tem como objetivo promover a integração sócio-cultural e esportiva dos alunos da referida escola, bem como, incentivar a prática desportiva entre os jovens nas mais diferentes modalidades de esportes e a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, competindo com entusiasmo e espírito de equipe, respeitando e cumprindo regras, aprendendo a ganhar ou perder com dignidade, contribuindo dessa maneira para seu crescimento como cidadão e buscando uma melhor qualidade de vida.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- * Promover a interdisciplinaridade;
- * Proporcionar a Socialização, a integração e confraternização entre os alunos;
- * Mostrar as modalidades desportivas oferecidas pela escola;
- * Estimular a prática esportiva;
- * Avaliar o desenvolvimento motor, técnico e cognitivo dos alunos;
- * Criar um referencial na Escola;
- * Incentivar a pesquisa;
- * Proporcionar momento de recreação e fraternização aos alunos;
- * Despertar através do evento o interesse, a participação, a responsabilidade, a busca do conhecimento, o respeito com a sociedade e ao próximo;
- * Adquirir um reconhecimento integral que o possibilite o respeito pelas suas limitações corporais e sua formação intelectual capacitando-os a relacionar-se com equilíbrio;

JUSTIFICATIVA

Valorizar o esporte, a educação, a socialização, a pesquisa e as produções culturais criativos acerca de todas as disciplinas, mediante a interdisciplinaridade. Faz parte da filosofia desta Escola o respeito, a solidariedade, a dedicação, a disciplina e a vontade de formar vencedores. Com este pensamento e através da realização do JIPRA esperamos poder valorizar a ética e a dignidade dos nossos alunos.

Considerando ainda a importância da valorização da prática de atividades físicas, esportivas e cognitivas como qualidade de vida, torna-se fundamental o investimento em projetos esportivos e cognitivos.

ANEXO M: MOSTRA LITERÁRIA ESCOLA PROFESSOR RUY ALENCAR

APRESENTAÇÃO

A literatura faz parte da cultura humana, de tudo que foi criado, imaginado, além de representar aspectos econômicos, sociais, filosóficos, geográficos e históricos de uma sociedade, numa dada época. Partindo deste princípio e considerando a enorme riqueza da produção literária brasileira e universal, por que não representar através de uma “Mostra” os aspectos mais relevantes dessa arte? Assim como a arte de uma forma geral, a literatura é algo enriquecedor, faz bem para a alma e para a mente humana. Quem nunca se deleitou ao ler uma obra de William Shakespeare, Machado de Assis ou um Best Seller?

OBJETIVO GERAL

Despertar o interesse do aluno pela Literatura Brasileira e Estrangeira a fim de que o mesmo perceba a importância do seu desenvolvimento intelectual cognitivo através das artes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Acrescentar ao cotidiano escolar a prática da leitura do livro como prioridade no processo de aprendizagem;

Apresentar ao educando as diferenciadas linguagens, enriquecendo a rotina escolar, estimulando a leitura e a produção do texto escrito e oral;

Inserir no cotidiano escolar abordagens que enfoquem: sexo, saúde, esporte e meio ambiente, ressaltando a valorização da melhor qualidade de vida para a boa formação cultural.

JUSTIFICATIVA

Considerando a importância da Literatura Brasileira e Estrangeira para a formação dos alunos, este trabalho vem despertar mudanças de comportamento e atitudes no ambiente escolar melhorando o interesse pela leitura.

Este projeto será desenvolvido no 1º bimestre para servir como orientador dos demais, cabendo aos professores de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes e Educação Física coordenarem.